

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG CHARLES WILSON GOMES CONTI

A INFLUÊNCIA DA GEOPOLÍTICA DAS POTÊNCIAS ESTRANGEIRAS NO PROTAGONISMO
MILITAR DO BRASIL NA AMÉRICA DO SUL NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI E
AS CONTRIBUIÇÕES DA MARINHA DO BRASIL PARA ESTA POSIÇÃO DE DESTAQUE

Rio de Janeiro

2022

CMG CHARLES WILSON GOMES CONTI

A INFLUÊNCIA DA GEOPOLÍTICA DAS POTÊNCIAS ESTRANGEIRAS NO PROTAGONISMO
MILITAR DO BRASIL NA AMÉRICA DO SUL NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI E
AS CONTRIBUIÇÕES DA MARINHA DO BRASIL PARA ESTA POSIÇÃO DE DESTAQUE

Tese a ser apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) Alexandre Tito dos Santos Xavier

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às minhas amadas filhas Marcela e Isadora que completam a minha vida com amor, carinho e alegria.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus e a todos que estimo que já estão em um plano superior por me guiarem durante todas as etapas da minha vida e, em especial, durante a realização do Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Agradeço ao CMG (RM1) Alexandre Tito dos Santos Xavier pelas orientações sempre seguras e embasadas que foram de elevada importância para a elaboração deste trabalho.

Agradeço às minhas filhas Marcela e Isadora pelos abraços que me acalentam e pelos sorrisos alegres que trazem um brilho todo especial aos meus dias.

Agradeço, ainda, à minha amada mãe, Maria Sant'Ana, e os meus irmãos, Suélio e Jefferson, pelo incentivo à minha carreira na Marinha do Brasil.

Agradeço à senhora Kátia Peeters, pelo carinho que tem por mim e pelas dicas que foram de extrema relevância para a revisão deste trabalho.

“O dimensionamento da Marinha do Brasil (MB) deve guardar compatibilidade com a importância da inserção político-estratégica do País no cenário internacional, em vista de sua grandeza econômica e influência regional, a qual deve ser igualmente percebida e ratificada pela sociedade.”

(Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Junior)

RESUMO

Em virtude da globalização, muitos Estados acabam sendo influenciados pelas grandes potências mundiais que atuam, por meio de suas geopolíticas, em diversos setores, como, por exemplo, os relativos à defesa, à economia, às ideologias políticas, ao meio ambiente, à ciência e à tecnologia. A geopolítica é a ciência voltada para compreender como a geografia pode impactar as ações políticas. Renomados geopolíticos desenvolveram ideias que influenciam as atitudes de vários Estados até os dias atuais. A geopolítica das potências que se encontram em destaque no Sistema Internacional está sendo sentida no Entorno Estratégico Brasileiro, podendo afetar os interesses do Brasil. Assim sendo, foram estudadas as influências de alguns atores externos na América do Sul. Além disso, em função de realizarem uma maior influência na porção sul do continente americano, as geopolíticas dos Estados Unidos da América, da China e da Rússia foram estudadas com maior profundidade para constatar em que medida estão gerando tais influências. O Brasil, em virtude de seu poder político, de sua economia e de suas características geopolíticas marcantes, das quais se destacam a sua extensão territorial, sua população e sua posição estratégica no oceano Atlântico, deve liderar a integração e cooperação regionais, a fim de manter-se como o protagonista na América do Sul. O setor de defesa pode ser empregado para contribuir com a integração sul-americana. Por esta razão, o propósito desta tese é verificar de que forma a Marinha do Brasil pode contribuir para que o Estado Brasileiro mantenha o papel de ator principal, mormente no que diz respeito à vertente militar na porção sul do continente americano. Assim sendo, por meio de um estudo descritivo e com base no método dedutivo, serão apresentadas conclusões que expressam que a influência da geopolítica das potências estrangeiras pode impactar o protagonismo regional do Brasil, principalmente, no que diz respeito ao setor da defesa. Serão também apresentadas as possíveis ações que a Marinha do Brasil pode desenvolver para ampliar o protagonismo militar do Brasil na América do Sul.

Palavras-chave: Geopolítica. Potências Estrangeiras. Estados Unidos da América. China. Rússia. Protagonismo. Brasil. Integração. Defesa. Marinha do Brasil.

ABSTRACT

Due to globalization, many States end up being influenced by the great world powers which act, through their geopolitics, in several sectors, such as, for example, those related to defense, the economy, political ideologies, the environment, science and technology. Geopolitics is the science which aims to understand how geography can impact political actions. Renowned geopoliticians developed ideas that influence the attitudes of various States to the present day. The geopolitics of the powers that are highlighted in the International System have an impact on the Brazilian Strategic Environment and may affect the interests of Brazil. Therefore, the influences of some external agents in South America were studied. In addition, due to their greater influence in the southern portion of the American continent, the geopolitics of the United States of America, China and Russia were studied in greater depth to see to what extent they are generating such influences. Brazil, by virtue of its political power, its economy and its outstanding geopolitical characteristics, out of which its territorial extension, its population and its strategic position in the Atlantic Ocean stand out, must lead the regional integration and cooperation, in order to remain the protagonist in South America. The defense sector can be used to contribute to South American integration. For this reason, the purpose of this thesis is to verify how the Brazilian Navy can contribute in order for the Brazilian State to maintain the role of main actor, especially with regards to the military aspect in the southern portion of the American continent. Therefore, through a descriptive study and based on the deductive method, conclusions will be presented which express that the influence of the geopolitics of foreign powers can impact the regional role of Brazil, especially regarding the defense sector. Possible actions that the Brazilian Navy can develop to expand Brazil's military role in South America will also be presented.

Keywords: Geopolitics. Foreign Powers. United States of América. China. Russia. Protagonism. Brazil. Integration. Brazilian Navy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEN –	Ações Estratégicas Navais
ALBA –	Aliança Bolivariana para os Povos da nossa América
ALCA –	Área de Livre Comércio das Américas
AMAS –	Área Marítima do Atlântico Sul
AMRJ –	Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro
BID –	Base Industrial de Defesa
CASA –	Comunidade Sul-Americana de Nações
CDS –	Conselho de Defesa Sul-Americano
CELAC –	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CFA –	<i>Colonies Françaises d’Afrique</i>
CFN –	Corpo de Fuzileiros Navais
DefNBQR –	Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica
EB –	Exército Brasileiro
EEB –	Entorno Estratégico Brasileiro
EMA –	Estado-Maior da Armada
EN –	Estratégias Navais
END –	Estratégia Nacional de Defesa
EUA –	Estados Unidos da América
FAB –	Força Aérea Brasileira
FCN –	Fragatas Classe “Niterói”
FCT –	Fragatas Classe “Tamandaré”
FT –	Forças Transnacionais

FTM-UNIFIL –	Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano
GNL –	Gás Natural Liquefeito
HMS –	<i>Her Majesty's Ship</i>
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIRSA –	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
LABGENE –	Laboratório de Geração de Energia Núcleo-Elétrica
LBDN –	Livro Branco de Defesa Nacional
LCM –	Linhas de Comunicação Marítimas
MANAER –	Míssil Antinavio Ar-Superfície
MANSUP –	Míssil Antinavio de Superfície
MB –	Marinha do Brasil
MERCOSUL –	Mercado Comum do Sul
MNNA –	<i>Major Non-NATO Ally</i>
NAM –	Navio-Aeródromo Multipropósito
NCAM –	Navio com capacidade de Controle de Área Marítima
NDCC –	Navio de Desembarque de Carros de Combate
OBNAV –	Objetivos Navais
OIG –	Organizações Internacionais Governamentais ou Intergovernamentais
OND –	Objetivos Nacionais de Defesa
ONG –	Organizações Não-governamentais
ONU –	Organização das Nações Unidas
OTAN –	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAED –	Plano de Articulação e Equipamento de Defesa
PAEMB –	Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil

PCC –	Partido Comunista Chinês
PEM –	Plano Estratégico da Marinha
PIB –	Produto Interno Bruto
PND –	Política Nacional de Defesa
PNM –	Programa Nuclear da Marinha
PRONAE –	Programa de Obtenção de Navios-Aeródromos
PRONAPA –	Programa de Obtenção de Navios-patrolha
PROSUB –	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
PROSUL –	Foro para o Progresso e Integração da América do Sul
QUAD –	<i>Quadrilateral Security Dialoge</i>
RI –	Relações Internacionais
RPC –	República Popular da China
RT –	<i>Russia Today</i>
SARP –	Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas
SARP-E –	Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas Embarcadas
SCPN –	Submarino Convencional de Propulsão Nuclear
SI –	Sistema Internacional
SisGAAz –	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
TIAR –	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UE –	União Europeia
UNASUL –	União das Nações Sul-Americanas
URSS –	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USA –	<i>United States of America</i>
USSOUTHCOM –	<i>United States Southern Command</i>

VLEGA – Viatura Leve de Emprego Geral Aerotransportável

ZEE – Zona Econômica Exclusiva

ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	GEOPOLÍTICA E ATORES EXTERNOS NA AMÉRICA DO SUL	17
2.1	A geopolítica	17
2.2	A influência de atores externos na América do Sul	18
2.2.1	Estados Unidos da América	19
2.2.2	União Europeia	20
2.2.3	China	25
2.2.4	Rússia	28
3	AS GEOPOLÍTICAS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, DA CHINA E DA RÚSSIA	38
3.1	Os Estados e o realismo	38
3.2	A geopolítica dos Estados Unidos da América	40
3.3	A geopolítica da China	45
3.4	A geopolítica da Rússia	48
4	O SETOR DE DEFESA E A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA	53
4.1	Prognóstico para as primeiras décadas do século XXI	53
4.2	O caminho para ser uma grande potência	54
4.3	A defesa como um ponto importante para a integração da América do Sul	55
5	BRASIL: O PODER MILITAR E A PARTICIPAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL	63
5.1	O poder militar do Brasil	63
5.2	O Brasil e a defesa nacional	64
5.3	A Política Naval	68
5.4	PEM 2040	72

5.5	Possíveis ações da MB para ampliar o protagonismo militar do Brasil na América do Sul	78
6	CONCLUSÃO	80
	REFERÊNCIAS	89

1 INTRODUÇÃO

Segundo Joseph Nye (2002), o globalismo é um fenômeno bastante antigo que trata da ideia de que os países podem se interconectar por meio de redes, independentemente das distâncias entre eles. O globalismo atua em quatro dimensões distintas: militar, econômica, social e ambiental, podendo ser tênue (globalismo fino) ou intenso (globalismo grosso ou denso) em cada momento da História. A antiga Rota da Seda que pode ser considerada como um exemplo de globalismo fino foi empregada por uma pequena quantidade de navegadores corajosos e permitiu uma ligação econômica e cultural entre Ásia e Europa.

Ainda de acordo com Nye (2002), a globalização se refere ao aumento da intensidade com que o globalismo está sendo disseminado nas diversas regiões do mundo, ou seja, quanto mais rápida for a transição entre os globalismos fino e denso, maior será a taxa de globalização.

Como consequência da globalização, alguns países sofrem a intensificação da influência de grandes potências estrangeiras que podem atuar no Sistema Internacional (SI) em diversas áreas, como, por exemplo, em relações comerciais, alianças militares, alinhamentos ideológicos, acordos de fornecimento e desenvolvimento de tecnologia e em questões relativas ao meio ambiente.

Nesse sentido, o aumento da influência de potências estrangeiras no Entorno Estratégico Brasileiro (EEB)¹ pode afetar importantes alianças e parcerias existentes, como, por exemplo, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)² e o Foro para o Progresso e Integração

¹ O EEB é a área onde o Brasil tem interesse prioritário, sendo citado no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), na Política Nacional de Defesa (PND), na Estratégia Nacional de Defesa (END) e em alguns documentos decorrentes, como, por exemplo, a Política Naval e o Plano Estratégico da Marinha (PEM) 2040. Está delimitado, ao norte, pelo paralelo de 16° N; ao sul, pela Antártica; a leste, pelos países da costa ocidental da África; e a oeste, pela América do Sul (BRASIL, 2020a,b,c,d,e).

² O MERCOSUL é a aliança comercial, inicialmente estabelecida entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, que visa à integração regional na América do Sul. Atualmente conta com participação dos seguintes Estados Associados: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname. A Venezuela aderiu ao acordo em 2006, mas se encontra suspensa de seus direitos e obrigações, como Estado Parte, de acordo com o previsto no parágrafo 2° do artigo 5° do Protocolo de Ushuaia. Disponível em: <www.mercosur.int>. Acesso em: 01 abr. 2022.

da América do Sul (PROSUL)³, estabelecidas entre os países sul-americanos, e causar a diminuição da necessidade da integração e da cooperação na porção sul da América.

O Brasil, de acordo com dados de 2022, constantes no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴, é o quinto maior país do mundo em extensão territorial, bem como, de acordo com o *Worldatlas*⁵ (2018), é a oitava maior economia mundial em termos de Produto Interno Bruto, assim sendo, exerce um papel de destaque no seu Entorno Estratégico. Em virtude disso, a República Federativa do Brasil deveria impulsionar a integração e a cooperação regionais, a fim de manter o seu protagonismo na América do Sul, reduzindo, desta forma, o peso da influência das grandes potências mundiais no EEB.

No campo militar, de acordo com o *site Global Firepower*⁶ (2022) que se baseia em mais de cinquenta fatores individuais que representam a capacidade potencial de um país em conduzir a guerra no mar, em terra e no ar para estabelecer o seu *Power Index* (Índice de Força Militar), o Brasil ocupa a décima posição mundial no que diz respeito às Forças Armadas, sendo o primeiro colocado na América do Sul.

As Forças Armadas brasileiras são subordinadas ao Ministério da Defesa e compostas pela Marinha do Brasil (MB), pelo Exército Brasileiro (EB) e pela Força Aérea Brasileira (FAB). Destaca-se que a Defesa Nacional é uma das principais atribuições do Estado brasileiro e é realizada por meio das Forças Armadas, conforme previsto na Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seus artigos 21, inciso III, e 142. Logo, as Forças Armadas brasileiras trabalham para contribuir com a manutenção da estabilidade do país, evitando pressões e agressões externas (BRASIL, 2020a).

Assim sendo, a MB, tomando, por base, o estabelecido no PEM 2040 e em seus documentos decorrentes, pode contribuir com ações, iniciativas e projetos que permitam a manutenção do protagonismo militar brasileiro na América do Sul.

³ O PROSUL é um acordo entre Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru que visa fortalecer a integração dos Países da América do Sul, principalmente nos setores de defesa, energia, infraestrutura, resposta a desastres naturais, saúde, segurança e combate ao crime. Disponível em: <www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/cds>. Acesso em: 01 abr. 2022.

⁴ Disponível em: <cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article/94-7a12/7a12-vamos-conhecer-o-brasil/nosso-territorio/1461-o-brasil-no-mundo.html>. Acesso em: 01 abr. 2022.

⁵ Disponível em: <www.worldatlas.com/articles/the-world-s-25-biggest-economies.html>. Acesso em: 01 abr. 2022.

⁶ Disponível em: <<https://www.globalfirepower.com/countries-listing.php>>. Acesso: em 05 abr. 2022.

Levando em consideração a influência da geopolítica das potências estrangeiras no EEB, esta tese se limita aos seus reflexos no período compreendido entre 2001 e os dias atuais, no protagonismo do Brasil na América do Sul, principalmente, no campo militar. Portanto, o propósito do trabalho é verificar como a MB pode contribuir para que o Estado brasileiro mantenha o papel de ator principal na porção sul do continente americano.

Dessa forma, este trabalho foi elaborado por meio de um estudo descritivo, empregando o método dedutivo para a formulação de conclusões com uma abordagem qualitativa, a fim de responder à seguinte pergunta de pesquisa: Em que medida a influência da geopolítica de potências estrangeiras na América do Sul pode impactar no protagonismo regional do Brasil no que tange à vertente militar?

O período escolhido para delimitar o estudo é relevante, pois, após o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos da América (EUA), os países que compõem o SI tiveram que se adequar, principalmente no campo de defesa, para fazer frente às novas ameaças.

Assim sendo, esta tese foi organizada em seis capítulos, sendo o primeiro deles esta Introdução.

São apresentados, no capítulo 2, alguns geopolíticos e os conceitos que utilizaram no que diz respeito à geopolítica, empregando, como referência, as seguintes obras: “Teorias Geopolíticas”, de Octavio Tosta, publicada em 1984; “Novas Geopolíticas”, de José William Vesentini, que teve sua 4ª edição publicada em 2009; e “Geopolítica e Modernidade: a geopolítica brasileira”, de Carlos de Meira Mattos, publicada em 2002. Além disto, o livro *“External Powers in Latin América: geopolitics between neo-extractivism and south-south cooperation”*, editado por Gian Luca Gardini e publicado em 2021, será empregado como base para destacar as principais potências estrangeiras atuando na América do Sul, ressaltando os ramos em que estão interagindo com os Estados sul-americanos.

No capítulo 3, são estudados, com maior profundidade, três dos países abordados no capítulo anterior, em virtude de terem uma maior interação com os Estados Sul-americanos. Assim sendo, são expostos os pensamentos e os interesses geopolíticos que estão sendo empregados nas últimas duas décadas pelos EUA, pela China e pela Rússia, tomando, como base, textos e livros publicados por geopolíticos daqueles locais, além de documentos emitidos por governos passados ou atuais, como, por exemplo, seus Livros Brancos de Defesa e suas Estratégias Nacionais.

Ao longo do quarto capítulo, são apresentadas informações que confirmam o protagonismo do Brasil na América do Sul, utilizando, como referências, os livros “Brasil: grande potência do século XXI - lideranças e desafios na nova ordem mundial”, de Pedro Ricardo Dória, publicado em 2012, e “Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo”, de Raúl Zibechi, publicado em 2012. O livro escrito por Vinícius Modolo Teixeira, denominado “A Cooperação em Defesa na América do Sul como Base para a Integração do Continente”, publicado em 2014, servirá de alicerce para apresentar que a cooperação em defesa serve para reforçar a integração dos Estados Sul-americanos. Serão abordados também os projetos e as iniciativas que o Estado brasileiro vem desenvolvendo para aumentar a cooperação e a integração regionais.

O capítulo 5 demonstra que o Brasil possui o protagonismo militar na América do Sul e quais são as ações que estão sendo desenvolvidas e as que precisam ser implementadas pela MB para a manutenção desta posição de destaque na porção sul da América. Para tecer comentários sobre as contribuições da MB para o Protagonismo Militar, serão empregadas, entre outras fontes, a Política Naval e o PEM 2040. Ademais, serão consultados os projetos e ações que estão em andamento na MB. Caso se faça necessário implementar novas medidas para contribuir com a manutenção dessa posição de destaque na América do Sul, estas ações serão sugeridas tomando como base os Objetivos Navais (OBNAV) constantes na Política Naval, além das Estratégias Navais (EN) e das Ações Estratégicas Navais (AEN), descritas no PEM 2040.

Por fim, a Conclusão tentará apresentar, por meio de conteúdo analítico, a resposta para a questão de pesquisa desta tese.

2 GEOPOLÍTICA E ATORES EXTERNOS NA AMÉRICA DO SUL

2.1 A geopolítica

A palavra “geopolítica” foi empregada, primeiramente, pelo sueco Rudolf Kjellén no ensaio, publicado em 1905, denominado “As Grandes Potências” (VESENTINI, 2009). Entretanto, conforme cita Carlos de Meira Mattos (2002), muito antes disto, já eram realizadas observações sobre como a atuação do homem pode ser impactada pela geografia.

Aristóteles (384-322 a.C.), renomado filósofo da antiguidade, já entendia que a ciência política estava conectada à geografia (TOSTA, 1984).

No Livro XIV de sua renomada obra, intitulada “Espírito das Leis”, Montesquieu (1689-1755) tratava de como a geografia influencia o ser humano e as transformações políticas (TOSTA, 1984).

Napoleão Bonaparte também acreditava que a geografia norteava a política de um Estado (TOSTA, 1984).

Na América Latina⁷, Simon Bolívar (1783-1830), com as suas ideias referentes ao Pan-americanismo, atuou como um geopolítico prático. Ele disseminava que o Novo Mundo deveria ser composto por Estados livres que empregariam uma legislação específica para regular as suas relações exteriores. Na visão de Bolívar, em caso de conflitos internos ou externos em algum Estado latino-americano, as Forças Armadas dos demais países do bloco deveriam atuar em prol da solução da contenda (TOSTA, 1984).

Em virtude da sua teoria que considera que os fenômenos políticos são influenciados pelos fatores geográficos (espaço e posição), Friedrich Ratzel (1844-1904) é referenciado como o precursor da geopolítica (TOSTA, 1984), tendo elaborado as Sete Leis do Expansionismo que tratam do crescimento dos Estados (MATTOS, 2002).

Para Kjellén, os Estados são como seres vivos e são constituídos por cinco elementos: povo, território, governo, sociedade e economia. Na visão dele, a geopolítica é o ramo do conhecimento que se refere ao território como sendo uma instituição política. Além

⁷ A América Latina refere-se ao conjunto de 20 países da América que falam os idiomas português ou espanhol. Disponível em: <<https://conceito.de/america-latina>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

disso, Kjellén entendia que um Estado só pode ser considerado forte se possuir: “grande espaço, liberdade de movimentos e coesão interna” (TOSTA, 1984, p. 18).

Alfred Thayer Mahan (1840-1914), na obra denominada “*The influence of sea power upon history*”, destacava a importância do poder naval, do domínio do mar e do controle das rotas marítimas para que um Estado se tornasse uma potência com relevância mundial. Para Mahan, o domínio do mar permitia o robustecimento do Estado, possibilitando grandes mudanças no SI (MATTOS, 2002; TOSTA, 1984; VESENTINI, 2009).

Halford J. Mackinder (1861-1947) ressaltava a importância do poder terrestre, tendo pautado suas ideias nos conceitos que elaborou sobre a “ilha mundial” (composta por Europa, Ásia e África), a “*área pivot*” (localizada na parte central de Eurásia), a “*heartland*” (parte da “*área pivot*” que corresponde ao leste da Europa), o “*anel interior*” (área que circunda a “*heartland*”) e o “*anel exterior*” (área circular que se inicia a partir da borda externa do “*anel interior*”). Na visão de Mackinder, aquele que controla a “*heartland*” será capaz de exercer, sucessivamente, o domínio sobre a “*área pivot*”, sobre a “ilha mundial” e sobre o globo terrestre (VESENTINI, 2009).

Segundo consta no Glossário das Forças Armadas (BRASIL, 2015), a geopolítica é a porção da ciência que se dedica ao estudo do emprego da política com base em sua fundamentação geográfica.

A geopolítica clássica se destaca pelo fato de possibilitar que sejam construídos alicerces fortes nos quais os Estados se apoiam para terem destaque no SI (VESENTINI, 2009).

Ressalta-se que os conceitos apresentados por diversos geopolíticos no decorrer da História acabam gerando influências nos Estados no que diz respeito às suas políticas internas e externas e às suas participações no SI.

2.2 A influência de atores externos na América do Sul

No século XXI, alguns Estados ou blocos de países não pertencentes ao EEB têm exercido influência na América do Sul. Assim sendo, serão destacados, a seguir, pontos relevantes dessa interação.

2.2.1 Estados Unidos da América

De acordo com Tom Long⁸ (2021), a Doutrina Monroe, lançada em 1823, contribuiu para que, desde aquela época, os EUA tivessem um papel de destaque no que diz respeito à interação com os Estados sul-americanos. A influência estadunidense se deve, em grande parte, à assimetria de suas capacidades em relação aos países da América do Sul.

A interação dos EUA com os Estados da América Latina, segundo Long (2021), é escalonada em quatro níveis, sendo em maior escala com o México em virtude da extensa fronteira que compartilham. Em segundo lugar, estão os Estados da América Central e do Caribe, com grande assimetria de capacidades em relação aos EUA, o que resulta na atuação estadunidense para tentar moldar as suas trajetórias, a fim de evitar que tomem caminhos conflitantes com os interesses dos EUA. No terceiro nível, em que a atuação estadunidense já é mais moderada, aparecem os países da porção norte da América do Sul, com destaque para Colômbia e Venezuela, seguidas do Equador e da Guiana. No quarto patamar, encontram-se os componentes do Cone Sul, principalmente o Brasil, a Argentina e o Chile, que, em virtude de possuírem acordos e tratados regionais, acabam tendo uma menor interação com os EUA.

Faz-se necessário destacar que as relações dos EUA com os países sul-americanos se tornaram mais intensas somente a partir de 1890, em virtude de interesses políticos e comerciais. Entre 1890 e 1930, ocorreu o período de maior interferência estadunidense na América do Sul, gerando oportunidades e ameaças que proporcionaram, respectivamente, cooperação e oposição às atuações do EUA na porção sul do continente americano (LONG, 2021).

Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA adotaram uma política global, o que acabou afetando as expectativas de uma cooperação latino-americana. Entretanto, em decorrência da Guerra Fria, os EUA disseminaram, entre os países da América Latina, ideais democráticos, além de políticas econômicas baseadas no neoliberalismo. É importante salientar que, durante a Guerra Fria, algumas revoluções com ideais de esquerda que ocorreram na América Latina foram debeladas, com o apoio da assistência militar estadunidense, pelos países onde estavam ocorrendo. No que tange ao aspecto econômico,

⁸ Tom Long publicou o artigo denominado *"The United States in Latin America: Lasting asymmetries, waning influence"* no livro *"External powers in Latin América: geopolitics between neo-extractivism and south-south cooperation"*, que foi editado, em 2021, por Gian Luca Gardini.

os EUA empregaram, na América Latina, políticas que visavam a instalação de suas empresas no Brasil, na Argentina e no México (LONG, 2021).

Tom Long (2021) cita que, em função da atual presença da China em alguns países da América do Sul, os EUA tiveram uma redução da sua influência nesta área, entretanto, ela ainda é substancial.

Assim sendo, constata-se que os EUA, por meio da sua geopolítica e de sua política externa, exercem influência sobre os países da América do Sul.

2.2.2 União Europeia

A União Europeia (UE) exerce importante influência sobre a América Latina. Isto se deve, primeiramente, devido ao fato de que os atuais Estados americanos foram colônias de países europeus, de onde herdaram seus idiomas, suas culturas e suas religiões, além de traços históricos e econômicos. É importante ressaltar que a América Latina recebeu diversos imigrantes provenientes da Europa, principalmente de Portugal, Espanha, Itália, Alemanha e Polônia, e que as relações entre os continentes europeu e americano já ocorrem por mais de cinco séculos (GARDINI, 2021).

De acordo com Gian Luca Gardini (2021), após a Segunda Guerra Mundial, as antigas potências coloniais tiveram uma redução de suas participações no SI em decorrência de terem perdido o destaque global, pois focaram seus esforços, principalmente, em seus assuntos internos que envolviam a reconstrução de seus países, incluindo o setor econômico. Na década de 1990, após o término da Guerra Fria, houve um incremento das relações entre a UE e os países da América Latina. Essa aproximação se deve, em parte, pela entrada na UE, em 1986, de Portugal e da Espanha, pois estes Estados se empenharam para que a América Latina fosse incluída na agenda de negócios daquele bloco europeu. Além disso, a UE estava buscando destaque global no que diz respeito ao setor econômico, e os países latino-americanos possuíam um mercado que possibilitava a realização de investimentos europeus. Em virtude do crescimento dos negócios entre a China e os países da América do Sul, ocorreu um declínio, após o início do segundo milênio, das relações entre a UE e os Estados latino-americanos. Somente a partir de 2016, ocorreu uma nova aproximação entre a UE e a América Latina, pois foram firmados acordos que demonstravam a intenção de realização de negócios entre os referidos blocos.

A UE é o terceiro maior parceiro comercial da América Latina, estando atrás apenas dos EUA e da China. É importante destacar que a maioria das exportações realizadas pelos países latino-americanos para a UE são produtos primários e *commodities*. Já as exportações da Europa para a América Latina estão baseadas em produtos manufaturados. Ressalta-se que este tipo de relação comercial acaba restringindo o desenvolvimento industrial dos Estados latino-americanos, uma vez que produzem poucos produtos com maior valor agregado. O Brasil e o México são responsáveis por cerca de 50% do comércio com a UE, destacando que, em 2017, o Estado brasileiro foi responsável por 34% dos negócios da América Latina com a UE, cabendo ao México a parcela de 26%. Outro ponto importante a salientar é que a UE dedica uma atenção especial aos negócios bloco a bloco, pois facilitam, inclusive, o diálogo no nível político. Assim sendo, o MERCOSUL é responsável por 46% das exportações da América Latina para o referido grupo de países europeus (GARDINI, 2021).

A UE, conforme cita Gardini (2021), a partir da década de 1990, decidiu implementar, como um dos alicerces da sua estratégia internacional, a política de integração com outras regiões do globo terrestre. No que diz respeito à América Latina, isso contribuiu para o abandono das políticas desenvolvimentistas e para o emprego do regionalismo aberto que possibilitaria o acesso aos mercados mundiais por meio da tão propalada globalização. Em virtude dos bons resultados alcançados nas relações comerciais com a América Latina, a UE, em 1999, decidiu ampliar seus campos de atuação para o nível político e para o de colaboração para o desenvolvimento dos países sul-americanos, uma vez que a vertente econômica já estava sendo empregada.

Em junho de 2019, foi firmado um acordo entre a UE e o MERCOSUL, sendo que este acordo possibilitará a criação de uma zona de livre comércio entre os dois blocos que contará com cerca de 780 milhões de consumidores. Releva destacar que a UE serve de fonte de inspiração para a criação, na América Latina, de um bloco com características similares, onde seriam priorizados, pelo menos, os seguintes setores: econômico, democrático, social e de direitos humanos (GARDINI, 2021).

De acordo com Gardini (2021), as relações entre a UE e os países latino-americanos têm proporcionado bons resultados, sendo que a América Latina é o principal destino para os investimentos externos das empresas europeias. É importante frisar que os laços culturais e históricos contribuem para que as relações entre estes dois importantes blocos sejam mais próximas.

A seguir será destacada a influência do Reino Unido e da França na América do Sul, pois são países que, mesmo antes da criação da UE, já influenciavam as porções sul do continente americano e do Oceano Atlântico:

a) Reino Unido

De acordo com Martin Robson (2017), o bloqueio continental, implementado, em 1806, por Napoleão Bonaparte, impediu que a Grã-Bretanha mantivesse o seu comércio com os países da Europa, obrigando-a a buscar soluções nos mercados da América do Sul. O comércio do Reino Unido com os países sul-americanos persiste até os dias atuais, entretanto, quando comparado com as transações comerciais britânicas realizadas, em janeiro de 2017, com os EUA, Alemanha, França, Holanda, Irlanda, China, Bélgica, Itália, Espanha, Suíça e Noruega, ainda é modesto. O Brasil é o principal parceiro comercial do Reino Unido na América do Sul, representando, em 2017, 69,1% das relações comerciais no que diz respeito aos países da parte sul do continente americano, estando bem à frente da Colômbia, da Argentina e do Chile. O Brasil também recebe investimentos provenientes do Reino Unido que totalizaram 14,7 bilhões de libras esterlinas em 2014.

No Atlântico Sul, segundo descreve Robson (2017), o Reino Unido tem interesses políticos e estratégicos, uma vez que possui os territórios ultramarinos das seguintes ilhas: *Falkland*, *Sandwich* do Sul, Geórgia do Sul, Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha. Além disso, o Reino Unido desenvolve pesquisas na Antártica e possui, na África, um relacionamento próximo com Namíbia, África do Sul, Camarões, Gana, Serra Leoa e Nigéria que são suas antigas colônias e possuem litoral no oceano Atlântico.

No que diz respeito às ilhas *Falkland*, Robson (2017) cita que o conflito, ocorrido em 1982, entre o Reino Unido e a Argentina, a respeito da posse do arquipélago, foi importante para demonstrar a postura britânica em situações envolvendo seus territórios ultramarinos no Atlântico Sul. O Reino Unido foi o vencedor da contenda e permanece cuidando dos interesses econômicos e da segurança das referidas ilhas. É digno de nota que a UE é o maior parceiro comercial das ilhas *Falkland*.

O Reino Unido também se destaca pela venda de navios para alguns países da América do Sul.

De acordo com o sítio da empresa *BAE Systems* (2022), o Brasil, em setembro de 1970, firmou um contrato com o estaleiro *Vosper Thornycroft*, baseado no Reino Unido, para

encomendar seis fragatas marca 10, que foram projetadas, pelo referido estaleiro, para atender aos requisitos estabelecidos pela MB. Destaca-se que quatro dessas fragatas foram construídas, na Inglaterra, pelo próprio estaleiro, sendo que as duas últimas foram produzidas, com o apoio daquele estaleiro britânico, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ). Estes seis navios foram designados, pela MB, como as Fragatas Classe “Niterói” (FCN). Além disso, em janeiro de 2012, a MB assinou o contrato com a empresa britânica *BAE Systems* para a aquisição de três novos navios-patrolha oceânicos da classe “Amazonas”.

Conforme relata Tossini (2019) e de acordo com o sítio da MB, o Brasil também adquiriu diversos navios que pertenceram à *Royal Navy* e à *Royal Fleet Auxiliary*, dos quais se sobressaem os de maior porte: o ex-HMS⁹ “Ocean”, que recebeu, na MB, o nome de Navio-Aeródromo Multipropósito (NAM) “Atlântico”; quatro fragatas tipo 22 que, no Brasil, compuseram a classe “Greenhalgh”; e dois navios de desembarque de carros de combate (NDCC) que foram denominados como NDCC “Almirante Saboia” e NDCC “Garcia D’Avila” (já descomissionado).

A Armada do Chile (2022), conforme consta em seu sítio oficial, possui alguns navios de origem britânica em serviço, sendo três fragatas tipo 23 e uma fragata tipo 22.

Salienta-se que o Reino Unido tem interesses econômicos no Atlântico Sul e na América do Sul, principalmente no que se refere ao Brasil e à Argentina que representam mercados promissores especialmente depois da ocorrência do BREXIT¹⁰ (ROBSON, 2017).

b) França

A ligação da França com o Atlântico Sul, conforme descreve Ricardo Begosso (2020), remonta à época de suas colônias. Entretanto, no final do século XX, a influência da França diminuiu na África, em virtude de estar ocorrendo, cada vez mais, a presença chinesa no continente africano. Destaca-se que antigas colônias francesas na África, a partir de 1960, após terem se tornado independentes, ainda permaneceram com suas economias sendo impactadas pela França. Uma das formas adotadas pelo governo francês para continuar influenciando suas ex-colônias foi a implementação, em quatorze países africanos, de um sistema monetário denominado franco CFA, atinente às *colonies françaises d’Afrique*. No

⁹ De acordo com a *Encyclopaedia Britannica*, a sigla HMS significa *Her Majesty’s Ship*.

¹⁰ O termo BREXIT (Britain exit) refere-se à saída do Reino Unido da UE, que ocorreu em 31 de janeiro de 2020, conforme noticiou o jornal *The Guardian* (2020).

sistema em questão, os países que empregassem a referida moeda deveriam depositar, no Tesouro francês, 50% de suas reservas internacionais, a fim de manterem as suas economias mais estáveis, com a possibilidade de realizarem empréstimos, que, normalmente, estavam atrelados ao emprego de empresas francesas.

De acordo com Tales dos Santos Pinto (2022), os franceses tentaram estabelecer uma colonização tardia na América, quando comparados a portugueses e espanhóis em virtude do atraso nas expedições marítimas. Na América do Sul, os franceses realizaram algumas tentativas de colonização. Em 1555, os franceses fundaram a França Antártica, na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Alguns anos depois, os franceses foram expulsos daquela área pelos portugueses. Ainda no litoral brasileiro, em 1612, franceses tentaram estabelecer, no litoral do Maranhão, a França Equinocial, mas, em 1615, foram derrotados pelos portugueses. A única colônia em que tiveram sucesso na América do Sul foi a que corresponde ao atual território ultramarino da Guiana Francesa.

Destaca-se que a maior fronteira da França é com o Brasil, por meio da Guiana Francesa, conforme descreve o sítio da Aliança Francesa de Goiânia (2021).

Mariana Alvim (2019) cita que mais de 90% do território da Guiana Francesa é coberto pela floresta amazônica. Cerca de um terço desta floresta está no *Parc Amazonien de Guyane* que passou para a categoria de parque nacional em 2007 com a finalidade de manter a sua preservação ambiental, impedindo a exploração econômica e intervenção humana, à exceção dos povos indígenas que ali habitam e que podem caçar e pescar para sua subsistência. Dentro do referido parque, há uma região conhecida como *Montagne D'Or* que, segundo levantamentos de um consórcio russo-canadense, possui 85 toneladas de ouro. A exploração legal não foi autorizada, em 2017, pelo presidente Emmanuel Macron, por entender que a extração afeta o meio ambiente. A França está enfrentando problemas decorrentes da presença de garimpeiros ilegais na área de preservação ambiental.

Segundo a *Encyclopaedia Britannica* (2022), a Guiana Francesa abriga uma base de lançamento de foguetes em Kourou, sendo este local empregado pela Agência Espacial Europeia em função da sua posição privilegiada. Os recursos adquiridos com a referida base correspondem a um quarto do produto interno bruto (PIB) do território ultramarino.

A França possui um histórico de venda de equipamentos militares, incluindo navios, para alguns países sul-americanos.

O Brasil adquiriu, com a França, segundo o sítio oficial da MB (2022), o Navio-Aeródromo “São Paulo” (já descomissionado) e o Navio Doca Multipropósito “Bahia”. Além disto, a MB está conduzindo, em conjunto com a França, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) que prevê a construção de quatro submarinos convencionais e de um submarino convencional de propulsão nuclear (SCPN). A MB emprega o míssil Exocet, de origem francesa, que pode ser lançado de meios de superfície, aéreos e submarinos.

A Armada do Chile (2022) possui, de acordo com seu sítio oficial, os seguintes navios de origem francesa: o Navio Multipropósito LSDH-91 “Sargento Aldea” e dois submarinos da classe “Scorpene”, denominados SS-22 “Carrera” e SS-23 “O’Higgins”.

Conforme consta no sítio da empresa francesa *Naval Group* (2022), a Armada Argentina assinou, em 2019, um contrato para a aquisição de quatro navios-patrolha oceânicos, sendo o primeiro deles o ex-*L’Adroit* que pertencia à Marinha Nacional Francesa e foi entregue à Armada Argentina em dezembro de 2019. Os outros três navios foram construídos especificamente para a Argentina, sendo recebidos em abril de 2021, outubro de 2021 e abril de 2022.

2.2.3 China

De acordo com Carol Wise¹¹ (2021), a República Popular da China (RPC), observando a importância de obter matéria-prima para suas indústrias, intensificou esforços para se aproximar dos Estados latino-americanos. Relewa citar que a influência chinesa ganhou proporções tão grandiosas na América Latina que acabou gerando preocupações para Donald Trump, presidente estadunidense na ocasião, pois ele considerava que a China estava atuando de forma imperialista e predatória em uma região que, na visão dos EUA, era sua área de influência. A RPC, atualmente, é a maior ameaça aos interesses globais dos EUA.

Em virtude da diversidade de países que compõem a América Latina, não há um relacionamento único da RPC com estes Estados. O ponto em comum, na visão chinesa, para os países sul-americanos, é a abundância de recursos naturais e de *commodities* que são essenciais para o desenvolvimento e para o crescimento econômico da China (WISE, 2021).

¹¹ Carol Wise publicou, no livro intitulado “*External powers in Latin America: geopolitics between neo-extractivism and south-south cooperation*”, o artigo denominado “*China in Latin America: Winning hearts and minds pragmatically*”.

Segundo Wise (2021), as relações comerciais entre a América Latina e a RPC foram intensificadas no século XXI, entretanto, muito antes disto, desde a década de 1950, o Partido Comunista Chinês (PCC) voltou seus olhos para os Estados latino-americanos. A queda, em 1957, de líderes militares colombianos e, em 1958, de militares venezuelanos de altas patentes, todos pró-EUA, e a Revolução Cubana, em 1959, com a entrada de Fidel Castro no poder, davam indícios de que o PCC poderia iniciar uma “guerra popular” contra os EUA com o apoio de alguns países da América Latina.

Ainda durante a Guerra Fria, a China começou a realizar a aproximação com a América Latina, tanto no campo econômico como no político. Os chineses empregando, inicialmente, a técnica que ficou conhecida como “propaganda e convite”, aproveitaram para, além de disseminar suas ideias comunistas, elevar a imagem da China, denegrir a reputação dos EUA e divulgar o modelo econômico de superação que estava sendo empregado na RPC. Entretanto, por volta de 1965, as afinidades políticas entre a China e alguns Estados da América Latina que visavam à realização de uma revolução proletária para o povo latino-americano acabaram arrefecendo em virtude do comunismo pregado pela China exigir um estrito atendimento à doutrina maoísta. Em 1970, dos 59 partidos comunistas existentes na América Latina, apenas oito seguiam a linha de pensamento chinesa. Em 1976, com a morte de Mao Tse-tung, a China deixou de enviar recursos a estes partidos políticos (WISE, 2021).

Após o lançamento da “Política de Portas Abertas”, em 1978, baseada no investimento estrangeiro, no comércio exterior e em ciência e tecnologia, a China realizou negócios com o Chile para a importação de cobre, com o Peru para a aquisição de cobre, chumbo e zinco, com o Brasil para comprar minério de ferro e com a Argentina para adquirir trigo e milho. A China pós-Mao passou a empregar uma política não-ideológica, pragmática e mais flexível, o que possibilitou uma série de acordos com os países da América Latina. Entre os acordos, destaca-se o do Brasil com a China para o construir e lançar dois satélites. Em 1990, o presidente chinês, Yang Shangkun, fez visitas executivas à Argentina, ao Brasil, ao Chile, ao México e ao Uruguai, onde ressaltou as prioridades da RPC em relação aos negócios com a América Latina (WISE, 2021).

O período compreendido entre 1980 e 1989 ficou conhecido como a “década perdida” em virtude declínio econômico ocorrido em diversos países da América Latina. Em função disto, a partir de 1990, muitos desses Estados precisaram adotar as reformas econômicas que foram disseminadas no Consenso de Washington. Dentre as medidas

previstas no referido acordo, estavam a privatização de empresas estatais e a liberalização econômica. Mesmo após seguirem os protocolos constantes no consenso, ocorreu, em decorrência da recessão global do ano 2000, uma estagnação econômica para a maioria dos países latino-americanos. Entretanto, a partir daquela época, a RPC aumentou a demanda por matérias-primas, o que serviu para alavancar os preços desses produtos, gerando superávit no Brasil e na Argentina. Os preços favoráveis das *commodities*, entre 2003 e 2013, permitiram que Argentina, Brasil, Chile e Peru se destacassem nas relações comerciais com a China (WISE, 2021).

A China, com a finalidade de estreitar os laços e aprimorar suas relações com países ou blocos de Estados, estabeleceu as “parcerias estratégicas”. Tal ferramenta diplomática não previa nenhum apoio militar e era voltada à cooperação nos campos político, econômico, cultural e de segurança. Na América Latina, a RPC empregou esse tipo de relações bilaterais com Brasil, México, Argentina e Venezuela (MEDEIROS, 2009) em função da importância das suas matérias-primas para o crescimento chinês (XU, 2017).

De acordo com Xu (2017), o Brasil e a China estabeleceram relações diplomáticas em 1974. Ressalta-se que as diferenças ideológicas não foram um entrave para as ações bilaterais entre os Estados, principalmente no aspecto econômico. Entre 1980 e 1985, a relação comercial alcançou valores elevados, graças, principalmente, à importação brasileira do petróleo chinês e à exportação brasileira de ativos industriais, produtos petroquímicos e siderúrgicos. A partir da segunda metade da década de 1980, houve um declínio das transações comerciais entre os países, pois a RPC estava voltada para a solução de problemas internos, e o Brasil estava direcionando sua política externa para as relações com os EUA. Mesmo assim, em virtude da relevância dos negócios que desenvolviam, Brasil e China estabeleceram uma parceria estratégica em 1993. Assim sendo, o Brasil se tornou o primeiro Estado a estabelecer este tipo parceria com a RPC. Em 2009, a China superou os EUA e a Argentina nas relações comerciais com o Brasil.

Conforme cita Wise (2021), outros Estados latino-americanos também resolveram realizar parcerias estratégicas com a China. A Venezuela aderiu a esse tipo de acordo em 2001; o México, em 2003; a Argentina, em 2004; o Peru, em 2008; o Chile, em 2012; a Costa Rica, em 2015; o Equador, em 2015; o Uruguai, em 2016; e a Bolívia, em 2018.

Wise (2021) destaca ainda que os Livros Brancos de Defesa da China de 2008 e de 2016 citam a importância de que a RPC se aproxime dos países da América Latina e do Caribe,

a fim de cultivar a cooperação, a confiança e benefícios mútuos. Além disto, a China se reuniu com os 33 países componentes da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) em 2015, 2018 e 2021, tendo sido estabelecido o Fórum China-CELAC¹² com o objetivo de estreitar os laços e aprimorar os negócios e o benefício mútuo.

2.2.4 Rússia

Conforme descreve Richard Miles¹³ (2021), mesmo após mais de trinta anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a Rússia vive sob um regime político autoritário. Entretanto, ainda permanece buscando se manter como uma potência global. Uma das formas de obter destaque no SI é estreitar laços com os Estados da América Latina. Essa aproximação visa, entre outros propósitos, rivalizar com os EUA.

Para se aproximar do público internacional, a Rússia emprega a rede de notícias, denominada *Russia Today* (RT), que possui capacidade de difusão de reportagens na América Latina e que possibilita que o ponto de vista russo sobre os assuntos correntes seja disseminado no idioma local de cada um dos países em que a RT possui filiais (MILES, 2021).

As principais ações conduzidas pela Rússia na América Latina referem-se às vendas de armas, ao apoio econômico e às reuniões de alto nível com os Estados latino-americanos que possibilitam o emprego de estatais russas no desenvolvimento de infraestruturas. Quanto ao comércio de armas, Cuba e Venezuela, que vivem sob o julgo de governos autoritários de esquerda, são os maiores clientes da Rússia (MILES, 2021).

Conforme relata R. Evan Ellis (2015), a reaproximação russa com a América Latina ocorreu a partir de 2008 em uma resposta ao envolvimento estadunidense no conflito entre a Geórgia e a Rússia. Na ocasião, os EUA enviaram navios para o Mar Negro, com a finalidade de conter as ações separatistas da Abkhazia e da Ossétia do Sul que estavam sendo apoiadas pela Rússia. Assim sendo, em 2008, a Rússia empregou, a partir da Venezuela, aviões bombardeiros estratégicos Tu-160 para que realizassem sobrevoos sobre o Caribe. Cerca de um mês após, quatro navios da Marinha russa participaram de exercícios com a Marinha venezuelana, tendo ainda realizado visitas a portos da Nicarágua e de Cuba. Além disso, ainda

¹² Disponível em: <www.chinacelacforum.org/esp/>. Acesso em: 26 mai. 2022.

¹³ Richard Miles escreveu o artigo “*Russia in Latin America*” que foi publicado, por Gian Luca Gardini, no livro “*External powers in Latin América: geopolitics between neo-extractivism and south-south cooperation*”.

em 2008, o então presidente russo, Dmitry Medvedev, esteve na América Latina para participar do encontro de cúpula da Aliança Bolivariana para os Povos da nossa América (ALBA)¹⁴. Em decorrência desse evento, o presidente russo recebeu, em Moscou, as visitas oficiais do presidente Hugo Chávez, da Venezuela; do presidente Daniel Ortega, da Nicarágua; do presidente Evo Morales, da Bolívia; e do presidente Rafael Correa, do Equador.

Ressalta-se que aproximação da Rússia com os Estados da América Latina faz parte da sua reafirmação como potência global, além de afetar os interesses dos EUA, principalmente no que tange à segurança e à defesa, causando impactos na geopolítica global (ELLIS, 2015).

No que diz respeito aos negócios russos com a América Latina, o Brasil, dentre os países latino-americanos, é o maior parceiro comercial da Rússia (MILES, 2021). Ellis (2015) ressalta que Brasil e México juntos correspondem a 50% do comércio russo com a América Latina, sendo que o restante dos negócios ocorre em ordem decrescente de importância com Argentina, Equador, Panamá, Jamaica, Trinidad e Tobago, Chile e Nicarágua.

De acordo com Ellis (2015), os negócios russos com os Estados Latino-americanos estão concentrados nos setores de petróleo, mineração, venda de armas e energia nuclear. Assim sendo, empresas russas investiram em campos petrolíferos na Venezuela e nas minas de bauxita na Guiana e na Jamaica. Além disto, também forneceram componentes para serem empregados em usinas hidrelétricas e termelétricas no Brasil e na Argentina. No que diz respeito ao setor nuclear, a empresa russa denominada Rosatom se posicionou de forma bastante destacada, para construir reatores nucleares, para fornecimento de energia com fins civis, no Brasil, na Argentina, no Equador, no Peru e no Paraguai, sendo que os negócios com os dois primeiros Estados eram mais realistas. Merecem destaque, também, as importações de produtos agrícolas latino-americanos pelos russos.

Será apresentada uma visão mais detalhada dos negócios russos na América do Sul, pois, conforme descrito a seguir, a Rússia consegue exercer grande influência na parte sul do continente americano, ampliando o legado soviético, principalmente no que se refere aos campos militar e econômico, o que pode ser explicado, em certa medida, em virtude da disputa geopolítica entre os EUA e a ex-URSS no período da Guerra Fria.

¹⁴ A ALBA foi criada, com uma visão socialista, como uma alternativa à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Disponível em: <www.portalalba.org>. Acesso em: 08 jun. 2022.

a) Venezuela

De acordo com Ellis (2015), no que diz respeito ao comércio de armas, o principal cliente da Rússia, no hemisfério ocidental, é a Venezuela que as adquire por meio de financiamentos em bancos russos. O relacionamento foi ampliado em 2006, quando os EUA se recusaram a fornecer peças para os aviões de caça F-16, em virtude do regime político adotado pelo presidente venezuelano Hugo Chávez. Além disso, a Venezuela se afastou da maioria dos fornecedores de armas ocidentais, uma vez que eles tinham contratos com os EUA que impediam a comercialização de armas que possuíam tecnologias de origem estadunidense.

Dentre as aquisições venezuelanas de produtos militares russos, destacam-se compras de helicópteros, caças Sukhoi Su-30 e Yakovlev Yak-130, 100.000 fuzis Kalashnikov, sistemas de defesa aérea, canhões antiaéreos, foguetes, morteiros, mísseis superfície-ar portáteis IGLA-S, tanques T-72B1V, veículos blindados, navios-patrolha rápidos, submarinos, sistemas móveis de mísseis de defesa de costa e sistemas móveis de mísseis de defesa antiaérea (ELLIS, 2015; *INFODEFENSA.COM*, 2012d; *THE MOSCOW TIMES*, 2013).

Ellis (2015) expõe que, durante o conflito entre a Rússia e a Geórgia, o presidente Hugo Chávez permitiu, em 2008, que aeronaves russas Tu-160 que são bombardeiros supersônicos empregassem a Venezuela como ponto de apoio, o que colocou os EUA em uma situação desconfortável do ponto de vista estratégico.

Ressalta-se que segundo o sítio *Infodefensa.com* (2014c), a Rússia tem intenção de estabelecer instalações militares permanentes na América Latina, sendo que Venezuela, Cuba ou Nicarágua poderiam ser escolhidos como o Estado anfitrião.

No que tange às relações comerciais, a Venezuela é o segundo maior parceiro da Rússia, uma vez que o Brasil ocupa a primeira colocação. Destaca-se que as reservas abundantes de petróleo da Venezuela são de grande importância para a Rússia (ELLIS, 2015).

Conforme cita Ellis (2015), na América do Sul, a Rússia também possui relações comerciais com Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru e Uruguai. No que diz respeito aos negócios da Rússia com a América Latina, o Brasil é o principal parceiro quando visto de uma forma global, entretanto as parcerias com Venezuela, Nicarágua, Peru e Cuba também são relevantes.

b) Brasil

De acordo com Matthew Michaelides (2014), o Brasil e a Rússia, em outubro de 2005, estabeleceram um Acordo de Aliança Estratégica. Além disto, em 2006, ambos aderiram ao BRIC¹⁵. Destaca-se que as interações entre os Estados brasileiro e russo ocorrem tanto de forma direta quanto por meio do BRICS (ELLIS, 2015).

A Rússia apoia a participação permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, e, em função disto, no ano de 2014, o Brasil se absteve na votação que tratava da invasão da Crimeia por tropas russas. Entre as negociações brasileiras com os russos, estão as aquisições, pelo Brasil, entre 2008 e 2012, de armamentos e equipamentos militares da Rússia, dentre os quais se salienta a compra de helicópteros e mísseis antiaéreos portáteis IGLA-S. Apesar de ter ocorrido o comércio de armas e de materiais militares russos para o Brasil, tais transações comerciais ficaram abaixo do esperado pela Rússia. No que diz respeito ao Projeto FX-2, para equipar a FAB com uma nova aeronave de caça, segundo o sítio *Infodefensa.com* (2013, 2014b), os russos apresentaram a proposta do avião de caça Sukhoi-35, entretanto o Brasil decidiu pela compra da aeronave sueca Gripen NG. Em relação ao programa do SCPN brasileiro, a Rússia não se sagrou vencedora do processo, pois não aceitou transferir, para a Base Industrial de Defesa (BID), a tecnologia na quantidade pleiteada pelo Brasil (ELLIS, 2015).

A relação comercial entre o Brasil e a Rússia é a mais destacada da América Latina, sendo os produtos agrícolas brasileiros a maior parte das mercadorias exportadas. A Rússia exporta, para o Brasil, fertilizantes, metais e maquinário de alta tecnologia (ELLIS, 2015).

Cunningam (2014) ressalta que, no que diz respeito à geração de energia, a empresa russa Rosatom assinou, em 2014, com a firma Camargo Correa, um memorando de entendimentos para a construção de um local de armazenamento de resíduos nucleares e está intencionando participar da construção de um reator nuclear brasileiro. Além disto, conforme relata Ellis (2015), as construtoras russas vislumbram a possibilidade de participar da construção de usinas hidrelétricas e termelétricas no Brasil.

¹⁵ O BRIC é uma aliança política estabelecida, em 2006, entre o Brasil, a Rússia, a Índia e a China. Em 2011, após a entrada da África do Sul, este grupo passou a ser denominado BRICS. Disponível em: <www.infobrics.org>. Acesso em: 04 jun. 2022.

Em relação ao setor de aeronaves comerciais, Ekimovsky (2012) cita que os negócios não foram promissores, pois a empresa Sukhoi considerou que a entrada da Embraer no mercado russo, para a venda de jatos regionais, poderia afetar a sua clientela interna.

c) Argentina

No que diz respeito ao relacionamento entre Argentina e Rússia, Ellis (2015) descreve que o principal foco é o econômico, podendo alcançar, em algumas ocasiões, o setor de segurança.

Conforme relata Blaiser (1987), quando os EUA, na década de 1980, resolveram cessar as vendas de grãos para a antiga URSS, a Argentina foi um dos parceiros comerciais que ajudou a compensar a falta destes produtos. Um fator que contribuiu para a aproximação entre russos e argentinos foi o apoio dos EUA às ações inglesas nas Ilhas Malvinas (*Falkland*) em 1982.

Merece especial destaque, de acordo com Ellis (2015), o fato de que a Argentina é o país latino-americano que mais recebeu imigrantes de etnia russa no final de século XIX e no início do século XX. No campo político, a Argentina recebeu as visitas dos presidentes Medvedev, em 2010, e Putin, em 2014. Conforme citam Alexei Anishchuk (2014) e Richard Lough (2014), na votação da ONU, em 2014, sobre a tomada russa da Crimeia, a Argentina se absteve, pois, em diversas ocasiões, a Rússia apoiou os argumentos argentinos no que diz respeito às Ilhas Malvinas.

No que tange ao aspecto militar, Ellis (2015) relata que a Rússia intencionava vender equipamentos para as Forças Armadas argentinas, mas, em virtude dos poucos orçamentos para a defesa, poucos equipamentos e meios foram adquiridos pela Argentina, com destaque para a compra de cinco helicópteros Mi-171 E que incluía, segundo descreve o sítio *Infodefensa.com* (2011a), um acordo para o treinamento de pilotos e de manutenção para as aeronaves.

Ellis (2015) ressalta que a Argentina é o terceiro maior parceiro comercial da Rússia na América Latina, ficando atrás apenas do Brasil e da Venezuela, uma vez que é responsável por uma parcela considerável dos alimentos importados por aquele país.

O site *Infodefensa.com* (2010a) publicou que a Argentina se comprometeu, por meio de um acordo firmado entre os países, em empregar o sistema russo de navegação por satélite denominado GLONASS. No que tange ao ramo nuclear, a empresa russa Rosatom se

mostrou pronta para modernizar e expandir as instalações argentinas, entretanto a Argentina optou por assinar um contrato com a China.

No setor de gás, Ellis (2015) relata que a empresa russa Gazprom trabalha em conjunto com a estatal argentina Enarsa para a produção de gás natural liquefeito (GNL). No ramo petrolífero, a Rússia tentou assumir a exploração e a perfuração dos poços de petróleo que eram administrados pela empresa espanhola Repsol e que foram nacionalizados pela Argentina, porém as concessões foram repassadas para a empresa estadunidense Chevron, conforme destacaram Pablo Gonzalez (2013) e Camila Russo (2013).

No que diz respeito ao petróleo extraído do xisto nos campos de Vaca Muerta, a agência russa de notícias denominada TAAS (2014) publicou, em seu sítio na *internet*, que as empresas russas Gazprom, Lukoil e Rosneft, juntamente a outras firmas internacionais, foram convidadas para investir nesse tipo de exploração.

O sítio *NS Energy* (2014) destaca que a empresa russa Inter Rao venceu a licitação para a construção da usina hidrelétrica de Chihuido I. Fernando Krakowiak (2014) cita que a companhia *Power Machines*, também sediada na Rússia, participou, junto à firma Techint y Panedile, da construção da hidrelétrica denominada Caracoles que foi inaugurada em 2008. Essas mesmas empresas, em 2011, assinaram um contrato para o fornecimento de equipamentos para a usina Punta Negra.

d) Bolívia

A Bolívia, de acordo com Ellis (2015), teve uma maior aproximação com a Rússia a partir de 2008, tendo ocorrido alguns encontros no nível político, como, por exemplo, a viagem, para a Rússia, em 2009, de Evo Morales para conversar com o então presidente russo Dmitry Medvedev; a reunião, em 2011, entre Putin e Morales, quando ambos estavam em Caracas (Venezuela); a viagem, em julho de 2013, do então presidente boliviano a Moscou para dialogar com Vladimir Putin durante o encontro dos países exportadores de gás; e, em 2014, o presidente russo ofereceu um jantar para alguns Chefes de Estado, tendo comparecido o presidente da Bolívia. Apesar dos encontros de alto nível ocorridos entre os dois Estados, a relação comercial e militar entre eles é tênue. No que diz respeito ao setor militar, a Bolívia, em 2009, intencionava comprar dez helicópteros de transporte Mi-17 e um jato Antonov para servir de aeronave presidencial, sendo que tais aquisições seriam por meio

de financiamentos, conforme relatou o sítio *Infodefensa.com* (2011b), entretanto as compras não ocorreram.

O sítio *Infodefensa.com* (2014a) noticiou que uma comissão boliviana se deslocou naquele ano para a Rússia para avaliar a oferta de dois helicópteros Mi-17.

As exportações bolivianas para a Rússia, em 2013, foram bastante modestas, sendo, principalmente, de produtos químicos inorgânicos, frutas e nozes. No que diz respeito às exportações russas para a Bolívia, destacam-se produtos químicos e papel (ELLIS, 2015)

A Rússia se mostrou interessada em vender reatores nucleares, bem como vislumbrou a possibilidade de lançar satélites para a Bolívia, conforme noticiado pelo sítio *Infodefensa.com* (2010b), porém estes empreendimentos não lograram êxito.

Ellis (2015) relata, também, que, no setor de petróleo e gás, estão atuando, na Bolívia, as empresas russas Rosneft e Gazprom. No campo da mineração, há o interesse russo em explorar, nas salinas de Uyuni, as reservas de lítio, entretanto o governo boliviano ainda não cedeu esta concessão.

e) Chile

Segundo Chauvin (2014), o Chile tem pouco relacionamento com a Rússia, tendo em vista que possui grande proximidade com os EUA.

Os contatos com os russos foram ampliados, em 2014, conforme destaca Ellis (2015), quando Michelle Bachelet, uma política de centro-esquerda, assumiu seu segundo mandato na presidência do Chile.

Em abril de 2014, o Ministro da Relações Exteriores da Rússia visitou o Chile para tratar de alguns assuntos oficiais, sendo um deles um potencial intercâmbio militar entre os países. Ainda em 2014, durante a APEC¹⁶, que foi realizada em Pequim, ocorreu o encontro da presidente chilena com Vladimir Putin. Em se tratando de assuntos militares, as negociações com a Rússia são mínimas, pois o Chile realiza a maioria dos seus contratos referentes ao assunto com EUA e Europa. O comércio russo com o Chile não é insignificante, entretanto é pequeno quando comparado aos negócios do Chile com a China ou com a Índia. Os principais produtos chilenos exportados para a Rússia são frutos do mar, frutas e nozes. Já os produtos

¹⁶ A APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation*) é um fórum econômico que visa ao desenvolvimento econômico e à prosperidade da Ásia e dos países banhados pelo Oceano Pacífico, possibilitando, ainda, uma integração entre seus Estados componentes. Disponível em: <www.apec.org>. Acesso em: 06 jun. 2022.

russos importados pelo Chile são, basicamente, produtos de borracha, fertilizantes e combustíveis de origem mineral.

f) Colômbia

A Colômbia, em função das suas relações com os EUA, principalmente no governo de Álvaro Uribe, de 2002 a 2010, manteve um pequeno relacionamento comercial com a Rússia. A partir de 2010, com Juan Manuel Santos na presidência da Colômbia, houve um estreitamento de laços com a Rússia, entretanto a relação comercial entre Colômbia e Rússia é bastante modesta, sendo as exportações colombianas para a Rússia baseadas em plantas e árvores vivas, comestíveis, café e frutas. No que diz respeito às exportações da Rússia com destino à Colômbia, destacam-se fertilizantes, óleos minerais, combustíveis, aço e ferro (ELLIS, 2015).

g) Equador

Segundo Ellis (2015), com o Equador, o relacionamento russo foi ampliado a partir de novembro de 2008, sendo realizado, principalmente, nos setores de petróleo, energia nuclear, bancário e construção de infraestruturas.

No campo de produtos militares, conforme noticiado no sítio *Infodefensa.com* (2009), foram adquiridos dois helicópteros Mi-17E para a Força Aérea equatoriana.

Os produtos exportados pelo Equador para a Rússia são, basicamente, frutas, árvores e plantas vivas, frutos do mar e itens comestíveis. Os produtos russos importados pelo Equador são os seguintes: óleos minerais e combustíveis, fertilizantes, cereais, ferro e aço (ELLIS, 2015).

A empresa russa Gazprom se encontra investindo no setor petrolífero do Golfo de Guayaquil com a expectativa de empregar cerca de US\$ 1,5 bilhão para o desenvolvimento desse ramo conforme noticiado pelo sítio RT (2013).

h) Guiana

As exportações da Guiana estão baseadas no minério de bauxita, atingindo, segundo números de 2013, 95% dos produtos enviados para a Rússia naquele ano. A bauxita é a matéria-prima empregada para a produção de alumínio. A Guiana importa as seguintes mercadorias russas: borracha, ferro, aço e automóveis (ELLIS, 2015).

i) Paraguai

O relacionamento entre Paraguai e Rússia, de acordo com Ellis (2015), tem foco na exportação de alimentos paraguaios, com destaque para a carne.

No que diz respeito aos campos político e militar, as relações são bastante acanhadas, pois, mesmo após as ofertas de aeronaves de combate e de transporte para a Força Aérea (*INFODEFENSA.COM*, 2011d) e para a Polícia Nacional (ABC, 2010), respectivamente, os negócios não foram concretizados.

Os principais produtos russos importados pelo Paraguai são os fertilizantes que corresponderam a 95% do total importado em 2013 (ELLIS, 2015).

j) Peru

O Peru, conforme relata Ellis (2015), possui, na América Latina, uma grande parceria com a Rússia, principalmente no que se refere à aquisição de armas e produtos militares. No campo político, o Peru mantém uma significativa relação com a Rússia, embora os russos priorizem o relacionamento com os países componentes da ALBA. Em novembro de 2008, o então presidente russo Medvedev visitou o Peru, e, em setembro de 2012, o presidente Ollanta Humala se encontrou, em Vladivostok, com o presidente Vladimir Putin por ocasião da reunião de cúpula da APEC. Em 2014, ocorreu um novo encontro dos Chefes de Estado da Rússia e do Peru, desta vez no Brasil, em virtude de, por coincidência, Putin estar participando do encontro do BRICS e Ollanta Humala tomando parte no fórum da CELAC, sendo que, quatro meses após este evento, o presidente peruano visitou a Rússia antes de dirigir-se à China para a reunião da APEC. As origens das relações entre Peru e Rússia se devem ao General Juan Velasco Alvarado que, durante o seu governo militar populista, entre 1968 e 1975, empregou um regime quase socialista, tendo adquirido equipamentos militares russos para equipar as Forças Armadas, como, por exemplo, tanques T-55, veículos lançadores de foguetes, um helicóptero Mi-8 e carros e veículos blindados.

Em 1996, durante o governo do presidente peruano Alberto Fujimori, a Rússia vendeu, para o Peru, 24 caças MIG-29 (SIMMS, 1997), bem como, aeronaves de apoio Su-25 e helicópteros de ataque Mi-25 (*SPUTNIK NEWS*, 2012), entre outros equipamentos militares.

Após 2008, com a reaproximação da Rússia, novos equipamentos militares foram adquiridos, além da assinatura de contratos para a modernização das aeronaves MIG-29 (ZONA MILITAR, 2008) e de quatro helicópteros Mi-25 (*INFODEFENSA.COM*, 2012c).

De acordo com Ellis (2015), durante a repressão ao Sendero Luminoso, em 2010, foram adquiridos seis helicópteros Mi-171 e dois Mi-35. Segundo o sítio *Defensa.com* (2014), foram adquiridos mais 24 helicópteros Mi-171 para aumentar a mobilidade das tropas peruanas.

Apesar dos grandes relacionamentos político e militar, Ellis (2015) relata que, no campo econômico, a parceria é modesta, envolvendo a exportação russa de fertilizantes e a venda de produtos agrícolas e de mineração por parte do Peru.

Conforme relatado no sítio peruano *Gestión* (2013), no setor espacial, a Rússia lançou dois microssatélites peruanos, desenvolvidos pela Pontifícia Universidade Católica do Peru, a partir da cidade russa de Yasny.

Além disso, o sítio RT (2014) noticiou que os russos ofereceram o sistema de navegação GLONASS ao Peru.

k) Uruguai

Ellis (2015) relata que o Uruguai, assim como o Paraguai, tem a carne como principal produto de exportação para a Rússia, entretanto, a China é o maior comprador da carne bovina uruguaia fora da América.

No campo de equipamentos bélicos, segundo o sítio *Infodefensa.com* (2011c, 2012a,b), o Uruguai adquiriu três unidades do veículo blindado leve denominado “Tigr” e armas leves para a sua Polícia Nacional, além de oito caminhões de trabalho pesado do tipo Ural para emprego militar.

3 AS GEOPOLÍTICAS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, DA CHINA E DA RÚSSIA

As geopolíticas empregadas pelos EUA, pela China e pela Rússia permitirão entender as ideias que estes países estão utilizando para exercer influência no Sistema Internacional, principalmente no que diz respeito às suas intenções em relação à América do Sul.

Os EUA, a China e a Rússia foram escolhidos para serem estudados neste capítulo, em virtude de possuírem uma maior influência sobre os Estados da América do Sul, como foi possível constatar no capítulo anterior.

3.1 Os Estados e o realismo

Marcel Merle (1981) descreve que o SI é o ambiente em que são realizadas as Relações Internacionais (RI), sendo composto por todos os países. Destaca ainda que o SI também abrange os fenômenos e os acontecimentos que ocorrem entre os Estados, sendo um ambiente anárquico.

De acordo com Cristina Soreanu Pecequilo (2010), o SI é essencialmente baseado na anarquia, em função da inexistência de um governo global ou de leis que estabeleçam uma ordem geral que norteie as ações dos Estados. O SI se sustenta nas relações entre os Estados, demonstrando que existe uma interdependência entre eles, em um ambiente que vai da cooperação ao conflito, passando por competição e choque de interesses. É importante salientar que, quanto maior é o poder de um Estado, maior é a sua influência sobre os demais atores que compõem o SI.

O SI, ainda segundo Pecequilo (2010), sustenta suas bases no realismo clássico. Além dos Estados, o SI também engloba atores não-estatais que são as Organizações Internacionais Governamentais ou Intergovernamentais (OIG) e as Forças Transnacionais (FT). As OIG são compostas por Estados, possuem autonomia relativa e representam os interesses de seus países componentes, com a intenção de reduzir os conflitos e as instabilidades que ocorrem no mundo. É por meio de acordos firmados pelas OIG que alguns limites são estabelecidos para a atuação dos Estados. No que diz respeito às FT, elas são atores não-estatais que, em virtude das suas origens privadas, extrapolam as fronteiras dos países,

podendo afetá-los de forma positiva ou negativa. As FT englobam as Companhias Multinacionais, as Organizações Não-governamentais (ONG), a opinião pública internacional e os diversos grupos da sociedade civil.

Nas RI, conforme cita Pecequilo (2010), cinco fatores são extremamente importantes: o demográfico, o natural, o tecnológico, o ideológico e o econômico. Os dois primeiros estão enquadrados na categoria de *hard power*¹⁷, e os três últimos dizem respeito ao *soft power*¹⁸.

Pecequilo (2010) ressalta que as RI se orientam com foco nas relações de cooperação e conflito. Há três correntes básicas que são seguidas nas RI: realismo, liberalismo e marxismo, sendo que cada uma delas se apega às suas concepções, orientações e motivações para se referirem aos aspectos políticos, econômicos, sociais, diplomáticos e culturais. O realismo é a corrente clássica que predomina nas RI e foi elaborada no século XX, por Edward H. Carr (1892-1982) e por Hans Morgenthau (1904-1980), em suas obras “Vinte anos de crise: 1919-1939” e “A política entre as nações”, respectivamente.

No realismo, conforme cita Pecequilo (2010), o SI é composto por Estados que possuem identidade e autonomia próprias, não cabendo que outro ator afete as suas soberanias, pois não há um órgão superior aos países. Cada Estado visa os seus interesses, buscando se destacar, principalmente, pelo poder e pela segurança. De acordo com o Tratado de Westfália, de 1648, a soberania no interior de suas fronteiras, a autonomia para realizar suas ações e suas decisões e a não-intervenção foram reconhecidas como princípios clássicos da concepção dos Estados. O Tratado de Utrecht (1713), assinado após as guerras de sucessão espanhola, representa o nascimento dos Estados modernos. Os citados tratados foram responsáveis por consolidar os seguintes conceitos: fronteiras nacionais, soberania estatal, território, autonomia e governo. Os Estados buscam o equilíbrio de poder no SI, entretanto esta medida não se destina a obter a paz, mas serve para prevenir que um único país se imponha sobre os demais, evitando, assim, que as suas soberanias sejam afetadas. Ressalta-se que nenhum Estado permanece plenamente satisfeito com a sua situação atual, pois

¹⁷ *Hard power* ou poder duro, segundo Joseph S. Nye Jr (2012), refere-se aos recursos do poder que podem ser vistos ou que sua influência pode ser sentida, englobando as formas de poder tradicional, como, por exemplo, a capacidade militar, o tamanho do território do país e a capacidade industrial.

¹⁸ *Soft power*, também conhecido como poder brando ou suave, conforme descreve Joseph S. Nye Jr (2012), baseia-se em elementos intangíveis, que, na prática, não são perceptíveis, pois passam pelo campo das ideias, envolvendo, entre outros aspectos, cultura, conhecimento e ideologias, que possibilitam a disseminação de valores.

existem objetivos a serem atingidos no futuro que garantem a sua sobrevivência, o seu poder, a sua autonomia e a manutenção dos seus interesses como um ator global.

3.2 A geopolítica dos Estados Unidos da América

O principal desafio para os EUA, segundo a sua Estratégia Nacional de Segurança (USA, 2017), emitida pelo então presidente Donald J. Trump, é a competição estratégica de longo prazo com China e Rússia que foram classificados como Estados revisionistas, pois pretendem moldar as ações dos demais países do SI, no que tange aos assuntos de segurança, econômicos e diplomáticos, por meio dos seus poderes de veto na ONU.

De acordo com a *Interim National Security Strategic Guidance* (USA, 2021), emitida pelo presidente Joseph R. Biden Jr., o fortalecimento das alianças proporciona a ampliação do poder dos EUA, permitindo aumentar a capacidade de contrapor-se às ameaças antes que se aproximem do litoral estadunidense. O referido documento cita que, apesar dos desafios que estão sendo enfrentados mundialmente, as diversas formas de poder dos EUA possibilitam moldar o porvir da política internacional com o propósito de atender aos interesses estadunidenses, contribuindo para que o mundo seja seguro, livre e próspero. Entre as prioridades da segurança nacional dos EUA estão: defender seu povo, sua economia, sua segurança e sua democracia; empregar o poder para dissuadir e evitar ameaças aos EUA ou aos seus aliados, impedindo o acesso do inimigo a regiões importantes para o mundo; e liderar o SI, mantendo-o estável por meio de alianças, de parcerias, de regras e de instituições multilaterais. Assim sendo, os EUA vão investir em suas alianças com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), com a Austrália, com o Japão e com a Coreia do Sul, que juntamente com as demais alianças estabelecidas, formam o maior ativo estratégico estadunidense. Tais alianças permitem que os EUA compartilhem responsabilidades com seus aliados, incentivando-os a investirem nas suas vantagens, a fim de se preparem contra as possíveis ameaças.

No que diz respeito às parcerias estratégicas no hemisfério ocidental, conforme cita a *Interim National Security Strategic Guidance* (USA, 2021), os EUA vão investir, na América Central, um total de US\$ 4 bilhões, distribuídos em quatro anos. Em relação à América Latina e Caribe, o governo estadunidense vai tomar medidas para atuar nas causas relacionadas à insegurança humana, como, por exemplo, pobreza, criminalidade e corrupção,

além de cooperar para a manutenção da democracia e para fazer frente aos efeitos das mudanças climáticas. Além disso, os EUA vão agir com celeridade para retomar a liderança nas instituições internacionais com o intuito de enfrentarem, de forma compartilhada, os desafios que vão desde a saúde global, passando pela paz e segurança mundiais, até a problemática referente às mudanças climáticas que afetam o planeta, inclusive no que diz respeito às ajudas humanitárias em caso de desastres naturais.

Na busca de liderança no SI, os EUA também enfocarão na ameaça referente ao emprego das armas nucleares, trabalhando para evitar custosas corridas armamentistas, ao mesmo tempo que retomam a credibilidade como o Estado líder no controle de armas. Os EUA acreditam que sua liderança para evitar a proliferação de armas nucleares vai ser importante para reduzir os riscos atinentes ao emprego deste tipo de arma. Buscando atuar globalmente em prol de seus interesses, os EUA empregam tanto a diplomacia quanto as suas Forças Armadas, destacando que empregarão a força sempre que for necessário, sem, entretanto, envolverem-se em “guerras sem fim” que geram perdas de milhares de vidas e custos da ordem de trilhões de dólares (USA, 2021).

No que diz respeito ao ambiente cibernético, os EUA vão investir na sua segurança por meio de incremento do desenvolvimento nas áreas científicas e tecnológicas, a fim de manterem a resiliência e a prontidão no ciberespaço (USA, 2021).

Na *Interim National Security Strategic Guidance* (USA, 2021) consta que, para superar a China, os EUA vão investir na sua economia, na sua democracia e no seu povo para possibilitar que a agenda mundial seja novamente conduzida pelos estadunidenses em prol dos seus interesses globais. Além disso, os EUA ressaltam que vão se posicionar, tanto no campo diplomático quanto militar, para defender os interesses de seus aliados.

O Sumário da Estratégia Nacional de Defesa dos EUA (USA, 2018) cita que a missão precípua do Departamento de Defesa estadunidense é prover forças militares com credibilidade para zelarem pela segurança da nação e deterem a guerra. Ressalta ainda que, caso a dissuasão falhe, as forças conjuntas devem estar prontas para vencer. As Forças Armadas, em virtude do seu poder bélico, possibilitam que o presidente e os diplomatas dos EUA possam negociar para defenderem os interesses daquele país, sendo respaldados pela capacidade militar.

O referido sumário (USA, 2018) descreve que, na atual conjuntura, a maior preocupação, no que tange à segurança nacional dos EUA, é a competição estratégica entre

países, o que coloca o terrorismo em segundo plano. A China é um competidor no nível estratégico que emprega sua economia para fustigar seus vizinhos, ao mesmo tempo que expande suas bases militares no Mar da China. A Rússia ultrapassa as fronteiras dos seus Estados fronteiriços e emprega o seu poder de veto no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) para afetar as decisões dos países com que possui fronteiras, nos campos de segurança, diplomático e econômico. A Coreia do Norte, apesar das sanções impostas pela ONU, continua tomando medidas que as contrariam. O Irã persiste com ações que concorrem para a instabilidade no Oriente Médio. O Estado Islâmico, apesar de ter sofrido algumas derrotas, ainda se apresenta como uma ameaça terrorista.

Em um ambiente complexo, com desafios em todos os domínios operacionais, os EUA devem tomar decisões para se contraporem aos perigos letais. Somente por meio de forças conjuntas resistentes, inovadoras e letais, contando com o apoio de aliados e parceiros, será possível resguardar a ordem internacional e a liberdade. Para os EUA, os impactos da não-implementação da sua Estratégia Nacional de Defesa vão desde a redução da influência global, passando pela perda de credibilidade perante os parceiros e aliados, chegando à redução de acesso ao comércio internacional, o que irá afetar o padrão de vida e a prosperidade estadunidenses. Assim sendo, fazem-se necessários investimentos nas Forças Armadas para evitar que percam a superioridade militar no contexto global (USA, 2018).

O Sumário da Estratégia Nacional de Defesa dos EUA (USA, 2018) destaca que as forças rivais somente deixarão, de lado, a agressão se constatarem a capacidade bélica americana e a força de suas alianças e parcerias. Na visão do Departamento de Defesa dos EUA, o tamanho e as capacidades das Forças Armadas são importantes. Além disso, o referido departamento ressalta que a melhor maneira de evitar a guerra é estar pronto para sair vitorioso. É essencial que os EUA tenham a capacidade de empregar a força letal com agilidade e resiliência podendo, inclusive, adaptarem-se às mudanças correntes no ambiente estratégico global.

Um dos aspectos bastante valorizados na Estratégia Nacional de Defesa estadunidense (USA, 2018) é o emprego de alianças e a atração de novas parcerias, uma vez que elas são essenciais para proporcionar aos EUA uma vantagem estratégica assimétrica que, segundo a visão estadunidense, nenhum oponente conseguirá fazer frente. Esse tipo de abordagem tem proporcionado resultados relevantes aos EUA, seja em períodos de paz ou de guerra, pois seus aliados e parceiros somam esforços para a defesa da liberdade, para a

manutenção da ordem internacional e para a dissuasão, contribuindo para apoiar a estabilidade, o que gera, como fator positivo, o crescimento econômico. Para os EUA, continuam sendo prioridade as coalizões e parcerias, ambas duradouras, alicerçadas por alianças que enfocam as relações de segurança dos seus aliados.

Sobre esse assunto, no que tange ao hemisfério ocidental, os EUA se beneficiam pela estabilidade e pelo ambiente pacífico que reduzem as ameaças ao seu território, além de contarem com as capacidades militares de seus aliados para que se faça frente aos problemas compartilhados de segurança, seja no nível regional ou global (USA, 2018).

O Almirante Craig S. Faller (2021), comandante do *United States Southern Command* (USSOUTHCOM)¹⁹ no período de 26 de novembro de 2018 a 29 de outubro de 2021, em sua declaração antes do *117th Congress Senate Armed Services Committee*, salientou que as ameaças aos países dentro da área de responsabilidade do seu Comando Combatente seriam também ameaças aos EUA, bem como ressaltou que a região sob jurisdição do seu comando está sendo afetada com a presença da China, da Rússia, do Irã e de organizações criminosas transnacionais, sendo necessária intervenção imediata para reverter tal quadro. Além disso, enfatizou que a presença da China vai muito além dos interesses econômicos, uma vez que está atuando em mais de quarenta portos no Atlântico Sul e que parte de sua frota pesqueira está realizando pesca ilegal no referido oceano.

Faller (2021) citou também que Estados como Cuba, Nicarágua e Venezuela permitem que organizações transnacionais criminosas e atores externos ao continente americano atuem em seus territórios em detrimento de seus povos.

Nesse sentido, a solução para os problemas relatados, segundo Faller (2021), é fortalecer as parcerias existentes, a fim de que seja alcançada a vitória do USSOUTHCOM e de seus aliados.

Ryan C. Berg (2022) descreve que as relações entre os EUA e o Brasil foram fortalecidas em virtude do incremento da cooperação entre estes países a partir de 2020 em decorrência da relação pessoal próxima estabelecida entre o então presidente estadunidense, Donald Trump, e o presidente brasileiro, Jair Messias Bolsonaro. Vale destacar que, em 2019,

¹⁹ O *United States Southern Command* (USSOUTHCOM) é um dos onze Comandos Combatentes unificados dos EUA, sendo subordinado ao *Department of Defense* e responsável pela seguinte área: o território da América Latina ao sul do México, as águas adjacentes à América Central e à América do Sul e o Mar do Caribe. Disponível em: <www.southcom.mil>. Acesso em: 13 jul. 2022.

os EUA elevaram o *status* do Brasil para “*major non-NATO ally*” (MNNA), o que possibilita que o Estado brasileiro receba privilégios e benefícios nas áreas de defesa e segurança.

De acordo com Berg (2022), em virtude do progresso alcançado por ocasião do encontro realizado, em Los Angeles, durante a reunião da Cúpula das Américas, entre o presidente dos EUA, Joe Biden, e o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, espera-se que continue o bom andamento da cooperação em defesa e segurança entre os dois maiores poderes militares do hemisfério ocidental.

Berg (2022) cita que esta cooperação é vantajosa para os dois países. No caso dos EUA, serviria para reforçar as metas da política externa estadunidense que envolve, entre outros assuntos, a defesa dos direitos humanos e da democracia, a competição a nível global com a China, a promoção da estabilidade regional da América Latina e os problemas de ordem climática. No que diz respeito ao Brasil, a cooperação pode possibilitar um reforço das capacidades tecnológicas e ampliar o seu papel na segurança regional.

Berg (2022) ressalta que o *status* de MNNA possibilita que o Brasil tenha acesso a equipamentos militares e tecnológicos produzidos nos EUA, o que contribuirá para modernizar as Forças Armadas brasileiras. Além disso, enfatiza que um reforço neste *status* pode ser importante para mitigar as influências chinesa e russa no Brasil que ocorrem tanto por meio do BRICS quanto por relações bilaterais fortes. Em consequência disso, poderia ocorrer uma redução da influência da China e da Rússia em toda a América do Sul.

Dessa forma, de acordo com o descrito neste e no capítulo anterior, verifica-se que os EUA, desde o lançamento da Doutrina Monroe, exercem, por meio da sua geopolítica, influência sobre os demais Estados que se encontram na América, sendo um pouco mais moderada na porção sul do referido continente, em decorrência dos acordos e tratados vigentes entre a maioria dos países sul-americanos.

Conforme visto, um dos pontos fortes para que os EUA disseminem suas ideias geopolíticas é o emprego de alianças e parcerias com seus aliados, inclusive na América do Sul, pois, nestes tipos de cooperação entre os Estados, os estadunidenses aproveitam para reafirmar que empregarão sua diplomacia e seu poder militar para defender os seus interesses, evitando, inclusive, por meio da dissuasão, as ameaças ao seu território ou aos seus aliados, além de divulgar os seus posicionamentos no que diz respeito, principalmente, aos campos político, diplomático, econômico e militar.

Assim sendo, pode-se concluir que os EUA, por meio do emprego de alianças e parcerias, buscam, na América do Sul e no Atlântico Sul, reduzir e afastar a presença de grandes potências externas, como China e Rússia, além de atuar contra organizações criminosas transnacionais, aumentando, desta forma, a sua influência sobre os países sul-americanos.

3.3 A geopolítica da China

De acordo com De Leon Petta (2022), a China foi uma das civilizações mais desenvolvidas por milhares de anos, entretanto passou por um período de dificuldades entre a segunda metade do século XIX até a década de 1980.

A China, conforme cita Petta (2022), por muitos anos, preocupou-se em conter as ameaças aos seus domínios terrestres. Durante a dinastia Ming (1368-1644), os chineses voltaram suas atenções para o mar, uma vez que não existiam adversários à altura para se oporem às suas navegações, permitindo que a China avançasse pelos mares do leste e do sudeste asiáticos, tendo colonizado ilhas nos mares do sul da China, além de ter realizado expedições navais que passaram pelo estreito de Málaca, chegando à Índia, ao Oriente Médio e à África Oriental.

No século XVI, chegaram as primeiras expedições europeias à China. Em virtude das ameaças provenientes do mar, a China optou por afastamento e isolamento, a fim de evitar as influências culturais estrangeiras. Isso possibilitou que a China sofresse menos com as interferências externas até a chegada século XIX. Entretanto, depois das Guerras do Ópio, ocorridas em 1839 e 1856, entre ingleses e chineses, nas quais a Inglaterra se sagrou vitoriosa, houve, por imposição dos ingleses, a liberação do consumo do ópio pelos chineses, o que acabou gerando revoltas internas, que resultaram na morte de milhões de chineses, afetando radicalmente a produção, a economia e, conseqüentemente, a população chinesa em virtude da redução da força de trabalho, do aumento da pobreza, da escassez de alimentos, do aumento da criminalidade e da corrupção. O consumo do ópio transformou, em oitenta anos, a China em um local de extrema pobreza, tendo gerado, como consequência, guerras civis internas, como, por exemplo, a travada entre nacionalistas, liderados por Chiang Kai-shek, e comunistas, liderados por Mao Tse-tung. A guerra civil teve uma pausa entre 1936, com a invasão japonesa, indo até o fim da Segunda Grande Guerra, quando foi retomada, tendo

encerrado com a vitória dos comunistas em 1950 que expulsaram, da parcela continental chinesa, os nacionalistas. Em virtude da impossibilidade de se projetar no SI, a China comunista voltou seus esforços para manter a integridade regional, empregou medidas para desenvolver a sua economia e perseguiu seus opositores no âmbito interno (PETTA, 2022).

Segundo Petta (2022), com a liderança de Mao Tse-tung e sob a administração do PCC, a China buscou alcançar objetivos geoestratégicos que seriam de suma importância para sua recuperação. Dessa forma, conquistou, em 1949, a área que atualmente corresponde à região autônoma de Xinjiang, e, em 1950, o Tibet. A partir de Xinjiang, a China conseguia proteger seu núcleo geopolítico, na região de Han, contra as ameaças provenientes da Ásia Central, principalmente da antiga URSS. No que diz respeito ao Tibet, a China ainda o emprega para reter as ameaças oriundas do sul da Ásia, particularmente da Índia.

A região Xinjiang também foi utilizada para ampliar as relações comerciais da China com a Ásia Central, o Oriente Médio e a Europa, por meio de rotas que passavam pela Rússia e pela Turquia. Assim, a China reduziu a sua dependência das rotas marítimas (PETTA, 2022).

Petta (2022) relata que a China, conduzida por Mao Tse-tung, em um período de quarenta anos, entrou em conflitos com EUA, Coreia, Índia e URSS. Na década de 1970, a China aproximou-se dos EUA, reduzindo, na URSS, as ambições referentes à Ásia Central. Entretanto, com o final da Guerra Fria, os interesses da China voltaram a impactar os EUA, pois a economia chinesa estava em franca expansão. A pressão estadunidense à China foi reduzida após o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, quando os EUA voltaram seus esforços para o combate ao terrorismo no Afeganistão e para a guerra no Iraque, tendo, como consequência, possibilitado que a China continuasse crescendo economicamente e desenvolvendo seu poder militar, o que tornou a Marinha chinesa em uma Força Armada de elevadas capacidades tecnológica e bélica. Além disso, a China passou a fazer parte de alianças econômicas com os países da Ásia, como, por exemplo, Rússia, Irã e Paquistão.

Petta (2022) descreve que, a partir de 2010, os EUA passaram a empregar a doutrina denominada “*pivot da Ásia*”, tendo realocado forças no Oceano Pacífico, o que representava a possibilidade de conflitos entre as Marinhas chinesa e estadunidense. Entretanto, os conflitos, ocorridos em 2014 e em 2022, entre a Rússia e a Ucrânia, voltaram a desviar o foco dos EUA, o que deu maior liberdade à China.

Taiwan, uma ilha que é considerada pela China como sendo uma província rebelde e que se situa próxima ao núcleo geopolítico chinês, é alinhada com os EUA e hostil ao governo da RPC. Assim sendo, a referida ilha é considerada uma vulnerabilidade para a defesa da China que objetiva conquistá-la para que a unificação do seu território seja plena (PETTA, 2022).

Petta (2022) cita ainda que, a fim de reduzir a sua dependência marítima, a China está investindo na Iniciativa da Rota da Seda, principalmente com os países da Ásia Central e do sul do referido continente, com a construção, na Eurásia, de gasodutos e oleodutos, além de malhas ferroviárias e rodoviárias.

A China está passando por uma fase de envelhecimento da sua população em função da redução da sua taxa de natalidade, o que impactará, nas décadas vindouras, na quantidade de mão de obra disponível para o crescimento chinês nos campos econômico e geopolítico. Caso consiga reverter, entre 2020 e 2040, este quadro de envelhecimento da sua população, a China poderá se tornar hegemônica no hemisfério oriental (PETTA, 2022).

Petta (2022) destaca também que a RPC, apoiada na sua capacidade de adaptação e em sua resiliência, tenta retomar uma posição de destaque no SI, sendo, na atualidade, uma referência na geopolítica mundial.

Mao Tse-tung (2012), no seu “Livro Vermelho”, ressalta que devem ser estabelecidas relações diplomáticas com todos os países que desejarem conviver em paz com a China. Além disso, ele destaca que o imperialismo exercido pelos EUA deve ser combatido e derrubado na América Latina, na África e na Ásia.

Conforme descrito acima, constata-se que a China se encontra ampliando sua influência geopolítica no SI, principalmente nos campos militar e econômico. Nos mares localizados no sul e no sudeste do seu território, a RPC tem aumentado o seu poder militar, em virtude de ter, como um de seus objetivos, a anexação da Taiwan, o que possibilitará que a China atinja praticamente a sua plena unificação. No campo comercial, a China está investindo em seu comércio exterior e, especialmente, na Iniciativa da Rota da Seda, onde está buscando a adesão a este modelo de negócios de países espalhados pelo globo, o que permite, por meio do viés econômico, que a sua influência geopolítica seja percebida em grande parte do mundo, inclusive na América do Sul.

Outro ponto que merece ser ressaltado é participação da RPC no BRICS, pois esta aliança permite um incremento dos negócios e da cooperação entre o Brasil e a China,

gerando, conseqüentemente, uma maior atuação chinesa na porção sul do continente americano.

É digno de destaque que as *commodities* provenientes da América do Sul são essenciais para o contínuo crescimento industrial e econômico da China, a qual continuará empregando uma política externa não-ideológica e mais flexível, além de parcerias estratégicas, para seguir ampliando seus acordos e negócios com os Estados componentes da parte sul do continente americano.

3.4 A geopolítica da Rússia

Segundo Andrew N. Liffing (2017), a teoria da “*área pivot*”, elaborada por Halford Mackinder, é importante para explicar o incremento no nacionalismo russo, pois o foco na geografia, no poder terrestre e no controle da “*heartland*” possibilita vislumbrar os futuros passos da Rússia. A geografia impõe que o ser humano se adapte para sobreviver, o que, conseqüentemente, gerará culturas diversificadas para cada tipo de local, principalmente em ambientes mais extremos, como desertos, cadeias montanhosas ou o Ártico.

Liffing (2017), baseado nas ideias de Mackinder, explica que a “*heartland*” é composta pela Europa oriental, pela Ásia Central e pela Rússia, onde os indivíduos precisavam de rebanhos para garantir o sustento de suas famílias. A China Ocidental, o Oriente Médio e parte da Europa Oriental fazem parte do “*anel interior*”. A Ásia Oriental, o norte da Europa e a América do Norte compõem o “*anel exterior*”, e as pessoas que viviam nessas áreas precisaram empregar a navegação e o comércio para atingirem os seus objetivos. Após a Segunda Grande Guerra, foi estabelecido um equilíbrio entre as forças dos Estados da “*heartland*” e do “*anel exterior*”, em um mundo bipolar, pois a URSS controlou, de 1945 a 1989, a Europa Oriental e a “*heartland*”, ao passo que os EUA contrabalançavam os poderes dos países do “*anel exterior*”. Com o desmantelamento da URSS, o mundo passou a ser unipolar, e a Rússia perdeu sua influência sobre a Europa Oriental. Em função disso, doze países desta porção da Europa aderiram à OTAN.

Com a dissolução da URSS, a Rússia, sob o governo do presidente Boris Yeltzin, perdeu a capacidade de controlar a “*heartland*”. Em consequência disso, muitos dos ex-Estados soviéticos viram oportunidades de alinhamento com países do ocidente, pois a

influência russa havia diminuído no SI. Dois fatos, em 1999, exemplificam esta perda de força russa: a Rússia não ter conseguido impedir a invasão chechena no Daguestão e não ter obtido o apoio do Conselho de Segurança da ONU para evitar a ação militar da OTAN contra a Sérvia no Kosovo. Além disso, entre 1989 e 1999, a economia russa sofreu uma retração de cerca de 50%, o que gerou hiperinflação, desemprego, aumento da violência e emigrações para a Europa, a Ásia e os EUA (LIFFRING, 2017).

Conforme relata Lifftring (2017), a Rússia, por meio dos seus poderes econômico e militar e do incremento no seu nacionalismo, está, sob o comando do presidente Vladimir Putin, retomando o controle da “*heartland*” onde busca ser hegemônico, além de estar exercendo sua influência no “anel interior”.

De acordo com Lifftring (2017), a Rússia está reavendo a influência da “*heartland*” sobre o “anel interior” por meio de ações como, por exemplo, a anexação da Crimeia e as incursões na Síria, além do uso do fornecimento de energia como um instrumento político. Hoje em dia, os gasodutos e oleodutos da Rússia fazem o papel de integração entre os países que Mackinder imaginava que seria das ferrovias. Tendo em vista que grande parte da rede de oleodutos e gasodutos que abastecem a Europa é de propriedade russa, a Rússia conseguiu retomar o poder para a “*heartland*”. Segundo a teoria de Mackinder, quem controlar a “*heartland*” vai, em última instância, controlar o mundo.

Lifftring (2017) cita que, desde que assumiu a presidência da Rússia, Vladimir Putin está promovendo o nacionalismo com o propósito de atingir, por meio da política externa, os objetivos russos.

Em uma entrevista, realizada em 2017, com Aleksandr Dugin que é um filósofo e geopolítico russo, e veiculada em 2022, em função do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, Shachar Baran (2022) e Leslie Stahl (2017) citam que muitas das ideias que ele escreveu em seu livro intitulado “Fundamentos da Geopolítica” (*tradução nossa*), publicado em 1997, estão sendo implementadas pelo presidente Vladimir Putin e estão influenciando o nível político e as Forças Armadas russas. Seus estudos tratam, entre outros assuntos, de como a Rússia pode reassumir uma posição de superpotência global em um mundo multipolarizado, empregando, além do poder militar, os meios diplomáticos. Para que isso seja possível, é necessário reavivar a identidade russa, produzindo uma ideologia ultranacionalista que Dugin denominou de “eurasianismo” em virtude de a Rússia possuir território tanto na Europa quanto na Ásia. O conceito que é muito mais amplo do que uma referência territorial vai de encontro aos ideais

do oeste, principalmente no que diz respeito ao liberalismo, uma vez que a sociedade russa é bastante conservadora.

Em seu livro, Dugin (1997) cita que a Rússia se identifica com a própria Eurásia em função da sua grande extensão territorial e que se encaixa perfeitamente no conceito de *“heartland”*, destacando, inclusive, que Mackinder definiu a Rússia como sendo o eixo geográfico da História.

Segundo Dugin (1997), a posição de um Estado é muito mais importante do que a sua estrutura política, assim sendo, na visão dele, fatores como cultura, religião, política, ideologia e origem da classe dominante são importantes, entretanto, secundários quando comparados com a relação entre o Estado e a sua extensão territorial.

De acordo com Dugin (1997), se a Rússia não retomar suas extensões eurásianas, perdidas, segundo o seu pensamento, temporariamente, aquele país afundará juntamente com a *“ilha mundial”*, pois outro Estado ou bloco de países assumirá o papel de controlar a *“heartland”*.

Se isso acontecer, Dugin (1997) considera que as grandes extensões da Rússia serão os principais objetivos estratégicos, tendo, como possíveis consequências, o avanço da China sobre o norte do Cazaquistão e sobre a Sibéria oriental; ou a Europa adentrando as terras da Rússia ocidental, da Bielorrússia e da Ucrânia; ou o bloco islâmico buscando novos territórios na Ásia Central, nos montes Urais, na região do rio Volga e na porção sul da Rússia.

Casos esses movimentos ocorram, Dugin (1997) vislumbra que os russos reagirão, o que gerará um conflito intra-eurásiano de grandes proporções e pouco promissor, pois, para que seja formada uma Eurásia não-russa, seria necessário aniquilar o povo russo, e isto é praticamente impossível, como se pode constatar na História da Rússia. Os conflitos intra-eurásianos contribuiriam para fortalecer os EUA e seus projetos de amplitude mundial.

Dugin (1997) cita que, para a reunificação dos territórios da Eurásia, a Rússia passará por dificuldades, porém elas serão menores do que os russos enfrentarão caso não consigam controlar a *“heartland”*.

Para o futuro da Rússia, Dugin (1997) descreve que se vislumbraram, inicialmente, dois projetos que colidem entre si, sendo um deles arquitetado por liberais radicais que pretendem reformular o sistema comercial. O projeto que se baseia na eficiência econômica e no livre mercado contrapõe-se a valores como povo, nação, religião, História e geopolítica, sendo adotados valores ocidentais como os empregados nos EUA. Em sentido contrário ao

projeto anterior, está o movimento denominado “oposição nacional-patriótica” que é radicalmente contra as reformas liberais e que é conduzido por estadistas comunistas que se fundamentam em princípios ideológicos, político-sociais, geopolíticos e administrativos.

Caso qualquer um dos projetos citados consiga ser implementado na sua totalidade, levará a Rússia para uma situação desfavorável, pois o projeto liberal vai gerar o ofuscamento das características nacionais russas, ao passo que o projeto extremamente conservador pode levar a Rússia ao colapso. Assim sendo, uma terceira via, com um projeto ideológico conjugado com um plano inovador e futurista pode ser a solução necessária para o crescimento russo (DUGIN, 1997).

Destaca-se que Dugin (1997) sugeriu, entre outras ações, que a Rússia anexasse a Ucrânia, incentivasse o Reino Unido a deixar a UE e que tornasse o Irã como um de seus aliados.

Ainda de acordo com Dugin (1997), os planos da Rússia para a América do Sul envolvem ações descentralizadoras e a expansão eurásiana que permitirão quebrar a influência que os EUA exercem desde a Doutrina Monroe sobre a maioria dos países da porção sul do continente americano.

Pode-se, então, constatar que as ideias geopolíticas de Aleksandr Dugin estão sendo paulatinamente empregadas na Rússia com a finalidade de projetá-la, ainda mais, no SI.

A Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa (2021) destaca que a Rússia está trabalhando para robustecer sua unidade interna, sua capacidade de defesa e a sua estabilidade política, além de estar desenvolvendo seu potencial industrial e aprimorando sua economia, a fim de garantir a sua soberania, evitando que ela seja afetada pelas pressões do SI.

A Rússia, de acordo com a sua Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa (2021), defende o emprego da cooperação multilateral de forma igualitária, além do desenvolvimento e do fortalecimento de instituições internacionais que permitam arrefecer as tensões globais e aumentar a segurança mundial, possibilitando assim a harmonização de interesses e a interação entre os Estados.

No que diz respeito à defesa do país, a Rússia ressalta a importância do poder militar para alcançar seus objetivos geopolíticos e para a dissuasão estratégica, enfatizando que a OTAN e os EUA tentam pressioná-la por meio da instalação, perto das fronteiras russas,

de infraestruturas militares dotadas, inclusive, de armamentos nucleares e mísseis. É importante salientar que a Rússia conta com armamentos nucleares para fortalecer o seu poder de dissuasão (RUSSIA, 2021).

A Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa (2021) destaca ainda que os valores históricos, espirituais e culturais, somados à moral e à ética, formaram os alicerces da sociedade russa. Esses valores são importantes na visão da Rússia para fortalecer e preservar a sua soberania e o patriotismo.

Segundo a referida estratégia, a Rússia está buscando aumentar a confiança e a segurança internacionais, por meio da diplomacia, a fim de reduzir a possibilidade de uma guerra de proporções globais, evitando, inclusive, uma corrida armamentista. Entretanto, no caso de Estados hostis representarem uma ameaça, seja nos campos da soberania, da integridade territorial, econômico, político ou de informações e comunicações, a Rússia adotará medidas assimétricas e simétricas para se contrapor a estas ameaças, evitando, inclusive, que ocorram novamente no porvir (RUSSIA, 2021).

A política externa russa tem, como principais objetivos, o fortalecimento da segurança nacional, o desenvolvimento sustentável dos setores econômico e social e a transformação da Rússia num centro de influência no SI (RUSSIA, 2021).

Dentre as tarefas previstas na Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa (2021) para o atingimento dos objetivos referentes à política externa, está o aumento da cooperação com os Estados componentes do BRICS, com foco na China e na Índia, e o apoio ao desenvolvimento da integração regional e sub-regional da África, da América Latina e da região Ásia-Pacífico.

No que diz respeito à influência da Rússia na América do Sul, constata-se que a sua atuação visa ampliar sua participação nesta porção do globo terrestre, tendo em vista os seus interesses geopolíticos, econômicos e militares, além de rivalizar contra os dos EUA, evitando que a hegemonia estadunidense seja plenamente estabelecida no continente americano.

Destaca-se, também, que o BRICS permitiu que a Rússia aumentasse as relações com o Brasil, o que gera, como consequência, uma maior participação russa na América do Sul.

4 O SETOR DE DEFESA E A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

4.1 Prognóstico para as primeiras décadas do século XXI

De acordo com Joseph S. Nye Jr. (2010), as previsões da primeira década do século XXI apontam que países como a China, a Índia ou o Brasil vão ultrapassar os EUA na liderança mundial.

Entretanto, Estados com maiores exércitos ainda conseguem se manter no poder, como é o caso, na atualidade, dos EUA. No que diz respeito ao setor econômico, o SI se encontra trabalhando em um mundo multipolar, em que se destacam EUA, UE, China e Japão (NYE, 2010), sendo que outros Estados, como, por exemplo, a Rússia, também estavam crescendo nessa área.

A China é provavelmente o Estado que vai se equiparar ao poder dos EUA ou até ultrapassá-lo nas próximas décadas. O que pode impactar a ascensão da RPC são fatores econômicos, de desigualdade social e demográficos (NYE, 2010).

No campo militar, a China pode se tornar o líder global nas décadas vindouras, entretanto esta liderança será contestada pela Índia e pelo Japão e isto pode ser benéfico para os EUA, por meio da aliança que possui com o Japão ou por meio do estreitamento de laços com a Índia (NYE, 2010). É digno de nota que EUA, Japão, Índia e Austrália compõem o *Quadrilateral Security Dialogue* (QUAD)²⁰ e que um dos assuntos discutidos entre esses países é a crescente presença militar da China na região do Indo-Pacífico.

Nye (2010) descreve que o declínio dos EUA, caso aconteça, será decorrente de eventos internos referentes à ruína do sistema político, à redução do crescimento econômico e aos choques entre a sociedade decorrentes das constantes alterações na cultura. Entretanto, destaca-se que os EUA não estão em completo declínio, sendo muito provável que permaneçam sendo o Estado mais poderoso do SI nas próximas décadas, com baixa probabilidade de que sejam superados pela China.

²⁰ O QUAD é uma cooperação estabelecida, desde 2007, entre os EUA, o Japão, a Índia e a Austrália e visa tratar dos interesses destes Estados na região do Indo-Pacífico. Disponível em: <<https://www.kantei.go.jp/quad-leaders-meeting-tokyo2022/index.html>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

4.2 O caminho para ser uma grande potência

O século XXI teve um início bastante complicado para os EUA que, em 11 de setembro de 2001, sofreram um ataque terrorista. Os reflexos do ataque impactaram, direta e indiretamente, o SI.

Segundo Pedro Ricardo Dória (2012), outro aspecto importante no século XXI é a contínua ascensão da China. Vale ressaltar que a recessão econômica entre os anos de 2008 e 2009 que atingiu grande parte do mundo capitalista gerou menores impactos na China e no Brasil, quando comparados com os EUA e a UE, o que possibilitou que as recuperações desses países emergentes fossem mais rápidas. Destaca-se que o bloco europeu teve uma recuperação mais lenta, pois, entre 2011 e 2012, ainda não tinha conseguido superar todos os desafios daquela recessão. No mesmo período, a China passou a ser o maior parceiro comercial do Brasil.

A ascensão do Brasil para o patamar de grande potência, de acordo com a visão de Dória (2012), passa pelo fortalecimento da sua democracia, sendo alicerçada pelo fato de que é o Estado de maior destaque na América Latina.

Para a sua elevação a uma posição de destaque mundial, é importante que o Brasil fortaleça as suas relações internacionais tanto com a China quanto com a Índia que são países de elevadas extensões territoriais e com as duas maiores populações do planeta Terra (DÓRIA, 2012).

A fim de que o Brasil atinja a almejada colocação de destaque entre as grandes potências, Dória (2012) frisa que é necessário atuar nos poderes político, econômico e militar, além de ter uma perfeita compreensão do contexto geopolítico mundial, principalmente no que tange aos EUA e à China. Vale apontar que a notável ascensão da China está estruturada em sua autocracia e numa impressionante revolução industrial-capitalista.

Para os EUA, a ascensão do Brasil ao nível de grande potência é bastante interessante, uma vez que o Estado brasileiro adota um modelo de governo que se baseia na democracia e no capitalismo tão defendidos pelos estadunidenses (DÓRIA, 2012).

A vocação do Brasil para se tornar uma potência mundial é decorrente de diversos fatores de ordem geopolítica, como, por exemplo, sua extensão territorial, seu posicionamento no globo terrestre e sua população. Além disto, os avanços nos campos político e econômico também contribuem para o atingimento da meta. No caminho para

alcançar essa almejada posição, é essencial que o Brasil se consolide como a potência regional na América do Sul, passando, posteriormente, para ser a maior potência da América Latina (DÓRIA, 2012). A liderança nessas duas regiões irá credenciar o Brasil para assumir a posição de uma potência global, capaz de influenciar o concerto das nações.

Raúl Zibechi (2012) também vislumbra que o Brasil está trilhando o caminho para deixar de ser um país periférico, podendo assumir, no futuro, uma posição de grande potência. Para ele, o Brasil possui fatores importantes, como a extensão territorial, grande população, riquezas e vontade política que contribuem para que a ascensão ocorra.

Segundo Zibechi (2012), o anseio político é primordial para transformar as potencialidades do Brasil em ações e fatos que permitirão que figure entre as grandes potências mundiais.

4.3 A defesa como um ponto importante para a integração da América do Sul

Para Vinícius Modolo Teixeira (2014), os países da América do Sul, após o término da Guerra Fria, adotaram posturas para reduzir a dependência das grandes potências, o que possibilitaria que atingissem padrões mais elevados no que diz respeito aos desenvolvimentos social, político e econômico. Certamente essas mudanças de atitudes foram diferentes entre todos os Estados que compõem a parte sul do continente americano, mas vale salientar que que isto possibilitou uma maior interação entre eles.

Parte do contato mais próximo entre os países sul-americanos, conforme relata Teixeira (2014), ocorre por meio de assuntos relativos ao setor de defesa que é de extrema importância do ponto de vista geopolítico.

Teixeira (2014) cita que a integração dos Estados da América do Sul é um projeto antigo que remonta ao período pós-independência destes países. Algumas tentativas no setor econômico foram postas em prática. Entretanto, devido à baixa taxa de industrialização e à base das exportações estar voltada, principalmente, para matérias-primas, em algumas ocasiões, em virtude das influências de atores externos e das variações cambiais, o modelo apresentou fragilidades, obrigando que os Estados sul-americanos tivessem que optar pelo livre mercado.

No que tange aos setores de defesa e tecnologia, poucos projetos foram desenvolvidos com o intuito de estreitar os laços na América do Sul, uma vez que, durante o

século XX, os países sul-americanos, em sua maioria, adquiriram seus produtos de defesa com os EUA, a Europa (TEIXEIRA, 2014) e a Rússia, conforme destacado no capítulo 2.

Teixeira (2014) ressalta que as rivalidades existentes entre os Estados sul-americanos, decorrentes, em sua maioria, de contendas nos períodos coloniais, contribuíram para que os focos destes países estivessem voltados para a proteção e delimitação de seus territórios e para afirmação de suas identidades. Assim sendo, os países buscaram, fora da América do Sul, produtos de defesa, de forma a estarem prontos e armados para possíveis conflitos com seus Estados vizinhos. Nesse sentido, a fim de equilibrar as forças, os armamentos e as organizações militares dos países sul-americanos foram posicionados em locais estratégicos normalmente próximos às fronteiras em disputa ou em locais de prováveis combates.

Em função da dependência de armamentos produzidos fora da América do Sul, muito pouco foi desenvolvido no que tange às indústrias de defesa (TEIXEIRA, 2014).

Uma possível solução para a integração sul-americana reside no desenvolvimento de projetos conjuntos no setor de defesa, tendo em vista que grande parte das rivalidades entre os países da América Sul, no setor, já foi superada (TEIXEIRA, 2014), permitindo um esforço regional nesta importante área do ponto de vista geopolítico.

O investimento em defesa é fundamental para impulsionar a integração entre os Estados da porção sul do continente americano (TEIXEIRA, 2014). Atualmente, o PROSUL é o projeto que está mais avançado no assunto.

Segundo Teixeira (2014), o conflito das Malvinas, ocorrido em 1982, foi relevante para o entendimento da importância da integração no que diz respeito ao setor de defesa, sendo, inclusive, um dos fatores motivadores para o surgimento do MERCOSUL. Vale ressaltar que o referido conflito possibilitou uma maior aproximação, mormente no que diz respeito às relações no campo militar, entre o Brasil e a Argentina que, até aquela época, eram os principais competidores na América do Sul.

Teixeira (2014) salienta que, após a guerra das Malvinas, as relações entre o Brasil e Argentina tiveram um grande incremento, tendo sido estabelecidos diversos objetivos que visavam à integração entre eles nos setores econômicos e agrícola, além de uma parceria estratégica na área nuclear, o que gerou, no campo diplomático, interações referentes à troca de informações sobre usinas nucleares.

Em decorrência da aproximação entre a Argentina e o Brasil, Teixeira (2014) descreve que foram dados os primeiros passos para a formação de um bloco econômico entre eles, contanto com a inclusão, no referido bloco, do Paraguai e do Uruguai em função de terem suas economias ligadas àqueles países.

O conflito das Malvinas, conforme relata Teixeira (2014), também serviu para que a América do Sul entendesse como os EUA colocavam os países desta parte do continente americano em uma situação periférica, pois os estadunidenses prestaram apoio ao Reino Unido, que é um dos países da OTAN, tendo descumprido o acordo previsto no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)²¹. Após o término do referido conflito, o Brasil decidiu que era necessário reverter o quadro de dependência dos EUA, buscando maior liberdade nas suas relações com os demais atores do SI. Nessa época, a elaboração do projeto de construção do SCPN começa a ganhar força, sendo, entretanto, ainda considerado um programa paralelo.

O Brasil, de acordo com Teixeira (2014), passou a empregar mais recursos no setor de ciência e tecnologia, o que possibilitou o desenvolvimento industrial, inclusive no que diz respeito à área de defesa. Em virtude disso, chegaram a ser anunciadas vendas referentes a produtos de defesa brasileiros para África, Oriente Médio e outros países da América.

Conforme destaca Teixeira (2014), no início do século XXI, continuou em voga a formulação de projetos de integração para a América do Sul, contudo eles foram impactados por alterações importantes no SI, seja no nível regional ou mundial.

Paulo Roberto de Almeida (2011) cita que a crise econômica enfrentada pela Argentina em 2001 afetou bastante o MERCOSUL, o que afastou os seus países componentes dos objetivos iniciais traçados, por ocasião da sua criação, para o referido bloco.

De acordo com Teixeira (2014), no século XXI, dois aspectos foram importantes para explicar a postura dos Estados da América do Sul em relação à integração regional. A chegada de partidos de esquerda ao poder em vários países sul-americanos foi o primeiro deles, o que acabou gerando choques, em virtude do viés político, com alguns projetos estadunidenses para a região e com os Estados da parte sul do continente americano que ainda mantinham governos de direita. O segundo aspecto foi o aumento dos gastos militares

²¹ O TIAR foi assinado em 1947, na cidade do Rio Janeiro, e previa, entre outras cláusulas, que qualquer ataque armado contra um Estado americano seria considerado como um ataque a todos os Estados americanos (*tradução nossa*). Disponível em: <://2009-2017.state.gov/p/wha/rls/70681.htm>. Acesso em: 14 jul. 2022.

realizados pelos países sul-americanos, a fim de renovar e recuperar as suas capacidades de defesa que já estavam desgastadas em função de terem sido adquiridas, principalmente, na década de 1970.

Conforme cita Almeida (2011), a Argentina, o Brasil e a Venezuela que estavam sendo governados por partidos de esquerda foram contrários ao processo de integração do continente americano por meio da ALCA, tendo em vista que era um projeto econômico capitaneado pelos EUA. Teixeira (2014) salienta que, em contrapartida, o Brasil e a Argentina definiram novas metas para o MERCOSUL, adotando antigas pretensões nos campos político e estratégico, o que possibilitou o incremento da participação estatal no bloco.

Teixeira (2014) descreve que, em virtude da postura negativa em relação à ALCA, os países que estavam sendo governados por partidos de esquerda, sob a coordenação do Brasil, propuseram a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), sendo o projeto lançado em 2004, porém renomeado como União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). O referido projeto que contava com a participação de todos os Estados da América do Sul buscava a integração política dessa região, fazendo com que o aspecto econômico fosse decorrente do processo de cooperação. Entretanto, a UNASUL não acrescentou, aos seus trabalhos, outros projetos que visavam à integração sul-americana, como, por exemplo, o MERCOSUL e a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que buscava integrar fisicamente os Estados da parte sul do continente americano. A UNASUL previa que a cooperação em defesa era um assunto importante para a integração regional.

De acordo com Marina Guimarães (2008), o então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, durante o seminário denominado Rumo ao Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), realizado, em 17 de novembro de 2008, em Buenos Aires, ressaltou a importância da soberania da América do Sul para lidar com os assuntos relativos à defesa e à segurança, o que reduziria, por meio do referido conselho, a interferência de atores externos na porção sul do continente americano.

O CDS, segundo relata Teixeira (2014), encontrou algumas dificuldades iniciais para sua implementação, pois a aprovação pelos países da América do Sul não ocorreu de maneira concomitante, tendo sido a Colômbia a principal opositora ao referido conselho em virtude da sua estreita ligação com os EUA naquela época. Em função da posição colombiana, contrária à adesão ao CDS, surgiram questionamentos de outros países sul-americanos ao Brasil. Prevendo um possível insucesso do CDS, o Brasil partiu para adotar acordos bilaterais

na área de defesa. A importância dada pelo Brasil ao setor de defesa, naquela ocasião, pode ser entendida como a busca pelo fortalecimento da política externa brasileira, uma vez que o Estado brasileiro estava angariando apoio para uma possível reorganização do Conselho de Segurança da ONU, além da ampliação de suas exportações no que tange aos produtos da BID.

Teixeira (2014) ressalta que a defesa pode ser um forte fator para a integração regional quando os países buscam objetivos comuns ou pode ser um fator de fragilidade quando as rivalidades entre os Estados maximizam seus interesses individuais.

O Brasil, em 2012, conforme descreve Teixeira (2014), emitiu a primeira versão do seu LBDN, no qual expressava a posição do país em relação aos assuntos militares de seu interesse. O referido livro, além de ser uma ferramenta para a comunicação com a sociedade brasileira, permite esclarecer, para seus Estados vizinhos e para o SI, as intenções do Brasil no que diz respeito ao setor de defesa.

As perspectivas de defesa para a América do Sul, de acordo com Teixeira (2014), estão baseadas em dois fatores, sendo o primeiro deles a possibilidade de ocorrência de conflitos nos pontos das fronteiras em que se encontram as maiores quantidades de tropas e armamentos militares, uma vez que os países sul-americanos adotam a postura de reforçar militarmente os locais onde possam ocorrer futuras contendas. O segundo fator diz respeito à tentativa de emprego de um mecanismo de cooperação em defesa, seja por meio do CDS ou por intermédio cooperações bilaterais.

No que tange à cooperação, uma das soluções apresentadas por Teixeira (2014) refere-se à construção em conjunto, pelos países da América do Sul, de armamentos e meios militares para equiparem as suas Forças Armadas. Esse tipo de cooperação, além de gerar o aumento da confiança mútua, contribui para economia de recursos dos Estados produtores que podem, inclusive, exportá-los, o que será interessante do ponto de vista financeiro. Outro aspecto importante desse tipo de cooperação é a redução da dependência de atores externos à América do Sul.

De acordo com Teixeira (2014), um dos poucos exemplos de cooperação para construção de equipamentos militares na América do Sul é a Viatura Leve de Emprego Geral Aerotransportável (VLEGA) “Gaúcho” que está sendo fabricada em função de uma parceria entre a Argentina e o Brasil. De acordo com sítio do Centro Tecnológico do Exército (2022), o referido veículo atende às necessidades das Brigadas de Infantaria Paraquedista do EB e do

Exército Argentino e o uso de peças disponíveis no MERCOSUL simplifica a cadeia logística para a manutenção da referida viatura.

Outro projeto brasileiro que conta com a presença de um país sul-americano é o do avião C-390 Millennium que foi criado pela EMBRAER para substituir a aeronave C-130 Hercules. A aeronave foi construída com a participação do Brasil, de Portugal, da República Tcheca e da Argentina (EMBRAER, 2022; INFOMONEY, 2019; TEIXEIRA, 2014).

Teixeira (2014) destaca que a integração regional é cenário mais favorável para a América do Sul, pois aumenta a interação entre os seus Estados componentes, além de criar mecanismos que ampliam a confiança entre eles. Assim sendo, a cooperação em defesa vai contribuir para uma maior coesão entre os países sul-americanos.

O PROSUL²², criado em 2019, é um acordo, assinado por Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru, que busca o fortalecimento da integração entre os Estados da América do Sul, sendo a defesa um dos seus principais focos. Entre os propósitos do PROSUL que serão desenvolvidos sobre os alicerces da cooperação, da coordenação e da integração regionais estão o respeito à integridade e à segurança dos seus Estados componentes, levando, em conta, os preceitos do direito internacional, proporcionando, dessa forma, uma zona de paz sul-americana. Outros temas também são importantes para o PROSUL como, por exemplo, o combate ao crime organizado, o setor de energia, a área de infraestrutura, a resposta a desastres naturais e a saúde.

Teixeira (2014) salienta que os efetivos e os artefatos militares, neste século, assim como ocorreu no século XX, devido às suas relevâncias, são parcialmente responsáveis pelos movimentos de aproximação e afastamento entre alguns Estados da América do Sul. Assim sendo, qualquer aumento do poder militar do país vizinho gera uma necessidade imediata de readequação das defesas dos Estados para se contraporem às possíveis ameaças. Essa contínua corrida armamentista sempre foi bastante explorada pelos atores do SI que exportam equipamentos e meios de defesa.

Embora o discurso sobre cooperação em defesa esteja em voga, Teixeira (2014) relata que alguns países sul-americanos ainda mantêm as áreas de possíveis conflitos bastante armadas e guarnecidas por tropas, o que acaba interferindo em uma maior integração

²² PROSUL. Disponível em: <www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/cds>. Acesso em: 01 abr. 2022.

regional. Esse tipo de situação complexa pode ser observado, por exemplo, nas fronteiras entre o Chile, a Bolívia e o Peru.

Teixeira (2014) acredita que o estabelecimento de um bloco econômico forte que conte com todos os Estados da porção sul da América deverá levar em conta, no nível estratégico, o setor de defesa, a fim de possibilitar avanços no que diz respeito aos planos políticos e à economia da América do Sul.

É importante destacar que a integração da América do Sul em defesa não gera o desarmamento dos Estados desta região. Ao contrário disso, os investimentos em defesa proporcionam uma área mais segura contra as interferências externas, além de permitir um maior desenvolvimento tecnológico de cada país sul-americano, o que possibilitará, no futuro, uma maior coesão interna, além da independência da América do Sul em relação aos atores exógenos, principalmente no que se refere às grandes potências mundiais (TEIXEIRA, 2014).

Apesar de ser um sonho antigo, Teixeira (2014) destaca que a cooperação sul-americana ainda precisa de um longo prazo para sua plena implementação. Para que o intento se concretize, é necessário que as Forças Armadas dos Estados da América do Sul participem ativamente desse processo, a fim de reduzir as rivalidades ainda existentes em prol de uma elevada integração regional, proporcionando, como resultado, um maior destaque para a porção sul da América.

O Brasil possui características geopolíticas marcantes, entre as quais destacam-se as suas vastas dimensões territoriais, a sua posição estratégica no Atlântico Sul e a sua população, que, conjugados com os fatores econômicos, políticos e militares, tornam-no o país de maior destaque, ou seja, o protagonista na América do Sul.

Esses fatores contribuem, também, para que o Estado brasileiro possa exercer a sua liderança, em diversos setores; inclusive, o de defesa, perante os demais países sul-americanos, o que permitiria reduzir, na América do Sul, as interferências de atores externos, principalmente no que se refere às grandes potências mundiais.

A capacidade do Brasil de influenciar os passos dos demais países da América do Sul é primordial para que seja alcançada a integração regional, tão sonhada por Simon Bolívar logo após as independências das antigas colônias desta vasta área.

A cooperação no setor de defesa para a construção de armamentos, equipamentos e meios militares é um dos instrumentos que pode contribuir para uma maior integração dos Estados sul-americanos, seja por meio de blocos, como, por exemplo, o

PROSUL, ou de parcerias bilaterais entre o Brasil e os demais países da América do Sul. Outros fatores importantes decorrentes desta cooperação são a redução da dependência dos atores exóginos para o fornecimento de produtos de defesa e o desenvolvimento da BID, tanto no Brasil quanto na parte sul do continente americano.

É importante frisar que o protagonismo do Brasil na América do Sul é o primeiro passo em direção à liderança na América Latina e para um posterior maior destaque no SI.

5 BRASIL: O PODER MILITAR E A PARTICIPAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL

O Brasil, em virtude de possuir características geopolíticas marcantes e do seu desempenho nos campos político, econômico e militar, ocupa uma posição de destaque na América do Sul. Assim sendo, a seguir será realizada uma análise do campo militar, a fim de verificar quais são as ações que estão sendo desenvolvidas e as que se sugere que sejam implementadas pela MB neste setor para a manutenção desta posição de destaque na porção sul do continente americano.

5.1 O poder militar do Brasil

De acordo com o renomado sítio *Global Firepower* (2022), o Brasil se encontra na décima posição mundial no que diz respeito ao poder bélico de suas Forças Armadas, estando na primeira colocação em relação à América do Sul.

O *Global Firepower* (2022) emprega mais de cinquenta fatores que englobam os campos de pessoal, poder naval, poder terrestre, poder aéreo, recursos naturais, financeiros, logísticos e geográficos para escalonar os países em uma classificação mundial no que diz respeito às capacidades militares, sendo atribuído, para cada Estado, um *Power Index* baseado em todo o seu aparato militar disponível. Quanto mais próximo de zero é este índice de poder, maior é o poder bélico do país analisado.

Assim sendo, constata-se, com base em diversos fatores, que o Brasil é o protagonista na América do Sul quando se trata da vertente militar.

A MB, o EB e a FAB, que estão subordinadas ao Ministério da Defesa, compõem as Forças Armadas do Brasil que são, conforme consta nos artigos 21, inciso III, e 142 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), instituições nacionais regulares e permanentes e que, alicerçadas por disciplina e hierarquia, são empregadas para a defesa nacional, para a garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem.

5.2 O Brasil e a defesa nacional

O LBDN (BRASIL, 2020a) destaca que o SI está sendo constantemente impactado por processos de reorganização entre os seus atores, uma vez que a convivência entre grandes potências e os Estados em ascensão nem sempre ocorre de forma harmoniosa; principalmente, no que tange ao setor de defesa. Assim sendo, a diplomacia e a defesa são essenciais para preservar e robustecer a soberania nacional.

O Brasil, devido às suas dimensões política e estratégica, deve manter o foco no setor de defesa, a fim de preservar sua soberania e sua integridade territorial, alcançar os objetivos nacionais, proteger o seu povo e garantir que não haverá interferência externa em seu território, em suas águas jurisdicionais, nos leitos das vias fluviais, no seu subsolo marinho e no seu espaço aéreo. Para isso, conforme prevê a Constituição Federal, as Forças Armadas devem estar preparadas e prontas para serem empregadas (BRASIL, 2020a).

No que diz respeito ao EEB, há a oportunidade de ampliação da cooperação no campo da defesa, principalmente na América do Sul (BRASIL, 2020a). Ressalta-se que o emprego dessa cooperação fortalecerá o Brasil como um ator regional.

De acordo com o LBDN (BRASIL, 2020a), a integração dos Estados da América do Sul, principalmente nos campos da defesa e da política externa, é um objetivo estratégico brasileiro, pois uma maior interação entre esses atores contribui para salvaguardar a paz e para o desenvolvimento econômico e social da região. É fato que a postura harmoniosa do Brasil tem sido essencial para a manutenção da estabilidade sul-americana.

O Brasil, por meio da sua política externa, emprega o diálogo e a cooperação para estreitar os laços com os atores do SI. Do ponto de vista geopolítico, o Estado brasileiro focaliza suas prioridades no EEB. Os países de Língua Portuguesa também recebem uma atenção especial por parte do Brasil (BRASIL, 2020a).

Conforme consta no LBDN (BRASIL, 2020a), o Atlântico Sul conta com áreas relevantes do ponto de vista estratégico. Assim sendo, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)²³ é importante para o Brasil, pois possibilita a construção de um

²³ A ZOPACAS foi criada em 27 de outubro de 1986, por iniciativa do Brasil, em uma Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da resolução 41/11, com o intuito de estabelecer uma zona de paz, segurança e cooperação, no Atlântico Sul, entre 3 países da América do Sul (Argentina, Brasil e Uruguai) e 21 Estados africanos. Disponível em: <www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zopacas>. Acesso em: 30 jul. 2022.

ambiente de maior interação entre os países que a compõem. Salienta-se que o aumento de pirataria no Golfo da Guiné reforça a necessidade de fortalecer a integração por meio da ZOPACAS. Existem outros temas em voga na referida zona, como, por exemplo, os de sustentabilidade e os ambientais. A END (BRASIL, 2020b) salienta que o robustecimento da ZOPACAS, por meio de liderança do Brasil, possibilitará que o Estado brasileiro se afirme como um ator regional de relevância, o que permitirá um acréscimo da sua participação no EEB, além de contribuir para reduzir a influência de potências exóginas.

Dentro do EEB, no Oceano Atlântico, existe a região denominada Amazônia Azul® com uma área equivalente à Amazônia brasileira, onde o Brasil exerce a sua soberania e a sua jurisdição, no que se refere ao controle e à exploração da plataforma continental e das águas jurisdicionais. É nessa região que está a grande maioria das reservas de petróleo e gás brasileiras. As linhas de comunicação marítimas (LCM) que chegam ou saem do Brasil passam pela Amazônia Azul®. Assim sendo, é essencial que o Brasil, por meio, principalmente, da MB e com o apoio da FAB, realize o monitoramento, o acompanhamento e o controle do tráfego marítimo e dos incidentes e acidentes dentro da sua área marítima de vigilância (BRASIL, 2020a).

Cabe ao Estado brasileiro, entre suas atribuições, o provimento da segurança e da defesa nacionais. Destaca-se que um setor de defesa corretamente dimensionado propicia uma maior estabilidade ao Brasil. Em função disto, foram elaboradas a PND e a END (BRASIL, 2020a).

No que diz respeito à defesa nacional, a PND é o documento que trata, no mais alto nível, das ações voltadas para este importante setor com foco principal nas ameaças externas, visando, prioritariamente, ao preparo e ao emprego das Forças Armadas. Os principais pressupostos da PND são: manter as Forças Armadas preparadas e prontas para atuarem conforme previsto na Constituição Federal, além de realizarem a dissuasão; proteger a Amazônia brasileira; empregar o Atlântico Sul como uma zona de cooperação e paz; buscar a regularidade do orçamento atinente à defesa; buscar a cooperação internacional; compor as OIG e operar sob o respaldo destas organizações, tomando parte, inclusive, em operações internacionais, a fim de contribuir para estabilização do SI; defender que a Antártica seja explorada somente para a pesquisa científica; contrapor-se às interferências na soberania dos países; envolver a sociedade nos assuntos atinentes à defesa; e contribuir para o total abandono das armas nucleares, biológicas, químicas e radiológicas. Salienta-se que a PND

estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa (OND) tomando, por base, a concepção política e a análise dos ambientes nacional e internacional (BRASIL, 2020a,e).

A END, com base na PND, trata das ações estratégicas que devem ser desenvolvidas no campo da defesa para que os OND sejam atingidos (BRASIL, 2020a,b).

O LBDN (BRASIL, 2020a) ressalta que, tendo em vista que as políticas de defesa e externa se complementam, os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores trabalham em sintonia para que o Brasil preze pela estabilidade regional e busque um ambiente mais cooperativo no âmbito internacional. O trabalho conjugado desenvolvido pelos referidos ministérios possibilita a realização de múltiplas parcerias estratégicas, cooperações e intercâmbios que terão, como resultado, o robustecimento das relações internacionais desenvolvidas pelo Brasil, evitando ou reduzindo as possíveis crises ou tensões no EEB, contribuindo, desta maneira, para a existência de paz na referida região. Conforme cita a PND (BRASIL, 2020e), o Brasil deve considerar que, caso ocorram crises ou tensões no EEB, podem ser geradas consequências que afetem o país, sendo, nesse caso, instado para defender seus interesses ou para participar da solução de conflitos ou controvérsias.

Segundo o LBDN (BRASIL, 2020a), para o século XXI, devido à importância do mar e às características geopolíticas do país que possui vasto território terrestre e uma ampla Amazônia Azul®, muitos cenários podem exigir a participação da MB que deverá estar pronta para enfrentar os atuais e os futuros desafios.

Em função da importância geoestratégica do Atlântico Sul para o Brasil, a proteção da Amazônia Azul® e de seus recursos naturais que se encontram nas suas águas jurisdicionais e no subsolo marinho é uma das prioridades da MB. Contudo, os interesses do Brasil vão além desta área, projetando-se, também, para a porção leste do Atlântico Sul (BRASIL, 2020a).

Para fazer frente aos desafios do porvir, o LBDN (BRASIL, 2020a) relata que a MB busca ser uma Força Armada aprestada, motivada e atualizada tecnologicamente, dotada de meios navais, de fuzileiros navais e aeronavais em quantidade e qualidade coerentes com as dimensões política e estratégica do Brasil no SI. Assim sendo, com base na END, a MB elaborou o Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil (PAEMB) que está em sintonia com o Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED) que foi confeccionado pelo Ministério da Defesa.

Para a elaboração do PAEMB, de acordo com o LBDN (BRASIL, 2020a), foram levadas em conta algumas premissas: a readequação de meios deve ocorrer de forma

balanceada para atender aos componentes de superfície, aeronaval, submarino e anfíbio; as áreas nuclear, espacial e cibernética são extremamente relevantes para a defesa do Brasil; a negação do uso do mar ao inimigo baliza a estratégia de defesa no que diz respeito ao ambiente marítimo; a capacidade de projetar poder, a negação do uso do mar e o controle de áreas marítimas, contando com o emprego de fuzileiros navais a partir de uma Força Naval expedicionária e com capacidade anfíbia para operar nas áreas de interesse do Brasil; a MB organizada com base em suas capacidades e características para responder às possíveis ameaças, empregando, inclusive, o setor espacial para o monitoramento do mar; a priorização do controle das áreas marítimas entre Santos e Vitória e da foz do Rio Amazonas; a fabricação, no Brasil, de meios de superfície, aeronavais, de fuzileiros navais, de submarinos convencionais e do SCPN; o desenvolvimento da salvaguarda, no exterior, de pessoas, recursos e bens nacionais; a capacidade do Poder Naval de se fazer presente por meio fluvial nas localidades mais remotas do Brasil, mormente nas regiões centro-oeste e norte; a ampliação da capacidade da MB para atender aos eventos de busca e salvamento e para participar de operações humanitárias e de manutenção da paz; e o incremento da realização de operações singulares e conjuntas.

Conforme cita o LBDN (BRASIL, 2020a), para que atinja sua plena capacidade operacional, a MB continua investindo em programas e projetos de valor estratégico, dos quais se destacam: o Programa Nuclear da Marinha (PNM) e o Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval.

O PNM está voltado para o desenvolvimento do ciclo do combustível nuclear, para a construção de um reator de água pressurizada que servirá de referência para a produção do reator do primeiro SCPN e para a construção e aceitação do Laboratório de Geração de Energia Núcleo-Elétrica (LABGENE). Destaca-se que o PNM e o PROSUB são programas interconectados (BRASIL, 2020a).

O Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval, de acordo com o LBDN (BRASIL, 2020a), está voltado para obtenção de meios, seja por construção ou aquisição, visando ampliar a capacidade operacional da MB. Atrelado a esse programa, está o desenvolvimento nacional dos setores industrial e de ciência, tecnologia e inovação, em virtude da nacionalização de sistemas relativos à defesa e da transferência de tecnologia. O programa engloba, entre outros projetos, o PROSUB, a construção das Fragatas Classe “Tamandaré” (FCT), o Programa de Obtenção de Navios-patrolha (PRONAPA), o Programa de

Obtenção de Navios-Aeródromos (PRONAE), a obtenção de aeronaves e o projeto do míssil antinavio de superfície (MANSUP).

O PROSUB prevê a construção de quatro submarinos de propulsão diesel-elétrica e de um SCPN. Estão inseridas, no referido programa, as construções do estaleiro e da base de submarinos (BRASIL, 2020a).

O projeto das FCT prevê a construção de quatro navios-escolta, com grande nível de nacionalização, capazes de enfrentar múltiplas ameaças, de proteger uma ampla área marítima, de realizar operações de busca e salvamento e de atender aos compromissos internacionais que o Brasil tiver estabelecido (BRASIL, 2020a).

O PRONAPA visa a construção de navios-patrolha oceânicos e de navios-patrolha, com cerca de 2.000 e de 500 toneladas de deslocamento, respectivamente. Esses meios serão empregados para a realização de inspeção naval e para fiscalizar o Mar Territorial, a Zona Contígua e a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) (BRASIL, 2020a).

O PRONAE, de acordo com o LBDN (BRASIL, 2020a), trata da obtenção de um navio-aeródromo com o maior conteúdo nacional possível e que seja compatível com o sistema logístico da MB. O projeto prevê, inclusive, a aquisição de aviões e helicópteros para comporem a sua ala aérea.

Estão, nos planos da MB, as aquisições de aeronaves de apoio logístico para auxiliar a Esquadra brasileira e os Distritos Navais, de helicópteros multiemprego, de aeronaves de emprego geral, de helicópteros de instrução e de sistemas de aeronaves remotamente pilotadas (SARP) (BRASIL, 2020a).

Outro projeto que merece destaque é o do MANSUP que busca a construção de mísseis antinavio de médio alcance lançados a partir de meios de superfície (BRASIL, 2020a).

5.3 A Política Naval

De acordo com o Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Junior (2020b), Comandante da Marinha no período de 09 de janeiro de 2019 a 09 de abril de 2021, o Brasil é possuidor de um vasto território e de uma ampla área marítima. Esses fatores aliados à sua posição socioeconômica e à sua atuação regional possibilitam que o Estado atue no SI como um ator de interesse global. Para isto, a MB deve estar adequadamente dimensionada, a fim de ser capaz de contribuir para a participação do país no concerto das nações. Assim sendo, a

Força Armada deve estar sempre aprestada, motivada e moderna, contando, inclusive, com elevados níveis de independência tecnológica que lhe proporcionem uma multiplicidade de capacidades e que lhe permitam ser operacional e flexível.

A Política Naval (BRASIL, 2020d) ressalta que o Brasil tem um papel de destaque no SI, principalmente, em função de ser o país com a quinta maior extensão territorial, de ter uma economia relevante no contexto mundial e de figurar entre os dez Estados mais populosos do planeta.

O Estado brasileiro, em virtude de seus abundantes recursos naturais, dos quais se destacam a água doce e as terras agricultáveis, e do seu desenvolvimento nos setores tecnológicos e industrial, tem grande potencial para a sua projeção no SI, o que pode gerar interesses conflitantes com outros países. Assim sendo, é de suma importância que o Brasil conte com Forças Armadas equipadas e modernas, capazes de garantir sua soberania, além de darem respaldo à política externa e aos interesses do Estado no âmbito internacional (BRASIL, 2020d).

A Política Naval (BRASIL, 2020d) relata que, de acordo com a PND e com a END, o emprego do Poder Naval é atributo da MB. A referida política é o farol que direciona o planejamento estratégico elaborado pela MB.

O Brasil prima pela harmonia na convivência entre os Estados, que deve estar pautada em normas, instituições e valores difundidos internacionalmente. É fato que o Estado brasileiro busca participação nas decisões regionais, inter-regionais e mundiais. Assim sendo, o poder militar é de extrema relevância para respaldar essas relações internacionais (BRASIL, 2020d).

Com a finalidade de proteger e defender a sua soberania, o seu povo, o seu patrimônio e os interesses nacionais, o Brasil, de acordo com a Política Naval (BRASIL, 2020d), deve estar capacitado, por meio de suas Forças Armadas, para fazer frente às ameaças que se apresentem. Para isto, a MB deve concentrar os seus esforços no litoral brasileiro, na Amazônia Azul®, Amazônia e no Atlântico Sul.

No que tange ao ambiente internacional, a Política Naval (BRASIL, 2020d) descreve que, em função da globalização, ocorreu uma maior interdependência entre os Estados, tendo sido estabelecidas diversas associações políticas e econômicas. Em um ambiente baseado na assimetria de poderes, podem surgir tensões e instabilidades, seja entre Estados ou devido à ação de grupos terroristas, criminosos ou insurgentes.

É digno de nota que, em decorrência dos aumentos populacionais e dos crescimentos econômicos, ocorre uma maior procura mundial por recursos naturais. Salienta-se que a América do Sul, a Antártica, os países do oeste africano e o Atlântico Sul possuem relevantes quantidades destes recursos. Em função disso, áreas marítimas e fontes de recursos naturais e energéticos não podem estar desprotegidos, pois podem ser a origem de futuras crises ou conflitos que atinjam a soberania do Estado. A Política Naval (BRASIL, 2020d) destaca que as grandes potências externas estão aumentando a sua presença no Atlântico Sul, tendo, alguns Estados, inclusive, a posse de territórios nesta área. Dessa forma, percebe-se que é essencial o fortalecimento do Poder Naval brasileiro para fazer frente às possíveis ameaças do porvir. Além disso, deve ser valorizado o emprego de coalizões que permitam incrementar a segurança marítima no EEB, além do fortalecimento das relações entre os países componentes da ZOPACAS.

Do ponto de vista regional, a baixa incidência de conflitos e crises de grande vulto possibilita maior cooperação entre os Estados sul-americanos, inclusive no que diz respeito ao setor de defesa com o consequente estreitamento de laços entre as suas Forças Armadas, a fim de proporcionar soluções compartilhadas para questões que envolvam esses países. O Brasil, que é o Estado de maior destaque na América do Sul, deve se manter plenamente capacitado para exercer sua soberania, além de gerar a dissuasão (BRASIL, 2020d).

É por meio dos OBNAV, que são os objetivos fixados pela MB no mais elevado nível, que a Política Naval é consolidada. A partir deles, foi realizada a elaboração do PEM 2040.

Os OBNAV são os seguintes:

- a) Contribuir para a defesa da Pátria

Segundo a Política Naval (BRASIL, 2020d), fazem parte da defesa da Pátria, a manutenção da integridade do território nacional, além da proteção das LCM, dos objetivos nacionais e das águas jurisdicionais, incluindo seus recursos naturais. Para que possa defender o Brasil, o Poder Naval deve estar capacitado, preparado e com credibilidade para atuar em crises ou conflitos entre Estados, para fiscalizar e cercear atividades ilegais em suas águas jurisdicionais e para dissuadir eventuais ameaças, seja no Atlântico Sul ou nas bacias hidrográficas brasileiras.

b) Prover a segurança marítima

A MB exerce o papel da Autoridade Marítima brasileira, devendo envidar esforços para fortalecer o Poder Marítimo, atuando de forma integradora com os vários atores envolvidos. Ressalta-se que a elaboração de uma Estratégia Marítima Nacional, que abarque aspectos atinentes à segurança marítima, e o emprego de sensoriamento remoto contribuirão para ampliar a segurança nos mares (BRASIL, 2020d).

c) Contribuir para a garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem

Assim como as demais Forças Armadas, a MB está sendo empregada em áreas urbanas para atuar contra facções criminosas. Para o cumprimento desse objetivo, é necessário o estabelecimento de regras de engajamento precisas, além de capacitar os militares empregados neste OBNAV (BRASIL, 2020d).

d) Cooperar com o desenvolvimento nacional

Os programas estratégicos da MB possibilitam o envolvimento da BID, o que contribui para o desenvolvimento tecnológico da indústria brasileira. Destaca-se que o PNM, o PROSUB e a construção das FCT estão gerando grandes avanços para o desenvolvimento nacional (BRASIL, 2020d).

e) Apoiar a política externa

Em virtude de o Brasil estar buscando um destaque global, a Política Naval (BRASIL, 2020d) salienta que a MB deve estar pronta para ser empregada em operações humanitárias e de paz sob a coordenação da ONU ou de outros órgãos internacionais. Em função disso, a MB poderá ser chamada para participar, por intermédio de cooperação, da proteção marítima em diversos locais do planeta, sendo o Atlântico Sul a sua área prioritária.

f) Aprimorar a gestão de pessoas

Por meio deste OBNAV, a MB busca implementar práticas, técnicas e políticas para aumentar a motivação do seu pessoal, a fim de ampliar a contribuição que prestam à instituição (BRASIL, 2020d).

g) Modernizar a Força Naval

A Política Naval (BRASIL, 2020d) salienta que, a fim de estar pronta para enfrentar, com credibilidade e confiabilidade, os desafios que se apresentarem no século XXI, a MB deve passar por um processo de modernização que lhe permita estar apta para conduzir as tarefas afetas ao Poder Naval em todos os ambientes da guerra, inclusive no ciberespaço. Os programas estratégicos que estão sendo conduzidos pela MB são focados no atingimento

deste OBNAV que contribui, inclusive, para a diminuição da dependência tecnológica de atores externos.

h) Obter a capacidade operacional plena

Este OBNAV se refere ao atingimento da plena capacidade operacional por meio de elevados padrões de preparo e de prontidão que permitam o aprestamento da MB para ser prontamente empregada em atendimento às necessidades do Brasil (BRASIL, 2020d).

i) Desenvolver a capacidade cibernética

A MB deve estar preparada para enfrentar conflitos no ambiente cibernético. A fim de atingir o objetivo, será essencial a integração da Força Naval com as organizações militares das Forças Armadas que trabalham com os assuntos afetos à guerra cibernética (BRASIL, 2020d).

j) Aprimorar as inteligências estratégica e operacional

Estes dois ramos da inteligência, somados à inteligência no ambiente cibernético, são essenciais para a geração de conhecimento que possibilite o emprego otimizado do Poder Naval (BRASIL, 2020d).

k) Ampliar a consciência situacional marítima nas áreas de interesse

O pleno emprego do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) permitirá, por intermédio de sensores remotos, incluindo satélites, o contínuo controle e o monitoramento das águas jurisdicionais do Brasil. Ressalta-se que, para um maior acompanhamento das vias fluviais, é necessário que esse tipo de sensoriamento também seja implementado nas principais hidrovias (BRASIL, 2020d).

l) Aperfeiçoar as gestões orçamentária, financeira e administrativa

A eficiência nas gestões orçamentária, financeira e administrativa possibilita que os recursos sejam empregados de forma que tornem viáveis a concretização dos demais OBNAV (BRASIL, 2020d).

5.4 PEM 2040

O PEM 2040, conforme descreve o Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Junior (2020a), é o documento de alto escalão que visa balizar, por meio dos OBNAV e com base na visão de futuro da MB, os planejamentos desta Força Armada que envolvam o médio e o longo

prazos. As AEN que possibilitarão que a MB cumpra sua missão são decorrentes do exame pormenorizado dos referidos objetivos.

Destaca-se que o PEM 2040 (BRASIL, 2020c) foi elaborado pelo Estado-Maior da Armada (EMA) e aprovado pelo Comandante da Marinha com um alcance de vinte anos. Em virtude da ampla margem temporal do referido documento, ele deve ser revisado e atualizado quadrienalmente, a fim de que possam ser realizadas as correções de rumo, caso seja necessário.

Em virtude de o Comandante da Marinha ser, também, a Autoridade Marítima, o PEM 2040 (BRASIL, 2020c) tece comentários relevantes a respeito das atividades referentes ao Poder Marítimo e de suas contribuições para o Brasil, sendo ressaltada a importância da proteção e da segurança marítimas. Em decorrência disso, o referido plano estratégico enfoca, com maior profundidade, o Poder Naval.

É digno de nota que o Poder Naval pode ser empregado em um vasto espectro de tarefas que vão desde o apoio à política externa até a guerra propriamente dita. Assim sendo, pode, inclusive, se for adequadamente utilizado, exercer influência positiva sobre a opinião pública e sobre outros países, contribuir para o robustecimento de alianças e acordos, ampliar a confiança mútua entre Estados, além de demonstrar claramente as intenções do Brasil nas suas áreas de interesse. Em suma, o Poder Naval busca impedir o acontecimento de eventos desfavoráveis e contribuir para a concretização de situações almejadas pelo Estado brasileiro (BRASIL, 2020c).

De acordo com o PEM 2040 (BRASIL, 2020c), é essencial que Estado brasileiro conheça tanto as ameaças que já enfrenta quanto os potenciais problemas, crises e conflitos que ainda estão por vir para que possa despertar, na sua sociedade, a importância de uma mentalidade voltada para a defesa da Pátria. É digno de nota que os ambientes marítimo e fluvial, além de possibilitarem a realização de exportações e importações, também podem ser vias que permitam a chegada de vários tipos de ameaças, sejam elas convencionais ou não.

Destaca-se que a Amazônia Azul[®], com uma área marítima de cerca de 5,7 milhões de km², e as vias fluviais, que totalizam, aproximadamente 60.000 km, com ênfase para as navegáveis, são de extrema importância para o Brasil, tendo em vista, por exemplo, que cerca de 90% do comércio brasileiro transita pelo mar e que em torno de 90% dos hidrocarbonetos são explorados em suas águas jurisdicionais. Assim sendo, é de grande relevância que a sociedade brasileira tome conhecimento da importância da Amazônia Azul[®] e das águas

interiores, uma vez que se constituem em fontes de biodiversidade e de recursos naturais (BRASIL, 2020c).

O PEM 2040 (BRASIL, 2020c) salienta que, em virtude das suas vastas áreas marítimas e fluviais e dos seus interesses no EEB, o Brasil deve direcionar sua atenção para o Poder Naval que deverá estar pronto para defender a soberania, os interesses e o patrimônio nacionais e para empregar a Diplomacia Naval.

É importante ressaltar que, em virtude de os oceanos estarem interconectados, as áreas marítimas relevantes para o Brasil podem ser acessadas por grandes potências exóginas que acabam exercendo influência no EEB, o que pode gerar conflitos de interesses. Dessa forma, em função da possibilidade do surgimento de ameaças que envolvam, entre outras vertentes, os níveis político, estratégico e econômico, a MB deve estar pronta para, em prol dos interesses nacionais, ser empregada não somente no ambiente oceânico, mas, também, no amazônico, no pantaneiro, no antártico ou sob o amparo de organismos internacionais (BRASIL, 2020c).

O PEM 2040 (BRASIL, 2020c) relaciona as principais ameaças que se apresentam contrárias aos interesses do Brasil, seja no mar ou nas águas interiores. São elas: ameaça à soberania nacional; pirataria; pesca ilegal, não-regulamentada e não-declarada; biopirataria e acessos ilegais a informações referentes à fauna e à flora; conflitos urbanos e crime organizado; terrorismo; ameaças cibernéticas; desastres naturais, questões ambientais e pandemias; e disputa por recursos naturais.

Em função dos espaços marítimos serem fontes valiosas do ponto de vista econômico, além da vertente clássica de combates no mar, que estão voltados para alcançar os objetivos estabelecidos pelo nível político, o PEM 2040 (BRASIL, 2020c) ressalta o surgimento da modalidade de combate pelo mar que busca defender os recursos que o ambiente marinho pode oferecer. Assim sendo, os inúmeros recursos naturais e riquezas existentes na Amazônia Azul®, aliados às infraestruturas críticas que estão sendo mantidas e instaladas na área, são motivos relevantes para que o Brasil empregue o novo paradigma do combate pelo mar.

O conceito de combate pelo mar prevê o emprego da interoperabilidade entre as Forças Armadas e a realização de operações interagências, a fim de que sejam envidados esforços e conciliados interesses em prol da defesa das vastas áreas marítimas e fluviais brasileiras (BRASIL, 2020c).

No que diz respeito ao combate no mar, o PEM 2040 (BRASIL, 2020c) enfatiza que esta modalidade está intimamente ligada às seguintes tarefas básicas do Poder Naval: a negação do uso do mar, a projeção de poder sobre terra e o controle de áreas marítimas. As operações e as ações de guerra naval que são decorrentes das referidas tarefas devem ser conduzidas por uma Força Naval capaz de operar de forma balanceada nas vertentes de superfície, aérea, anfíbia e de submarinos.

Destaca-se que o submarino é o meio mais apropriado para realizar a tarefa de negar o uso do mar ao inimigo, tendo em vista a sua relevante capacidade de ocultação. É digno de nota que, a partir da entrada em serviço do SCPN, a sua maior velocidade, aliada à sua permanência, resultarão em uma vasta mobilidade estratégica que ampliará as capacidades defensiva e dissuasória da MB (BRASIL, 2020c).

Segundo o PEM 2040 (BRASIL, 2020c), o ambiente marítimo, a despeito das ameaças nele existentes, também é um grande gerador de oportunidades, como, por exemplo, o estabelecimento de parcerias e alianças no nível estratégico e o emprego da diplomacia naval.

A MB, que tem como atividade primordial a preparação para o combate às ameaças, também pode se valer da diplomacia naval para defender, preservar e conquistar os objetivos nacionais. A Força Naval, devido às suas características de permanência, mobilidade, versatilidade e flexibilidade, pode se deslocar, por meio das águas internacionais e das vias fluviais, para países e áreas de interesse do Brasil com a finalidade empregar, em prol das relações internacionais, a citada diplomacia, em amplo espectro, que vai desde a cooperação até a coerção, passando pela persuasão (BRASIL, 2020c).

O PEM 2040 (BRASIL, 2020c) ressalta que a Diplomacia Naval é amplamente empregada na ZOPACAS, em operações combinadas no Golfo da Guiné e na Área Marítima do Atlântico Sul (AMAS), sendo esta última ligada à cooperação entre os seus países componentes nas atividades voltadas para a segurança do tráfego marítimo na porção austral do oceano Atlântico. Embora possa ser utilizada em qualquer área marítima, como ocorreu durante o emprego da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FTM-UNIFIL), a aplicação da Diplomacia Naval deve ser priorizada no EEB, a fim de aumentar o prestígio do Brasil na região e reforçar a política externa nacional. É importante salientar que a referida diplomacia será mais eficiente e gerará maior dissuasão se for respaldada por uma Força Naval adequadamente dimensionada para ser empregada em combate.

Outro ponto que merece destaque no PEM 2040 (BRASIL, 2020c) é o emprego das defesas reativa e proativa. Enquanto a defesa reativa somente é empregada após a concretização das ameaças; a proativa demanda uma tomada de decisão célere para que seja implementada, com agilidade, a iniciativa das ações. De acordo com a END (BRASIL, 2020b) e com o PEM 2040 (BRASIL, 2020c), as áreas marítimas localizadas nas proximidades da foz do Rio Amazonas e entre Vitória e Santos devem ser resguardadas com o emprego da defesa proativa. Para que a defesa proativa seja eficaz, é necessário que o SisGAAz esteja plenamente operacional para permitir o monitoramento e o controle ininterruptos da Amazônia Azul®.

Para a defesa proativa em áreas marítimas mais afastadas da costa, o PEM 2040 (BRASIL, 2020c) prevê o emprego de um Navio com capacidade de Controle de Área Marítima (NCAM). Essa belonave deve operar com aviões, helicópteros e SARP e ser capaz de ser utilizada em operações expedicionárias e anfíbias. O SCPN é outro meio que se encaixa perfeitamente no conceito de defesa proativa, especialmente no que diz respeito à dissuasão.

O PEM 2040 (BRASIL, 2020c) apresentou o conceito de Defesa Marítima de Amplo Espectro que engloba, além da defesa naval no seu sentido clássico, os conceitos de segurança do tráfego aquaviário (*safety*) e de proteção marítima (*security*). Esse novo conceito prevê o emprego de uma defesa proativa na fase que antecede a concretização dos conflitos e, também, antes da realização das tarefas de controlar e negar o uso do mar, que estão diretamente ligadas ao combate no mar. Salienta-se que a Defesa Marítima de Amplo Espectro conta com a participação das demais Forças Armadas e das agências do Governo Federal que tenham competências aplicadas ao ambiente marítimo.

A partir dos OBNAV descritos na Política Naval (BRASIL, 2020d), o PEM 2040 (BRASIL, 2020c) apresenta as EN que delineiam como os referidos objetivos serão alcançados, e as AEN que são as ações que serão tomadas nos altos escalões para o pleno atingimento dos OBNAV. As AEN devem ter como farol a missão da MB e direcionadas para atender a visão de futuro da instituição.

Dentre AEN constantes no PEM 2040 (BRASIL, 2020c), serão destacadas as mais afetas às contribuições da MB para o protagonismo militar na América do Sul.

O OBNAV 5, conforme consta no PEM 2040 (BRASIL, 2020c), está relacionado com o apoio à política externa e prevê o emprego de uma EN para a ZOPACAS, sendo que a AEN decorrente visa aumentar a participação das Marinhas pertencentes aos países envolvidos na referida zona de cooperação, além ampliar a interação delas com a MB, tendo, como

finalidade, robustecer a parceria referente à segurança e à defesa na porção sul do oceano Atlântico.

A modernização da Força Naval está prevista no OBNAV 6 do PEM 2040 (BRASIL, 2020c) que possui três EN atreladas a este objetivo, sendo uma delas o PNM, e as outras duas relacionadas à construção do núcleo do Poder Naval e ao referido poder no futuro.

No que tange ao PNM, a AEN que está ligada ao seu desenvolvimento refere-se, principalmente, ao ciclo do combustível nuclear e ao protótipo do reator para o SCPN (BRASIL, 2020c).

Segundo o PEM 2040 (BRASIL, 2020c), a EN que diz respeito à construção do núcleo do Poder Naval está focada no reaparelhamento da MB com meios navais, de fuzileiros navais e aeronavais mais modernos e possui seis AEN decorrentes: gerir o PROSUB, a fim de que sejam alcançadas as metas de construir quatro submarinos convencionais, um SCPN, uma base naval dotada de capacidade manutenção especializada e dois estaleiros; obter os seguintes navios de superfície: NCAM, navios-escolta, navios anfíbios, navio de apoio logístico móvel, navios de contramedidas de minagem; navio-escola; avisos de instrução para o Colégio Naval e a Escola Naval; navios-patrolha; navios de apoio antártico e hidroceanográficos para contribuírem com o desenvolvimento de pesquisas na Antártica e com a segurança da navegação, respectivamente; além de adquirir aviões, helicópteros e SARP para mobiliar a MB; e modernizar e ampliar os equipamentos e meios do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN).

Em relação à EN voltada para o Poder Naval do porvir, o PEM 2040 (BRASIL, 2020c) descreve que esta estratégia está direcionada para minimizar a defasagem tecnológica que atualmente assola o citado poder, a fim de preparar a MB para os desafios que se apresentem a médio e longo prazos. As cinco AEN ligadas à esta EN são: a aquisição de sistemas de aeronaves remotamente pilotadas embarcadas (SARP-E); o incremento da capacidade de defesa nuclear, biológica, química e radiológica (DefNBQR); o desenvolvimento de projetos nacionais de equipamentos e sistemas para mobiliar os meios da MB, além de ampliar a capacidade da BID; a sistematização de conceitos doutrinários e estratégicos para encarar os desafios que se apresentem ao Poder Naval até 2040; e a continuação da execução do programa “Esporão” que trata do desenvolvimento do MANSUP e do míssil antinavio ar-superfície (MANAER).

De acordo com o PEM 2040 (BRASIL, 2020c), o OBNAV 10 se refere à ampliação, nas águas jurisdicionais do Brasil e na área de responsabilidade brasileira no que diz respeito

ao socorro e ao salvamento, da consciência situacional marítima, por meio do SisGAAz, permitindo, desta forma, uma maior celeridade no processo decisório, o que resulta em respostas rápidas para fazer frente a crises, conflitos, agressões à soberania nacional, emergências ou atos ilegais que ocorram, principalmente, na Amazônia Azul® e nas regiões de interesse da MB e do Estado brasileiro.

O PEM 2040 (BRASIL, 2020c) ressalta que, por meio dos seus programas estratégicos, a MB busca ser uma Força Armada aprestada e moderna, com seu capital humano motivado, dotada de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais adequados para enfrentar os desafios do porvir.

5.5 Possíveis ações da MB para ampliar o protagonismo militar do Brasil na América do Sul

Conforme estudado anteriormente, em virtude de o Estado brasileiro possuir interesses em todo o seu entorno estratégico, a MB tem papel fundamental de contribuir, principalmente por meio da Diplomacia Naval e de parcerias e cooperações no Atlântico Sul, para a liderança regional do Brasil.

Nesse sentido, em função da vasta área marítima a ser protegida e dos referidos interesses no EEB, tendo, como base, os documentos analisados neste capítulo, as seguintes sugestões de ações para MB visam contribuir para a ampliação do protagonismo militar do Brasil na América do Sul:

a) No que diz respeito às FCT, sugere-se que a construção dos referidos navios não se limite ao número de quatro unidades, tendo em vista que os navios-escolta, atualmente disponíveis, precisam ser substituídos nos próximos anos.

b) Em relação ao PRONAE, o ideal é que a sua aquisição ocorra com a maior brevidade possível, a fim de que seja retomada a capacidade de operar com a aviação de caça embarcada. Entretanto, caso o orçamento destinado à MB não seja ampliado, a sua obtenção deve ser iniciada preferencialmente logo após a construção do SCPN. Destaca-se que a descrição do NCAM, citada no item 5.4, encaixa-se perfeitamente nas características de um navio-aeródromo, essencial para ser empregado pela MB para defender os interesses do Brasil na Amazônia Azul®, no EEB e, em última instância, nos oceanos do globo terrestre.

c) No que tange ao PROSUB, sugere-se que sejam construídos mais submarinos convencionais, além dos quatro previstos no referido projeto, e, pelo menos, mais um SCPN, a fim de incrementar o poder dissuasório da MB e, conseqüentemente, do Brasil.

d) A MB deve ampliar a participação do Brasil na ZOPACAS, realizando operações combinadas e exercícios com as demais Marinhas dos Estados que compõem a referida zona de cooperação, a fim de gerar uma maior aproximação entre estes países, o que contribuirá para fortalecer a liderança do Brasil no Atlântico Sul.

6 CONCLUSÃO

A globalização, conforme visto, possibilitou que grandes potências, por meio das suas geopolíticas, influenciassem os demais atores do SI, em diversas áreas, como, por exemplo, as afetas à defesa e ao setor militar, às relações econômicas e comerciais, ao meio ambiente, às ideologias políticas, à ciência e à tecnologia.

Verificou-se que a geopolítica é o ramo da ciência que estuda a influência da geografia nas ações políticas desenvolvidas pelo ser humano ao longo do tempo. É por meio desse ramo de estudo que se pode interpretar os passos tomados pelos Estados e por seus dirigentes.

Concluiu-se que as ideias de renomados geopolíticos, como, por exemplo, Friedrich Ratzel, Rudolf Kjellén, Alfred Tayer Mahan e Halford J. Mackinder, ainda hoje influenciam os pensamentos dos governantes e líderes de vários países.

Assim sendo, pode-se inferir que é por meio da geopolítica e das relações econômicas que muitos atores externos à América do Sul exercem influência sobre os Estados componentes da parcela sul do continente americano.

Com base no descrito no capítulo 2, foi possível constatar que EUA, UE, China e Rússia exercem influência sobre a América do Sul.

Nesse sentido, verificou-se que os EUA, desde o lançamento da Doutrina Monroe, em 1823, buscaram uma maior interação com os países sul-americanos, principalmente em função da assimetria de poder existente entre eles. Entretanto, os Estados da porção sul da América, quando comparados com o México e com os países da América Central e Caribe, recebem uma menor atenção dos EUA em virtude dos acordos e tratados regionais que se encontram em vigor na América do Sul.

Outrossim, salienta-se que a atuação da China em alguns países da parcela sul da América contribuiu para atenuar a influência dos EUA nesta porção do globo terrestre. Em virtude da importância das *commodities* para suas indústrias, a China se aproximou da América Latina, o que gerou uma ameaça aos interesses estadunidenses na região. Ressalta-se que as transações comerciais da RPC com os Estados sul-americanos apresentaram aumento no século XXI. Merecem especial destaque as “parcerias estratégicas” que são

acordos bilaterais, estabelecidas pela China com Brasil, Venezuela, Argentina, Peru, Chile, Equador, Uruguai e Bolívia.

Conclui-se que é fato que a UE exerce ingerência sobre os Estados da América Latina, uma vez que foram colônias de países europeus, de onde adquiriram costumes, culturas, idiomas e religiões. Destaca-se que, após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu uma redução da influência europeia na América Latina, em virtude da necessidade dos países da Europa terem voltado suas atenções para a recuperação pós-guerra que envolveu a reconstrução tanto dos Estados europeus como das suas economias. Somente após o término da Guerra Fria, já na década de 1990, foram ampliadas as relações da UE com a América Latina. A partir do início do segundo milênio, em função do incremento dos negócios da América do Sul com a China, houve novo declínio das relações com a UE. Somente a partir de 2016, houve o incremento dos negócios entre a UE e os Estados latino-americanos. A UE, em virtude de ser constituída por um bloco de países, tem uma especial atenção com outros blocos, assim sendo, dedica-se a realizar negócios promissores com o MERCOSUL, tendo sido firmado um acordo entre esses blocos em 2019.

Foi visto que, a partir de 2008, ocorreu a reaproximação entre os russos e a América Latina em uma clara reação ao envolvimento dos EUA no conflito entre a Rússia e a Geórgia. Enfatiza-se que esta aproximação faz parte da estratégia russa de reafirmar-se como uma potência mundial. Destaca-se que a Rússia exerce grande ingerência na América do Sul, mormente nos campos econômico e de defesa, sendo este último referente à venda de meios, armamentos e equipamentos militares, tendo a Venezuela como o maior cliente russo neste setor no Hemisfério Ocidental. É digno de nota que a influência russa nos países sul-americanos visa rivalizar com os interesses dos EUA na citada região.

Conclui-se que, de acordo com a teoria realista, quanto mais poderoso for um Estado, maior será a sua influência nas relações internacionais. É importante ressaltar que o SI se apoia sobre os alicerces do realismo clássico, onde cada país possui sua soberania, sua identidade e sua autonomia.

Em um estudo mais aprofundado das geopolíticas que estão sendo empregadas por EUA, China e Rússia que são reconhecidas como grandes potências estrangeiras foi possível constatar que estes Estados influenciam o concerto das nações e afetam, inclusive, os países da América do Sul. Esses Estados de elevado poder geopolítico emitem documentos

que expressam seus interesses e pontos de vista sobre os assuntos que envolvem o SI. Além disto, empregam conceitos e ideias emanados por renomados geopolíticos.

No que tange aos EUA, entre as prioridades da segurança nacional daquele país, está a de liderar o concerto das nações por intermédio de regras, parcerias, alianças e instituições multilaterais.

Assim sendo, outro ponto importante diz respeito à intenção dos EUA em ser o Estado líder no controle mundial de armas, o que, em último estágio, restringe a proliferação de armas nucleares em âmbito global. Salienta-se que os estadunidenses empregam tanto a diplomacia quanto o poder militar para defender seus interesses em todo o planeta Terra.

Foi visto que a *Interim National Security Strategic Guidance*, emitida em 2021, prega que a agenda mundial deve ser conduzida pelos EUA que vai investir na sua democracia, na sua economia e no seu povo, a fim de superar a China.

O fato de os EUA terem elevado o Brasil para o *status* de MNNA possibilita que o Estado brasileiro tenha acesso a privilégios no tocante aos setores de defesa e segurança. Esta cooperação pode ser vantajosa para ambos os países e demonstra a intenção dos EUA de exercerem uma maior influência sobre o Brasil, que pode ampliar sua capacidade tecnológica, principalmente das suas Forças Armadas, em virtude da sua elevação de *status*, e terá, como resultado desta cooperação, um maior destaque no que diz respeito aos quesitos de defesa e de segurança na América do Sul.

Nota-se que, por meio do USSOUTHCOM, os EUA conseguem demonstrar uma grande influência militar na parcela sul da América, pois, entre as prioridades deste Comando Combatente estadunidense, está a de reduzir a presença da Rússia, da China, do Irã e de organizações criminosas transnacionais na porção territorial da América Latina que está localizada ao sul do México e nas águas adjacentes à América do Sul e à América Central e no Mar do Caribe.

Dessa forma, foi possível visualizar a influência geopolítica exercida pelos EUA na América do Sul, sendo o setor militar um ponto de destaque na atuação estadunidense.

Verificou-se que, sob a liderança de Mao Tse-tung, a China se empenhou em atingir seus objetivos geoestratégicos, tendo conquistado, em 1949, a área da atual região autônoma de Xinjiang, o que permitiu que o núcleo geopolítico da região de Han fosse resguardado das ameaças originadas na Ásia Central, particularmente da ex-URSS. Em 1950,

o Tibet também foi dominado pela RPC e serve para barrar as ameaças provenientes do sul da Ásia, mormente da Índia.

Foi visto que Mao Tse-tung pregava, em seu “Livro Vermelho”, que a China deveria manter relações diplomáticas com todos os Estados que desejem coexistir com aquele país em um ambiente pacífico e que a influência dos EUA na América Latina, na Ásia e na África deve ser hostilizada e derrubada.

Convém mencionar que o início do século XXI foi impactado pelo ataque terrorista sofrido pelos EUA em 2001. Tal fato gerou reflexos que afetaram, em diversos graus, o concerto das nações. Neste mesmo século, a China tem apresentado uma notável ascensão.

Nesse sentido, verificou-se que a China, por meio da Iniciativa da Rota da Seda, está exercendo uma influência geopolítica global, principalmente no que diz respeito ao campo econômico, inclusive na porção sul do continente americano.

Foi possível observar que os EUA, a partir de 2010, pretendiam ampliar sua presença no Oceano Pacífico, a fim de tentar frear a expansão chinesa, entretanto, em virtude dos conflitos entre a Rússia e a Ucrânia, nos anos de 2014 e 2022, tiveram que alterar o seu foco, o que permitiu que a China tivesse maior autonomia no referido oceano.

Conclui-se que o BRICS, por intermédio do Brasil, também abre as portas da América do Sul para os produtos chineses. Além disto, as *commodities* oriundas da porção sul da América são essenciais para o desenvolvimento industrial e econômico da China.

No que diz respeito à Rússia, foi visto que a sua geopolítica está amparada pelo poder terrestre e pelo controle da “*heartland*”, como ressaltava Mackinder. É importante destacar que a Rússia, seguindo as diretrizes do presidente Vladimir Putin e por meio dos poderes militar e econômico acrescidos do nacionalismo russo, está retomando o controle da “*heartland*” que havia sido perdido desde o desmantelamento da ex-URSS. Salienta-se que as ideias geopolíticas emanadas por Aleksandr Dugin, em seu livro denominado “Fundamentos da Geopolítica”, estão sendo postas em prática pelo presidente Putin e estão servindo de base para as Forças Armadas e para o nível político russos.

Foi estudado que a influência russa na América do Sul, segundo Dugin, visa romper a ingerência estadunidense que se perpetua desde a Doutrina Monroe sobre os países localizados na parcela sul do continente americano, além aumentar a presença da Rússia nessa porção do planeta Terra.

Da mesma forma que para a China, foi possível verificar que o BRICS tem se mostrado uma excelente ferramenta para ampliar os negócios entre o Brasil e a Rússia, possibilitando, ainda, como efeito colateral, uma maior atuação russa na América do Sul.

Assim sendo, constata-se que a influência da geopolítica das potências estrangeiras pode gerar impactos no protagonismo regional do Brasil no que diz respeito à vertente militar, cabendo às Forças Armadas, coordenadas pelo Ministério da Defesa, além de dar continuidade aos projetos referentes ao setor de defesa, realizar novos programas voltados para o setor militar, podendo, inclusive, por meio do referido setor, sob a coordenação do governo brasileiro, contribuir para a integração dos Estados da América do Sul, tão almejada desde as suas independências.

Foi constatado que o Brasil e a China, diferentemente de grande parte dos países, foram menos atingidos pelo retrocesso econômico que assolou o mundo nos anos de 2008 e 2009. Assim sendo, tiveram uma recuperação mais célere. Em decorrência disso, logo nos anos subsequentes, a China tornou-se o maior parceiro do Brasil no que tange ao setor comercial.

É importante ressaltar que a possível ascensão do Brasil ao nível de grande potência depende de diversos fatores, dos quais se destaca a necessidade de uma democracia mais robusta. O fato de o Brasil já ser o Estado de maior relevância na América Sul contribui para que a meta de ser uma potência global seja alcançada no porvir. O estreitamento de laços com a China e a Índia também deve ser levado em conta para o atingimento, pelo Brasil, dessa posição de destaque no contexto mundial.

Destaca-se que os poderes político, econômico e militar devem estar trabalhando em sintonia para que o Brasil ascenda aos mais altos patamares mundiais. A compreensão do cenário geopolítico envolvendo os EUA e a China faz parte deste importante caminho. Em função do Brasil adotar a democracia e o capitalismo, princípios empregados também pelos EUA, a ascensão brasileira pode ser bastante favorável para aquele país.

Os marcantes fatores geopolíticos do Brasil, como, por exemplo, sua extensão territorial, sua numerosa população e sua posição estratégica no globo terrestre, aliados à sua economia e ao empenho do poder político, credenciam o país para atingir o patamar de potência global, sendo necessário trilhar o caminho de se manter como protagonista na

América do Sul, posteriormente assumindo o papel de potência na América Latina, para, finalmente, alcançar a marca de destaque no nível mundial.

Salienta-se que a integração sul-americana é um assunto em voga desde a independência de seus Estados. A economia é um dos setores que permitem a interação entre os países de América do Sul, entretanto em decorrência da maior parte das exportações, devido ao pequeno desenvolvimento industrial da região, basear-se em *commodities*, em diversas ocasiões, em função da atuação de atores externos e das taxas cambiais, o modelo econômico não conseguiu ser estabelecido de forma plena, gerando a necessidade de os Estados sul-americanos, por muitas vezes, terem que empregar o livre mercado.

Foi verificado que no século XX, em virtude das rivalidades ainda existentes entre alguns países da América do Sul, muitas resultantes de antigas guerras e crises que surgiram ainda no período colonial, tais Estados se voltaram para a salvaguarda e delimitação de suas terras. Em função disto, optaram pela aquisição, por meio de potências mundiais, de meios militares e produtos de defesa, com o intuito de estarem preparados para eventuais contendas com os países com que possuem fronteiras. A medida de adquirir produtos de defesa, por intermédio de atores externos, reduziu ou impediu que os países sul-americanos desenvolvessem a indústria afeta a este setor.

Dessa forma, é importante ressaltar, como visto neste trabalho, que o investimento em defesa pode ser um dos fatores que irá contribuir para a integração dos Estados da América do Sul.

Conclui-se que o setor de defesa que é de extrema relevância no enfoque geopolítico é um dos ramos que contribuem para o destaque do Brasil como potência regional na América do Sul.

Destaca-se que, em virtude do conflito das Malvinas, ocorreu uma maior aproximação entre Brasil e Argentina, o que deu início a uma grande parceria no campo econômico, que acabou gerando a criação do MERCOSUL.

Verificou-se que, no início do século XXI, vários países da América do Sul passaram a ser governados por partidos de esquerda, o que desencadeou impactos, no nível político, com os Estados sul-americanos que mantinham governos de direita e em alguns projetos que os EUA tinham para a região. Outro aspecto relevante, na época, foi o incremento do

dispêndio de recursos pelos países pertencentes à porção sul do continente americano para a aquisição e a modernização de seus equipamentos militares.

Destarte, foi observado que os Estados da América do Sul, em oposição à ALCA, criaram a UNASUL que previa, entre seus principais objetivos, a cooperação no setor de defesa como um aspecto significativo para a integração regional. Além disso, foi criado o CDS para ampliar a discussão dos assuntos de defesa no nível regional. Em virtude do possível desempenho abaixo do esperado para o CDS, o Brasil adotou a postura de desenvolver acordos bilaterais no setor de defesa com os demais países sul-americanos.

O LBDN, com sua primeira versão emitida em 2012, possibilitou aos outros Estados da América do Sul o entendimento da postura do Brasil no campo da defesa. O referido livro destaca que uma das prioridades do Brasil é a integração regional, sendo a defesa uma área bastante promissora, seja por meio de acordos envolvendo todos os países sul-americanos ou de cooperações bilaterais. Ressalta-se que esses acordos e cooperações se referem ao desenvolvimento e à fabricação de meios e artefatos militares, o que proporciona o aumento da confiança entre os países sul-americanos, reduz a dependência de atores externos e gera recursos para seus produtores que podem, inclusive, comercializá-los com Estados que não estão localizados na porção sul da América, gerando divisas.

Foi visto que o PROSUL, criado em 2019, visa incrementar a integração na América do Sul, tendo o setor de defesa especial participação no referido acordo que busca, inclusive, o estabelecimento de uma zona de paz na América do Sul.

Salienta-se que o emprego do setor de defesa, como um elo de integração, não visa o desarmamento dos países sul-americanos, gerando, na verdade, uma América do Sul mais capacitada para se contrapor às interferências externas, além de reduzir a dependência tecnológica em relação às grandes potências mundiais.

Conclui-se que uma medida que contribuirá para construir uma integração robusta é uma maior participação, nesse processo, das Forças Armadas de todos os Estados sul-americanos, o que, além de minimizar as hostilidades que ainda existam, ampliará o destaque da América do Sul.

Verifica-se que, para que a integração regional se torne uma realidade, o Brasil, que é país de maior relevância na América do Sul e que possui características geopolíticas marcantes, deve exercer a sua liderança na parte sul do continente americano.

Constata-se, conforme consta no LBDN, emitido em 2020, que a integração sul-americana é um objetivo estratégico brasileiro, mormente no que diz respeito à política e à defesa. O Brasil, em função de seus atributos geopolíticos, prioriza a sua atuação no EEB e nos países de Língua Portuguesa.

Destaca-se que grandes potências estão, cada vez mais, presentes no Atlântico Sul. Assim sendo, deve ser ampliada a segurança nesta porção do oceano por intermédio de cooperação e de coalizões. Salienta-se que a atuação brasileira na ZOPACAS, por meio da diplomacia naval, ajuda na sua projeção regional e na disseminação da política externa nacional, além de reduzir a presença de atores exóginos.

No EEB, a Amazônia Azul® recebe boa parcela da atenção do Estado brasileiro, pois, nesta área, encontra-se grande parte das reservas de petróleo e gás nacionais. Além disto, é nessa região que transita a maioria das LCM de interesse do Brasil. Para defender essa importante área, o Brasil conta, prioritariamente, com a MB e com o suporte da FAB.

É digno de nota que, no caso de ocorrência contendas ou tensões no EEB, principalmente as que gerem reflexos no Brasil, o Estado brasileiro pode ser demandado para participar da solução das controvérsias ou para defender seus interesses.

Nesse sentido, a fim de estar pronta para defender os desígnios nacionais, a MB deve estar atualizada, aprestada e motivada. Assim sendo, necessita estar equipada com meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais com qualidade e quantidades compatíveis com os anseios políticos e estratégicos do Brasil.

Em virtude disso, a MB elaborou o PAEMB para buscar o atingimento de um Poder Naval balanceado, capaz de fazer frente às ameaças que se apresentem no porvir. Assim sendo, continua investindo em programas estratégicos, com destaque para o PNM e para o Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval, sendo que este último engloba o PROSUB, a construção das FCT, o PRONAE, o PRONAPA, a obtenção de aeronaves e o MANSUP. O PROSUB está voltado para a construção de quatro submarinos convencionais e de um SCPN, o projeto das FCT visa à construção de quatro navios para realizarem escolta, o PRONAPA está focado na construção de navios-patrolha, o PRONAE visa à obtenção de um navio-aeródromo

e de suas aeronaves. O projeto do MANSUP refere-se ao desenvolvimento de um míssil antinavio, de médio alcance, para ser disparado a partir de navios de superfície.

Outro programa estratégico que merece ser destacado é o SisGAAz que empregará sensores remotos, inclusive satélites, para o controle e o monitoramento da Amazônia Azul®, permitindo o emprego da defesa proativa; principalmente, nas áreas marítimas de interesse do Brasil.

Com o intuito de contribuir para o fortalecimento do Poder Naval, foram apresentadas, no capítulo 5, sugestões para ampliar a capacidade bélica da MB, tomando por base seus programas estratégicos, em especial, o voltado para a construção do núcleo do Poder Naval.

No que diz respeito à resposta da questão relacionada à elaboração deste trabalho, constata-se que, em função das potências estrangeiras empregarem suas geopolíticas para se projetarem mundialmente, o protagonismo militar do Brasil na América do Sul pode ser bastante impactado por essa influência exógena. Ressalta-se que estes impactos, normalmente negativos, acabam gerando uma maior dependência daqueles Estados para que as Forças Armadas sejam equipadas, o que tem, como efeito colateral, um baixo desenvolvimento da BID nacional. Convém mencionar que esta menor participação da BID também gerará reflexos desfavoráveis no emprego do setor de defesa como fator integrador entre os países sul-americanos, pois, em vez de recorrerem ao Brasil para se equiparem militarmente, terão que adquirir seus produtos militares com potências estrangeiras. Entretanto, destaca-se que o fato de o Brasil, atualmente, possuir o *status* de MNNA pode gerar um impacto positivo para o setor de defesa, caso os EUA permitam que o Estado brasileiro tenha acesso às tecnologias mais atuais e possa desenvolvê-las com a participação da BID.

É digno de nota, também, que o propósito fixado para esta tese foi atingido, uma vez que foi possível constatar que o Brasil desempenha o protagonismo militar na América do Sul, e que a MB pode contribuir, principalmente por meio de seus programas estratégicos que se encontram em vigor, para a manutenção dessa posição de destaque.

REFERÊNCIAS

ABC. *Paraguay quiere comprar de Rusia aeronaves y no armas, dice Filizzola*. 14 jun. 2010. Disponível em: <www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/paraguay-quiere-comprar-de-rusia-aeronaves-y-no-armas-dice-filizzola-116572.html>. Acesso: 06 jun. 2022.

ALBA. Disponível em: <www.portalalba.org>. Acesso em: 08 jun. 2022.

ALIANÇA FRANCESA DE GOIÂNIA. *O Brasil Faz Fronteira Com a França?* Goiânia: 09 dez. 2021. Disponível em: <www.afgoiania.com.br/post/o-brasil-faz-fronteira-com-a-fran%C3%A7a>. Acesso em 01 jul. 2022.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O desenvolvimento do Mercosul: progressos e limitações. *Revista Espaço da Sophia*, parte 1: ano 5, n. 43, julho-setembro 2011, p. 63-79; parte 2: ano 5, n. 44, outubro-dezembro 2011, p. 143-170. Disponível em: <www.academia.edu/5961082/2258_O_desenvolvimento_do_Mercosul_progressos_e_limita%C3%A7%C3%B5es_2011_>. Acesso em: 16 jul. 2022.

ALVIM, Mariana. Como a França preserva e explora seu pedaço da Amazônia na Guiana Francesa. *BBC News*, 01 set. 2019. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/internacional-49504990>. Acesso em: 01 jun. 2022.

ANISHCHUK, Alexei; LOUGH, Richard. Putin signs nuclear energy deal with Argentina. *Reuters*, 12 jul. 2014. Disponível em: <www.news.yahoo.com/russias-rosatom-tender-argentine-nuclear-power-plants-185349372--finance.html?fr=sycsrp_catchall>. Acesso em: 06 jun. 2022.

APEC. Disponível em: <www.apec.org>. Acesso em: 06 jun. 2022.

ARMADA DE CHILE. Disponível em: <www.armada.cl>. Acesso em: 29 jun. 2022.

BAE SYSTEMS. Disponível em: <www.baesystems.com/en/home>. Acesso em: 16 ago. 2022.

BARAN, Shachar; STAHL, Leslie. Aleksandr Dugin: The far-right theorist behind Putin's plan. *60 minutes overtime*, 12 abr. 2022. Vídeo (5 min 48 s), son., color. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=Du7fOoW_euE>. Acesso em: 09 jul. 2022.

BARBOSA JUNIOR, Ilques. Mensagem do Comandante da Marinha. In: BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. *Plano Estratégico da Marinha (PEM) 2040*. Brasília, 2020. Disponível em: <www.marinha.mil.br/pem2040>. Acesso em: 13 fev. 2022.

BARBOSA JUNIOR, Ilques. Mensagem do Comandante da Marinha. In: BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. *Política Naval*. Brasília, 2020. Disponível em: <www.marinha.mil.br/politicanaval#:~:text=Pol%C3%ADtica%20Naval%20Pol%C3%ADtica%20Naval%20-%20O%20documento%20em,For%C3%A7a%20Naval.%20Clique%20aqui%20para%20visualizar%20a%20revista.>. Acesso em: 03 mar. 2022.

BEGOSSO, Ricardo. A geopolítica da França: nova potência, velhos objetivos. *Disparada*. 22 abr. 2020. Disponível em: <www.disparada.com.br/geopolitica-da-franca-velhos-objet/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BERG, Ryan C. *et al.* The future of U.S.-Brazil security cooperation: opportunities presented by Brazil's major non-NATO ally status. *Center for strategic & international studies*. 15 jul. 2022. Disponível em: <www.csis.org/analysis/future-us-brazil-security-cooperation-opportunities-presented-brazils-major-non-nato-ally>. Acesso em 15 jul. 2022.

BLASIER, Cole. *The Giant's Rival*. Ed. Rev. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1987. 244 p.

BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição Federal*. Brasília, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 02 abr. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília, 2020. Disponível em: <www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, 2020. Disponível em: <www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Centro Tecnológico do Exército. *Viatura Leve de Emprego Geral Aerotransportável (VLEGA Gaúcho)*. Disponível em: <www.ctex.eb.mil.br/projetos-em-andamento/91-viatura-leve-de-emprego-geral-aerotransportavel-vlega-gaicho>. Acesso em: 17 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Foro para o Progresso e Integração da América do Sul (PROSUL)*. Disponível em: <www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/cds>. Acesso em: 01 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Marinha do Brasil*. Disponível em: <www.marinha.mil.br>. Acesso em 01 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. *Plano Estratégico da Marinha (PEM) 2040*. Brasília, 2020. Disponível em: <www.marinha.mil.br/pem2040>. Acesso em: 13 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. *Política Naval*. Brasília, 2020. Disponível em: <www.marinha.mil.br/politicanaval#:~:text=Pol%C3%ADtica%20Naval%20Pol%C3%ADtica%20Naval%20-%20O%20documento%20tem,For%C3%A7a%20Naval.%20Clique%20aqui%20para%20visualizar%20a%20revista.>. Acesso em: 03 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. *MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas*. Brasília, 2015. Disponível em: <www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35-G-01-glossario-das-forcas-armadas-5-ed-2015-com-alteracoes.pdf/view>. Acesso em: 03 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa*. Brasília, 2020. Disponível em: <www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)*. Disponível em: <www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zopacas>. Acesso em: 30 jul. 2022.

BRICS. Disponível em: <www.infobrics.org>. Acesso em: 04 jun. 2022.

CHAUVIN, Lucien. As Russia Pivots to Asia, Some Ask How Far East It's Willing to Look. *The Christian Science Monitor*, 21 maio 2014. Disponível em: <www.csmonitor.com/World/Americas/2014/0521/As-Russia-pivots-to-Asia-some-ask-how-far-east-it-s-willing-to-look>. Acesso em: 06 jun. 2022.

CONCEITO.DE. Disponível em: <<https://conceito.de/>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

CUNNINGHAM, Nick. In Latin America, Putin wheels, deals on energy. *The Christian Science Monitor*, 16 jul. 2014. Disponível em: <www.csmonitor.com/Environment/Energy-Voices/2014/0716/In-Latin-America-Putin-wheels-deals-on-energy>. Acesso em: 04 jun. 2022.

DEFENSA.COM. *El ministro de defensa de Perú revisa en Moscú con su homólogo ruso los avances del contrato para el suministro de 24 Mi-171Sh-P Hip H*. 04 set. 2014. Disponível em: <www.defensa.com/peru/ministro-defensa-peru-revisa-moscu-homologo-ruso-avances-para-24>. Acesso em 08 jun. 2022.

DÓRIA, Pedro Ricardo. *Brasil: grande potência do século XXI - lideranças e desafios na nova ordem mundial*. Curitiba: Juruá, 2012. 302 p.

DUGIN, Aleksandr. *Fundamentos da geopolítica*. 1997. Disponível em: <www.e-reading.mobi/book.php?book=20827>. Acesso em: 09 jul. 2022.

EKIMOVSKY, Aleksey. Brazil's Embraer to rival the superjet. *Russia Beyond the Headlines*, 27 dez. 2012. Disponível em: <www.rbth.com/articles/2012/12/27/brazils_embraer_to_rival_the_superjet_21307>. Acesso em: 04 jun. 2022.

ELLIS, R. Evans. *The new russian engagement with Latin America: strategic position, commerce, and dreams of the past*. 2015. 137 f. Monografia. US Army War College, Strategic Studies Institute. Carlisle, 2015. Disponível em: <<https://publications.armywarcollege.edu/pubs/2345.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2022.

EMBRAER. Disponível em: <[//defense.embraer.com/br/pt](http://defense.embraer.com/br/pt)>. Acesso em: 18 jul. 2022.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Disponível em: <www.britannica.com>. Acesso em: 30 jun. 2022.

FALLER, Craig S.. *Statement of Admiral Craig S. Faller (Commander of United States Southern Command) before the 117th Congress Senate Armed Services Committee*. Washington, D.C.: 16 mar 2021. Disponível em: <[//www.armed-services.senate.gov/imo/media/doc/Faller_03-16-21.pdf](http://www.armed-services.senate.gov/imo/media/doc/Faller_03-16-21.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2022.

FÓRUM CHINA-CELAC. Disponível em: <www.chinacelacforum.org/esp/>. Acesso em: 26 maio 2022.

FRANÇA, Júnia Lessa *et al.* *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. 255 p.

GARDINI, Gian Luca (Ed.). *External powers in Latin América: geopolitics between neo-extractivism and south-south cooperation*. Abingdon; New York: Routledge, 2021. 294 p.

GESTIÓN. *La PUCP lanza al espacio primeros satélites hechos íntegramente en el Perú*. 21 nov. 2013. Disponível em: <<https://archivo.gestion.pe/tecnologia/lanzan-satelites-hechos-integramente-peru-construidos-pucp-2081686>>. Acesso em: 08 jun. 2022.

GLOBAL FIREPOWER. Disponível em: <www.globalfirepower.com>. Acesso em: 05 abr. 2022.

GONZALEZ, Pablo; RUSSO, Camila. Chevron \$1.24 billion deal leads YPF Post-Repsol shale hunt. *Bloomberg*, 17 jul. 2013. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2013-07-16/chevron-signs-1-24-billion-shale-accord-with-argentina-s-ypf#xj4y7vzkg>>. Acesso: 06 jun. 2022.

GUIMARÃES, Marina. Jobim defende soberania da América do Sul sobre a defesa. *Estadão*, São Paulo, 17 nov. 2008. Disponível em: <[//internacional.estadao.com.br/noticias/geral,Jobim-defende-soberania-da-america-do-sul-sobre-defesa,279157](http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,Jobim-defende-soberania-da-america-do-sul-sobre-defesa,279157)>. Acesso em: 16 jul. 2022.

INFODEFENSA.COM. *Argentina compra a Rusia helicópteros Mi-17 y firman acuerdos en energía nuclear y tecnología de satélites*. 15 abr. 2010. Disponível em: <www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/3146856/argentina-compra-rusia-helicopteros-17-firman-acuerdos-energia-nuclear-tecnologia-satelites>. Acesso em: 06 jun. 2022.

INFODEFENSA.COM. *Arriban a Buenos Aires los dos primeros helicópteros MI-171E adquiridos a Rusia*. 29 nov. 2011. Disponível em: <www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/3144186/arriban-buenos-aires-primeros-helicopteros-171e-adquiridos-rusia>. Acesso em: 06 jun. 2022.

INFODEFENSA.COM. *Bolivia evalúa la compra de dos helicópteros rusos Mi-17*. 21 mar. 2014. Disponível em: <www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/3137449/bolivia-evalua-compra-helicopteros-rusos-17>. Acesso em: 06 jun. 2022.

INFODEFENSA.COM. *Bolivia pide a Rusia créditos a largo plazo y bajo interés*. 10 jan. 2011. Disponível em: <www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/3145876/bolivia-pide-rusia-creditos-largo-plazo-bajo-interes>. Acesso em: 06 jun. 2022.

INFODEFENSA.COM. *Ecuador compra dos helicópteros Mi-17 a Rusia por 22 millones de dólares y estudia adquirir siete UAVs*. 30 out. 2009. Disponível em: <www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/3147594/ecuador-compra-helicopteros-17-rusia-22-millones-dolares-estudia-adquirir-siete-uavs>. Acesso: 06 jun. 2022.

INFODEFENSA.COM. *El Ministerio de Defensa del Uruguay adquiere camiones tácticos rusos Ural*. 21 ago. 2012. Disponível em: <www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/3142080/ministerio-defensa-uruguay-adquiere-camiones-tacticos-rusos-ural>. Acesso em: 06 jun. 2022.

INFODEFENSA.COM. *El pedido de armamento de la Policía de Uruguay a Rusia ascendió a más de 1,2 millones de dólares*. 03 fev. 2012. Disponível em: <www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/3143549/pedido-armamento-policia-uruguay-rusia-ascendio-12-millones-dolares>. Acesso em: 06 jun. 2022.

INFODEFENSA.COM. *La Fuerza Aérea Brasileña estudia nuevas opciones para disponer de aviones de transición hasta la llegada del Gripen NG*. 15 set. 2014. Disponível em: <www.defensa.com/brasil/fuerza-aerea-brasilena-estudia-nuevas-opciones-para-disponer-ng>. Acesso em: 04 jun. 2022.

INFODEFENSA.COM. *La Fuerza Aérea del Perú recibe cuatro helicópteros de ataque MI-25 reparados en Rusia*. 23 out. 2012. Disponível em: <<https://www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/3141598/fuerza-aerea-peru-recibe-cuatro-helicopteros-ataque-25-reparados-rusia>>. Acesso em: 08 jun. 2022.

INFODEFENSA.COM. *La Policía Nacional de Uruguay recibe el viernes los blindados Tigr adquiridos a Rusia*. 14 out. 2011. Disponível em: <www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/3144575/policia-nacional-uruguay-recibe-viernes-blindados-tigr-adquiridos-rusia>. Acesso em: 06 jun. 2022.

INFODEFENSA.COM. *Paraguay confirma que Rusia le ofreció seis aviones de combate*. 02 jan. 2011. Disponível em: <www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/3146022/paraguay-confirma-rusia-ofrecio-seis-aviones-combate>. Acesso em 06 jun. 2022.

INFODEFENSA.COM. *Rusia destaca que en Bolivia puede construirse una estación para lanzar satélites*. 29 abr. 2010. Disponível em: <www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/3146907/rusia-destaca-bolivia-puede-construirse-estacion-lanzar-satelites>. Acesso em 06 jun. 2022.

INFODEFENSA.COM. *Rusia negocia la apertura de bases militares en el Caribe*. 01 mar. 2014. Disponível em: <www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/3137399/rusia-negocia-apertura-bases-militares-caribe>. Acesso em: 04 jun. 2022.

INFODEFENSA.COM. *Rusia ofrece a Brasil aviones de caza Sukhoi Su-35*. 24 maio 2013. Disponível em: <www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/3138663/rusia-ofrece-brasil-aviones-caza-sukhoi-35>. Acesso em: 04 jun. 2022.

INFODEFENSA.COM. *Venezuela compra en Rusia 100 tanques T-72B1V adicionales*. 28 jun. 2012. Disponível em: <www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/3142218/venezuela-compra-rusia-100-tanques-t-72b1v-adicionales>. Acesso em: 04 jun. 2022.

INFOMONEY. *Embraer vende cinco aviões KC-390 por R\$ 3,7 bilhões para Portugal*. 22 ago. 2019. Disponível em: <www.infomoney.com.br/negocios/embraer-vende-cinco-avioes-kc-390-por-r-37-bilhoes-para-portugal/>. Acesso em 18 jul. 2022.

KRAKOWIAK, Fernando. El interés ruso por el sector energético. *Página 12*, 14 jul. 2014. Disponível em: <www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-250688-2014-07-14.html>. Acesso em: 06 jun. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

LIFFRING, Andrew N. Using Halford Mackinder's theory of geopolitics to explain the rise of Russian nationalism. *Over the horizon: Multi-domain operations & strategy*, 11 out. 2017. Disponível em: <www.othjournal.com/2017/10/11/using-halford-mackinders-theory-of-geopolitics-to-explain-the-rise-of-russian-nationalism/>. Acesso em: 04 jul. 2022.

LONG, Tom. The United States in Latin America: lasting asymmetries, waning influence? In: GARDINI, Gian Luca (Ed.). *External powers in Latin América: geopolitics between neo-extractivism and south-south cooperation*. Abingdon; New York: Routledge, 2021. cap. 1, p. 15-28.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Modernidade: a geopolítica brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. 160 p.

MEDEIROS, Evan S. *China's international behavior: activism, opportunism, and diversification*. Arlington; Pittsburgh; Santa Monica: Rand Corporation, 2009. 247 p.

MERCOSUL. Disponível em: <www.mercosur.int>. Acesso em: 01 abr. 2022.

MERLE, Marcel. *Sociologia das relações internacionais*. Brasília: UnB, 1981. 384 p.

MICHAELIDES, Matthew. The new face of Russia's relations with Brazil. *Journal of Political Risk*, Vol. 2, Nº 5, 30 maio 2014. Disponível em: <www.jpolarisk.com/the-new-face-of-russias-relations-with-brazil/>. Acesso em: 04 jun. 2022.

MILES, Richard. Russia in Latin America. In: GARDINI, Gian Luca (Ed.). *External powers in Latin América: geopolitics between neo-extractivism and south-south cooperation*. Abingdon; New York: Routledge, 2021. cap. 4, p. 59-74.

NAVAL GROUP. Disponível em: <www.naval-group.com/en>. Acesso em: 16 ago. 2022.

NS ENERGY. *Inter Rao plans to help hydropower plants construction in Argentina*. 14 jul. 2014. Disponível em: <www.nsenergybusiness.com/news/newsinter-rao-plans-to-help-hydropower-plants-construction-in-argentina-140714-4317450/>. Acesso em 06 jun. 2022.

NYE JR, Joseph Samuel. Globalism versus globalization: What are the different spheres of globalism — and how are they affected by globalization? *The Globalist: Rethinking globalization*, 15 abr. 2002. Disponível em: <www.theglobalist.com/globalism-versus-globalization/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

NYE JR, Joseph Samuel. *O futuro do poder*. São Paulo: Benvirá, 2012. 333 p.

NYE JR, Joseph Samuel. The future of American Power: Dominance and Decline in Perspective. *Foreign Affairs*, 01 nov. 2010. Disponível em: <www.foreignaffairs.com/articles/2010-11-01/future-american-power>. Acesso em: 11 jul. 2022.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às relações internacionais: temas, autores e visões*. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 246 p.

PETTA, De Leon. A geopolítica da China. *Geopolítica Mundial*, 02 jun. 2022. Vídeo (31 min 52 s), son., color. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=kyFY_KTDN_c>. Acesso em: 03 jul. 2022.

PINTO. Tales dos Santos. Colonização francesa nas Américas. *Mundo educação*. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/historia-america/colonizacao-francesa-nas-americas.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

QUAD Leaders' Meeting Tokyo 2022. Disponível em: <www.kantei.go.jp/quad-leaders-meeting-tokyo2022/index.html>. Acesso em: 15 jul. 2022.

ROBSON, Martin. As opções políticas do Reino Unido e o Atlântico sul. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 6, n. 12, p. 152-175, Jul./Dez. 2017. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/303986476.pdf>>. Acesso em: 26 jun.2022.

RUSSIA. *национальной безопасности Российской Федерации / Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa (tradução nossa)*. 02 jul. 2021. Disponível em: <[//actual.pravo.gov.ru/text.html#pnum=0001202107030001](http://actual.pravo.gov.ru/text.html#pnum=0001202107030001)>. Acesso em: 10 jul. 2022.

RUSSIA TODAY (RT). *Russia and Peru agree to boost food imports, may share GLONASS*. 07 nov. 2014. Disponível em: <www.rt.com/news/203331-putin-peru-food-glonass/>. Acesso em: 08 jun. 2022.

RUSSIA TODAY (RT). *Russia to invest \$1.5bn in Ecuador energy*. 30 out. 2013. Disponível em: <www.rt.com/business/russia-invest-ecuador-energy-956/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

SIMMS, Calvin. *Peru's cut-rate fighter jets were too good to be true*. *The New York Times*, 31 maio 1997. Disponível em: <www.nytimes.com/1997/05/31/world/peru-s-cut-rate-fighter-jets-were-too-good-to-be-true.html>. Acesso em: 08 jun. 2022.

SPUTNIK NEWS. *Peru Gets Upgraded Mi-25 Gunships to Boost Drug Fight*. 20 out. 2012. Disponível em: <www.sputniknews.com/20121020/176769121.html>. Acesso em: 08 jun. 2022.

TAAS. *Russian companies invited to develop world's second largest shale field in Argentina*. 22 set. 2014. Disponível em: <https://tass.com/economy/750696?utm_source=search.yahoo.com&utm_medium=organic&utm_campaign=search.yahoo.com&utm_referrer=search.yahoo.com>. Acesso em: 06 jun. 2022.

TEIXEIRA, Vinicius Modolo. *A cooperação em defesa na América do Sul como base para a integração do continente*. Rio de Janeiro: Cenegri, 2014. 257 p.

THE GARDIAN. *Brexit day: end of an era as United Kingdom leaves EU – as it happened*. 31 jan. 2020. Disponível em: <www.theguardian.com/politics/live/2020/jan/31/brexit-day-britain-prepares-leave-eu-live-news-updates>. Acesso em: 29 jun. 2022.

THE MOSCOW TIMES. *Construction of Kalashnikov factories in Venezuela behind schedule*. 23 out. 2013. Disponível em: <www.themoscowtimes.com/2013/10/23/construction-of-kalashnikov-factories-in-venezuela-behind-schedule-a28856>. Acesso em: 04 jun. 2022.

TOSSINI, J. Vitor. *A look at British ships in the Brazilian fleet*. 06 jan. 2019. *UKDJ*. Disponível em: <www.ukdefencejournal.org.uk/look-british-ships-brazilian-fleet/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

TOSTA, Octavio. *Teorias geopolíticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. 103 p.

TRATADO Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). 1947. Disponível em: <[//2009-2017.state.gov/p/wha/rls/70681.htm](http://2009-2017.state.gov/p/wha/rls/70681.htm)>. Acesso em: 14 jul. 2022.

TSE-TUNG, Mao. *O Livro Vermelho: citações do comandante Mao Tsé-Tung*. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012. 222 p.

UNITED STATES OF AMÉRICA (USA). Department of Defense. *Summary of national defense strategy of the United States of América: sharpening the American military's competitive edge*. 2018. Disponível em: <www.dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2022.

UNITED STATES OF AMÉRICA (USA). White House. *Interim National Security Strategic Guidance*. 2021. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2021/03/NSC-1v2.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2022.

UNITED STATES OF AMÉRICA (USA). White House. *National Security Strategic of the United States of America*. 2017. Disponível em: <<https://www.nssarchive.us/national-security-strategy-2017/>>. Acesso em: 18 jun. 2022.

UNITED STATES SOUTHERN COMMAND (USSOUTHCOM). Disponível em: <www.southcom.mil>. Acesso em: 13 jul. 2022.

VESENTINI, José William. *Novas geopolíticas*. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2009. 125 p.

WISE, Carol. China in Latin America: winning hearts and minds pragmatically. In: GARDINI, Gian Luca (Ed.). *External powers in Latin América: geopolitics between neo-extractivism and south-south cooperation*. Abingdon; New York: Routledge, 2021. cap. 3, p. 44-58.

WORLDATLAS. Disponível em: <www.worldatlas.com>. Acesso em: 01 abr. 2022.

XU, Yanran. *China's strategic partnerships in Latin America: Case Studies of China's Oil Diplomacy in Argentina, Brazil, Mexico and Venezuela, 1990 to 2015*. Lanham: Lexington Books, 2017. 157 p.

ZIBECHI, Raúl. *Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo*. Rio de Janeiro: Consequência. 2012. 348 p.

ZONA MILITAR. *Fuerza Aérea del Perú firma contrato para reparar MIG29*. 12 ago. 2008. Disponível em: <www.zona-militar.com/foros/threads/fuerza-a%C3%A9ra-del-per%C3%BA-firma-contrato-para-reparar-mig29.13317/>. Acesso em: 08 jun. 2022.